



CADERNOS DE SEMIÓTICA APLICADA

ISSN 1679-3404 – <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v17i2>

Vol. 17 - N. 2
Dezembro de 2024

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Reitor

Paschoal Barretti

Pró-reitor de Pesquisa

Edson Cocchieri Botelho

Diretor da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Jean Cristtus Portela

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Matheus Nogueira Schwartzmann

CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada [Recurso eletrônico] / Faculdade de Ciências e Letras - Unesp. - Vol. 1, n. 1 (2003)- . Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras - Unesp, 2003- .

Semestral.

e-ISSN: 1679-3404.

I. Semiótica. 2. Linguística. 3. Linguagem.

I. Faculdade de Ciências e Letras.

CDD
CDD 410

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara

Url: <http://seer.fclar.unesp.br/casa/>

Endereço eletrônico: casa@fclar.unesp.br

Endereço para correspondência:

CASA - Cadernos de Semiótica Aplicada

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Rodovia Araraquara-Jaú, km 1

Caixa Postal 174

Araraquara – São Paulo – Brasil

14.800-901

Os artigos publicados nos CASA - Cadernos de Semiótica Aplicada são indexados por:

Diadorim

Elektronische Zeitschriftenbibliothek

ERIH PLUS, JURN

Latindex

MLA Directory of Periodicals

ROAD

REDIB

WorldCat

Apoio:

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da FCL/Unesp
– câmpus de Araraquara

CADERNOS DE SEMIÓTICA APLICADA

ISSN 1679-3404 – <http://dx.doi.org/1021709/casav.17i2>

VOL. 17 n. 2

Dezembro de 2024

| EQUIPE EDITORIAL

Editor Responsável

Arnaldo Cortina (Unesp)

Editor Adjunto

Matheus Nogueira Schwartzmann (Unesp)

Editores Assistentes

Patrícia Verônica Moreira (Unesp)

Thiago Moreira Correa (Unesp)

Flávia Karla Ribeiro Santos (Ibict e Unesp)

Gustavo Henrique Rodrigues de Castro (Unesp)

Flávia Furlan Granato (Unesp)

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina (Unesp)

Ivã Carlos Lopes (USP)

Jean Cristtus Portela (Unesp)

Maria Giulia Dondero (Université de Liège/FNRS)

Matheus Nogueira Schwartzmann (Unesp)

Silvia Maria de Sousa (UFF)

Conselho Editorial

Alessandro Zinna (Université de Toulouse “Jean Jaurès”)

Alexandre Marcelo Bueno (UPM)

Ana Claudia Mei de Oliveira (PUC)

Ana Cristina Fricke Matte (UFMG)

Anderson Vinicius Romanini (USP)

Anne Beyaert-Geslin (Université de Bordeaux III)

Antônio Vicente Seraphim Pietroforte (USP)

Denis Bertrand (Université Paris 8-Vincennes-Saint-Denis)

Diana Luz Pessoa de Barros (USP – UPM)

Elizabeth Harkot-de-La-Taille (USP)

Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Eric Landowski (CNRS – PUC)
Geraldo Vicente Martins (UFMS)
Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG)
Heidi Bostic (Baylor University)
Irene de Araújo Machado (USP)
Jacques Fontanille (Université de Limoges)
João Queiroz (UFJF)
José Américo Bezerra Saraiva (UFC)
Jose Luiz Fiorin (USP)
Kati Eliana Caetano (UTP)
Lúcia Teixeira de Siqueira e Oliveira (UFF)
Luiza Helena Oliveira da Silva (UFT)
Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan (Unesp)
Maria Giulia Dondero (Université de Liège – FNRS)
Maria Lucia Santaella Braga (PUC)
Marion Colas-Blaise (Université du Luxembourg)
Massimo Leone (Università degli Studi di Torino)
Norma Discini de Campos (USP)
Oriana de Nadai Fulaneti (UFPB)
Óscar Quezada Machiavello (Universidad de Lima)
Pierluigi Basso (Université Lumière Lyon 2)
Regina Souza Gomes (UFRJ)
Renata Coelho Marchezan (Unesp)
Sémir Badir (Université de Liège)
Thomas Broden (Perdue University)
Vera Lúcia Rodella Abriata (Unifran)
Waldir Beividas (USP)

Revisão e normalização

Letraria

Revisão de língua inglesa

Letraria

Projeto gráfico e capa

Diego Meneghetti / Estúdio Teca

| SUMÁRIO

- 8 EDITORIAL
Arnaldo Cortina (Unesp)
- 10 PASSIONS, CORPS ET FORMES DE VIE : LA SÉMIOTIQUE DES PASSIONS
AUJOURD'HUI
Jacques Fontanille (CeReS)
- 24 A POLÊMICA DA NARRATIVA REVISITADA
Ana Cristina Fricke Matte (UFMG)
- 40 A COMUNIDADE LGBTQIA+ VISTA A PARTIR DO DISCURSO PUBLICITÁRIO:
UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO
Thiago Henrique Nascimento Vergara (Unesp)
Marina Célia Mendonça (Unesp)
- 73 *RECEITAS DE OLHAR E CLASSIFICADOS POÉTICOS* DE ROSEANA MURRAY
SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO EM SEMIÓTICA
Ana Carolina de Picoli de Souza Cruz (Unesp)
- 86 O "MONSTRO" EM NARCÓTICOS ANÔNIMOS SOB A PERSPECTIVA DA
ANÁLISE DE DISCURSO GRACILIANO RAMOS
José Lamartine Andrade Lima Neto (IFBA)

EDITORIAL

O número 2, do vol. 17, de 2024 dos *Cadernos de Semiótica Aplicada* (CASA) publica cinco artigos. O primeiro corresponde ao texto escrito por Jacques Fontanille, apresentado pelo autor como conferência plenária, em setembro, durante o Congresso da Associação Internacional de Semiótica, em Varsóvia, capital da Polônia, em que foi eleito presidente. Em seu texto, tal como está dito no título, o autor faz uma exposição da semiótica das paixões nos dias de hoje com vistas aos estudos do corpo e das formas de vida. Trata-se de um texto bastante atual e importante para as investigações em semiótica.

Como não se trata de um volume temático da revista, com a eleição de um tema único que uniria todos os artigos, em seguida temos a publicação do texto “A polêmica da narrativa revisitada”, escrito por Ana Cristina Fricke Matte. Em seu texto, Ana Cristina, tal como vem expresso em seu resumo, defende “a importância da Tipologia da Ação, pertencente à dimensão interníveis que, em virtude dos níveis envolvidos na análise, chamada de narrativo-discursiva: a dimensão pragmática, do nível narrativo, e a dimensão do ator, do nível discursivo.” Sua tipologia está baseada no tipo de ação e no tipo de relação estabelecida entre atores e actantes, na etapa dessa mesma ação.

Em terceiro lugar, aparece o artigo intitulado “A comunidade LGBTQIA+ vista a partir do discurso publicitário: uma análise dialógica do discurso”, produzido por Thiago Henrique Nascimento Vergara e Marina Célia Mendonça. Em seu artigo, os investigadores propõem uma análise dialógica de enunciados publicitários que refletem e refratam pautas da comunidade LGBTQIA+. Para tanto, valem-se de estudos da Análise Dialógica do Discurso, bem como estudos feministas, tais como os de Judith Butler, Sam Bourcier e de Richard Miskolci.

Em quarto lugar, temos o artigo intitulado “*Receitas de olhar e Classificados poéticos* de Roseana Murray sob a perspectiva do gênero em semiótica”, produzido por Ana Carolina de Picoli de Souza Cruz. Neste artigo, Cruz examina dois poemas da autora de origem polonesa e escritora de livros infanto-juvenis brasileiros, *Receitas de olhar* e *Classificados poéticos*. Em seu trabalho, bem como está apresentado no título, pretende discutir a perspectiva de gênero para a semiótica.

Encerrando este número da revista, aparece o artigo intitulado “O ‘monstro’ em Narcóticos Anônimos sob a perspectiva da análise de discurso”, desenvolvido por José Lamartine Andrade Lima Neto. Com mestrado em psicologia e doutorado em difusão do conhecimento, o autor procura investigar as dependências químicas e comportamentais pelo viés da teoria da rede. No artigo aqui publicado, investiga diferentes abordagens para a recuperação do estado de dependência química, dentre elas, a Análise de Discurso.

Com esses cinco artigos, somados ao oito do primeiro semestre deste ano, fecha-se o segundo número do volume 17 da revista CASA. Despeço-me da editoria responsável pela produção deste periódico, com a certeza de ter cumprido a tarefa de reativá-lo, e deixo os pesquisadores de questões do discurso nas mãos da Profa. Dra. Júlia Lourenço Costa e de Flávia Karla Ribeiro, que assumem a editoria da revista a partir do vol. 1 de 2025. Nesse sentido, convido os estudiosos dos estudos semióticos e seus entusiastas a submeterem seus textos à revista.

Arnaldo Cortina

Araraquara, dezembro de 2024.

DES PASSIONS COLLECTIVES ET SITUATIONNELLES. LA SÉMIOTIQUE DES PASSIONS AUJOURD'HUI

COLLECTIVE AND SITUATIONAL PASSIONS: THE SEMIOTICS OF PASSIONS TODAY

Jacques FONTANILLE¹

Résumé: Le thème de recherche que nous allons suivre est celui de la sémiotique des passions. D'abord *étroitement* associée aux actants narratifs, à leurs modalisations et à leurs actions, la sémiotique des passions s'est en quelque sorte substituée à une psychologie traditionnelle des personnages. Réinvesties dans le champ couvert par la socio-sémiotique, les passions changent de nature : non seulement elles deviennent collectives, mais elles affectent des situations globales, et non spécifiquement des actants. Enfin, dans la perspective d'une anthropologie sémiotique, les passions participent à la constitution de modes d'existence, de typologies anthropiques et de formes de vie. Dans cette *évolution* rapidement retracée ici, les passions s'affranchissent progressivement de la narrativité, se redéployent dans la constitution de mondes anthropiques, et participent à la spécification de ces mondes. Des passions qui habitent et animent un corps agissant, nous sommes ainsi passés aux passions « atmosphériques ». En même temps, le corps et la chair qui les porte passent par la plupart des modes d'existence possibles pour le corps et la chair sémiotiques : individuel, collectif, mondain (cf. la chair du monde, ou le corps passionnel de Gaïa). Et, plus curieusement, dans ces transitions de phase, les passions sont de plus en plus difficiles à préciser et à nommer.

Mots-clés : Passions. Situations. Schèmes anthropiques. Propagation. Passions politiques.

¹ Professeur à Unilim (Université de Limoges/CeReS). E-mail : jacques.fontanille@unilim.fr

Abstract: The research theme we are going to follow is that of the semiotics of passions. Initially closely associated with narrative actants, their modalizations and their actions, the semiotics of passions in some way replaced a traditional psychology of characters. Reinvested in the field covered by socio-semiotics, passions change their nature: not only do they become collective, but they affect global situations, and not specifically actants. Finally, from the perspective of a semiotic anthropology, passions participate in the constitution of modes of existence, anthropic typologies and forms of life. In this evolution quickly retraced here, the passions gradually free themselves from narrativity, redeploy themselves in the constitution of anthropic worlds, and participate in the specification of these worlds. From the passions which inhabit and animate an acting body, we have thus moved on to “atmospheric” passions. At the same time, the body and the flesh that bears them go through most of the possible modes of existence for semiotic body and flesh: individual, collective, worldly (cf. the flesh of the world, or the passionate body of Gaia). And, more curiously, in these phase transitions, the passions are increasingly difficult to specify and name.

Keywords: Passions. Situations. Anthropic schemes. Propagation. Political passions.

1. Introduction

Cette réflexion est consacrée aux passions, sous l’angle de leur présence et de leurs effets dans quelques phénomènes contemporains où elles deviennent centrales ou décisives. Dans cette perspective, ces phénomènes sont de nature à imposer à la sémiotique des passions quelques évolutions significatives. D’abord étroitement associées aux acteurs individuels et aux actants narratifs, à leurs modalisations et à leurs actions, puis aux actants de l’énonciation et de la communication, la sémiotique des passions rencontre déjà le difficile problème de leur diffusion à l’intérieur d’un champ de présence ou d’action, comme un champ de pratiques, d’énonciation ou de communication. Réinvesties par la socio-sémiotique, les passions changent de nature : non seulement elles deviennent collectives, mais *elles affectent globalement des situations*, et pas spécifiquement des actants. En prolongement et dans la perspective d’une anthropologie sémiotique, les passions participent alors directement à la constitution des modes d’existence, des schèmes pratiques anthropiques, des typologies anthropiques et des formes de vie.

Dans cette évolution, les passions se libèrent peu à peu de la narrativité, participent à la constitution des mondes anthropiques, et participent à la spécification de ces mondes. Depuis des passions qui habitent et animent un corps-actant particulier, on est ainsi passé à des passions « atmosphériques » (comme pour la perspective picturale, dite « atmosphérique »). Et le corps et la chair sémiotiques qui les portent ne sont plus seulement ceux des individus, mais ceux des collectifs, et même du monde (la chair du monde, le corps de Gaïa). Et dans ces évolutions, plus curieusement, les passions sont de plus en plus difficiles à dénommer.

L'un des thèmes critiques, véritable pierre d'achoppement dans cette évolution, est celui de la *contagion passionnelle*. Éric Landowski fait reposer cette contagion, dans *Passions sans nom* (« La contagion du sens », 2004, p. 105-137), sur la co-esthésie et l'inter-corporalité dans des interactions réglées par l'*union*, au lieu de la *jonction narrative*. L'ensemble repose sur la *coprésence*, une présence réciproque entre interactants. Le *fou rire*, notamment, illustre à la fois la pertinence des solutions proposées et les problèmes résiduels, tout aussi utiles à la poursuite d'une recherche.

Car si la « contagion » modifie la nature des relations entre acteurs ou actants, en donnant à l'inter-corporalité un rôle central dans la formation et la diffusion des affects, elle laisse pourtant ouvertes deux questions. La première est celle de la dénomination, plus profondément celle de l'identification iconique de ces passions « atmosphériques ». La seconde, qui découle de la première, est la faible prévisibilité du contenu des passions contagieuses. Landowski (2004) semble surtout évoquer les passions dont la contagion est *associative*. On partage le fou rire via l'inter-corporalité, les corps s'agitent et éructent de manière synchrone, mais pourtant seule l'expression corporelle est partagée, et pas nécessairement les contenus. Le fou rire lui-même pourrait être *dissociatif*. L'une des énigmes de la contagion passionnelle tient à la diversité, jusqu'au retournement axiologique, des contenus associés.

Même scénario, même situation, et pourtant des effets passionnels aussi bien dissociatifs et imprévisibles qu'associatifs et prévisibles. La contagion passionnelle peut-elle ou pas mentir ? On doit se rappeler que c'est l'un des critères qui permet de distinguer ce qui est sémiotique et ce qui ne l'est pas. Donc, la contagion passionnelle, en tant que phénomène sémiotique, doit pouvoir mentir, tromper et décevoir. La difficulté à dénommer les atmosphères passionnelles découle du fait qu'elles sont diffusées dans des situations, et que leur distribution entre les composants de la situation n'est pas prévisible.

2. Passions à propagation anthropique

Submersion migratoire, vagues de migration, invasion de migrants, grand remplacement, la Méditerranée est devenue le plus grand cimetière de migrants, etc.

Ce sont des expressions métaphoriques (la mer, les vagues, la submersion des côtes, les navires en perdition) qui sont déjà, dans leur signification littérale, des scénarios connus, naturels et surtout redoutés. La passion est en somme ici une composante de schémas figuratifs figés et naturalisés : ce sont des phénomènes naturels où la passion est impliquée aussi bien pour les acteurs que pour les spectateurs et pour les éléments naturels, comme dans tous ceux où les humains ont à affronter la puissance destructrice de la nature. Non seulement ces scénarios sont terrifiants, mais en outre ils impliquent une confrontation entre « nous » et « eux » (les migrants), et le « eux » appartient ici par construction anthropomorphe à la nature, et pas à la culture.

Ces scénarios portés par les métaphores sont des situations pathémiques flottantes, prêtes à l'emploi, collectif et individuel, qui transposent dans tout autre domaine disponible (social, politique, économique, anthropologique) à la fois la force d'une passion et le clivage anthropologique. Pour être encore plus clair, je pourrais dire que ce qui m'effraie ou m'inquiète dans la « submersion migratoire », ce n'est pas la migration, mais le fait qu'on puisse utiliser une telle métaphore naturaliste pour l'appréhender.

Cette observation doit nous conduire à prévoir, dans toute organisation collective de portée anthropologique, des passions fondamentales directement associées à la manière dont les différents types d'existants, humains et non-humains, vivants et non vivants, sont associés dans un même domaine d'identification anthropique. Les passions n'y seraient pas des adjonctions erratiques et des effets superficiels, mais bien des propriétés affectives intégrées non pas à la psyché des humains, mais ancrées dans les situations fondamentales structurées notamment par le clivage entre « nous » et « eux ». C'est ainsi que la « submersion migratoire » est un scénario figuratif qui repose sur une situation pathémique fondamentale induite par une équivalence anthropologique typique du naturalisme entre la distinction « nous » / « eux », d'une part, et la distinction « culture » / « nature », d'autre part.

Tout comme Damasio (2010 [1994]) dénonçait « l'erreur de Descartes », qui n'avait pas pris en compte les émotions, nous pourrions parler ici de « l'oubli de Descola », qui a excellemment mis en place la constitution des collectifs anthropiques, à partir des relations entre les différents types d'existants et la composition de ces collectifs, sans voir pourtant que ces structurations comportaient des scénarios pathémiques fondamentaux, directement impliqués dans les scènes et schèmes pratiques de relation qui sont associés aux différents types de collectifs. Les pratiques de relation sont toutes porteuses de scénarios pathémiques. On peut à bon droit s'étonner du fait que des anthropologues puissent statuer sur des schèmes pratiques comme le don, l'échange, la prédation, la transmission, la protection, sans voir immédiatement que chacun d'eux comporte un ou plusieurs scénarios pathémiques, impliquant toutes les parties prenantes de la pratique en question.

Viveiros de Castro (2009, 2021) et Latour (2012, 2015), chacun à sa manière, ont amendé cette manière de faire de l'anthropologie avec un principe de *symétrie* ou de *perspective*. Pour Viveiros de Castro (2009, 2021), nous devons naviguer entre les perspectives des différents types d'existants, et, par exemple, pouvoir ressentir les équivalents des émotions pour les animaux, voire les végétaux. Pour Latour (2012, 2015), ce perspectivisme est vu comme symétrie : à chaque situation pratique et pathémique saisie de notre point de vue correspond une autre version de la même situation, saisie du point de vue des autres parties prenantes. Par exemple, si Gaïa nous semble menaçante, c'est parce qu'elle nous ressent comme des agitateurs qui excitent sa sensibilité : elle en frémit.

Tim Ingold (2013), en revanche, même s'il ne traite pas ou rarement de passions ou d'émotions, reconstitue, à l'intérieur de la pratique de l'anthropologue, une place et

une possibilité pour l'affect. La figure théorique est celle des « ontologies inversées ». Concrètement, tout schème pratique peut être ainsi « inversé » : au lieu de considérer que je fabrique un panier, essayons de penser que c'est l'osier et le panier qui me fabriquent comme artisan ; au lieu de penser que l'éleveur de rennes lance un lasso pour attraper un renne, essayons d'imaginer que c'est le renne et la corde de chanvre qui me constituent en éleveur. J'agis et je pâtis à la fois, j'agis en pâtissant, je pâtis en agissant. En même temps que j'agis sur un segment de monde matériel, ce monde m'affecte. Celui qui agit dans le monde, qui met en œuvre un schème pratique (ici, de production d'outil, ou de capture d'un être vivant) entremêle un potentiel corporel, des anticipations, des émotions et des sentiments, et les capacités physiques, les inférences cognitives sont alors inséparables des affects : tout cela constitue les conditions de réussite de la pratique. Dans cette perspective, les objets et l'environnement ne signifient pleinement que parce qu'ils suscitent notre pâtre et notre agir.

Les scénarios figuratifs envisagés au départ de cette discussion sont typiques des « ontologies inversées » : dans l'anthropologie rationaliste de Descola, il n'y a pas de place pour des schèmes pratiques où les autres existants, vivants ou non-vivants auraient l'initiative, c'est-à-dire auraient un rôle de sujet ou d'opérateur du prédicat pratique, notamment pour nous affecter. Et pourtant, on l'a vu, ces pratiques inversées, où c'est le *nous-culture* qui est visé, menacé ou anéanti par le *eux-nature*, sont parfaitement pertinents et interprétables pour une anthropologie sémiotique.

Cette première discussion montre au moins trois choses.

- (i) Le caractère pathémique des situations et pratiques sémiotiques ne peut être pleinement appréhendé que *si l'affect est d'emblée considéré comme une propriété fondamentale de la situation et de ses scénarios de réalisation*, et non comme une simple réaction psychique de l'acteur central de la pratique. Les inversions, symétrisations et navigations perspectives sont en quelque sorte des tests probants de la pertinence sémiotique de cette conception.
- (ii) Un fois le premier point établi, on peut considérer que passions, émotions, affects – peu importe le nom – sont *des conditions sine qua non de la signification des situations et de la réalisation des pratiques*.
- (iii) Enfin, les deux points précédents étant assumés, les passions ainsi conçues, intégrées et diffuses à la fois, ont *une puissance de propagation* : forgées au cœur des grands collectifs d'identification auxquels nous appartenons, elles participent de notre *manière d'être au monde*, et les scénarios qui les portent (comme par exemple la submersion migratoire) ont un tel caractère d'évidence qu'on pourrait oublier que ce sont aussi des constructions idéologiques et même tactiques.

3. Passions, émotions, biais cognitifs et leviers de l'influence

La place et la portée explicative des émotions et des passions est également en question dans le domaine socio-économique. Pour la théorie économique standard, l'*homo economicus* ne prend ses décisions qu'à la suite du calcul comparatif de ses intérêts dans chacune des branches des choix qui s'offrent à lui. C'est la théorie de l'*utilité espérée*, inspirée elle-même de la théorie des jeux. Si l'agent économique décide d'autre manière, il met en péril l'optimisation de ses intérêts, et cela s'explique par une dérive de son calcul : un *bias cognitif* a interféré. Comme l'*homo economicus* est une abstraction, un modèle de comportement, qui n'est jamais strictement réalisé par aucun humain réel, il devenait donc urgent de disposer d'une théorie des biais cognitifs. En fait de théorie, la recherche conduite par les psychologues du comportement a principalement consisté à identifier, décrire, illustrer et dénommer les différents biais cognitifs.

Cette typologie a donné d'étranges résultats, une prolifération de cas non maîtrisable – un peu comme la typologie peircienne des signes, mais la systématité arborescente et rationnelle en moins – : en quelques dizaines d'années, des centaines de biais cognitifs ont été inventoriés, testés expérimentalement et documentés. Des classements ont été proposés, mais vite débordés par la prolifération, en nombre et en diversité, de cas nouveaux. A ce stade de la réflexion, la seule alternative était empirique et inductive : se focaliser sur les biais les plus fréquemment empruntés, comme par exemple l'« aversion à la perte », ou encore le « choix par défaut », qui consiste à se décider pour l'option qui demande le moins d'énergie, d'engagement et de dépense, et ensuite, examiner la gamme de ses variations.

C'est alors que la psychologie cognitive s'est emparée du sujet, avec la *théorie des perspectives* (ou *Prospect Theory*) de Daniel Kahneman et Amos Tversky (1979). Leur première hypothèse, c'est que toute décision humaine est soumise à un point de vue subjectif. La seconde, c'est que toute décision humaine peut emprunter deux voies alternatives :

- (i) la première est constituée d'automatismes rapides, subconscients, souvent analogiques, toujours mis en œuvre via des affects, et, sans conséquences notables sur le flux de l'action ;
- (ii) la deuxième voie est celle d'un calcul rationnel, mobilisant l'attention et la concentration, prenant le temps de la délibération, suspendant le flux de l'action, et supposé sans affect.

Les biais cognitifs se situent plutôt sur la première voie, justement en l'absence de contrôle du processus cognitif. L'analyse plus précise de cette première voie fait apparaître des *déterminations affectives récurrentes*, notamment dans la focalisation de l'attention, dans la constitution des habitudes, dans la hiérarchisation de « ce à quoi on

tient » (comme aurait dit Latour). Et ces déterminations affectives deviennent massives quand elles passent de l'incitation individuelle à l'orientation collective. Les travaux de Damasio (2010), sur les lésions cérébrales qui inhibent les émotions et rendent la décision impossible, viennent en soutien à cette dimension émotionnelle.

La question traitée peut être renversée si les biais cognitifs sont considérés comme la solution et pas comme le problème. Ce renversement est opéré par les collaborateurs de Kahneman, notamment Thaler et Sunstein (2010 [2008]), qui proposent d'agir sur les comportements non pas en renforçant les calculs dits rationnels, mais en utilisant comme levier les émotions et passions qui déclenchent les décisions prises via des biais cognitifs. Ce sont les *nudges*, ces protocoles de manipulations douces qui seront utilisés à grande échelle et partout dans le monde en économie comportementale, en marketing, et dans la mise en œuvre des politiques publiques.

Si le rôle des passions et des émotions dans les choix et les décisions des collectifs humains est considéré comme inévitable, alors la manipulation ne consiste pas à diffuser ou transmettre telle ou telle passion – ce qui serait trop sélectif et inefficace –, mais à canaliser un état passionnel ouvert et hétérogène pour infléchir un comportement, à susciter une disponibilité et un guidage passionnels ancrés dans une situation. Ce guidage pathémique produit d'abord une gratification et une résolution de l'état passionnel individuel, et ensuite, une transposition et une sublimation en état passionnel collectif.

Abordée d'abord comme un élément marginal de la perturbation des comportements rationnels, la dimension passionnelle devient maintenant *le levier principal de l'inflexion des comportements* individuels, puis par propagation, accumulation et assomption, de la réorientation des comportements collectifs dans les sociétés contemporaines. Ce point est essentiel, car il dissocie la dimension passionnelle de la seule cognition ou psyché individuelles, pour des raisons politico-méthodologiques, et pas théoriques. Les premières expériences conduites sur de tels dispositifs manipulateurs ont en effet été réussies en tant qu'expériences psychologiques, mais *déceptives quant à leurs effets sociaux dans la durée*. Un dispositif conçu pour rompre une habitude a toutes les chances de réussir lors de la première ou de la deuxième occurrence ; au-delà, la répétition n'installe une autre habitude (le comportement souhaité) que si l'acteur assume son nouveau comportement, et il ne peut l'assumer que s'il est validé par un système de valeurs partagé au sein d'un collectif.

L'inflexion du comportement n'étant économiquement ou politiquement pertinente que si elle est massive, la dimension passionnelle doit être ouverte et diffusée, en même temps que le système de valeurs à assumer, au sein d'une large partie de la population. De l'inflexion individuelle à la propagation, et de la propagation à la propagande, le chemin est tout tracé : il faut ancrer les émotions et les passions dans les situations collectives et partagées, et les ancrer au plus profond de l'existence et du devenir des collectifs.

Concrètement, à hauteur des scénarios figuratifs des situations passionnelles, ces émotions et passions sont inscrites dans le design même des environnements immédiats de l'action, dans celui des procédures proposées, ou de la présentation des résultats projetés, ces environnements, procédures et résultats étant proposés à toute une population d'usagers ou de citoyens. Ce sont des cheminements décorés et attractifs dans les espaces publics, des gratifications associées à des procédures, des promesses ou des évaluations affichées sur les sites mêmes du comportement. Quand les passions sont des affectss de situations réalisées sous forme de scénarios figuratifs, elles peuvent se diffuser ainsi sur tous les composants de ces scénarios.

La structure sémiotique est cohérente : d'un côté des *contenus passionnels* faiblement spécifiques et largement distribués entre les composants d'une situation et d'une scène pratique, et, de l'autre, des *expressions passionnées* qui sont disséminées dans l'environnement de la pratique, ou qui jalonnent les étapes d'une procédure, ou le cheminement d'un déplacement.

4. Passions collectives, passions sémiotiques fondamentales, passions-mythes

Pour mieux comprendre les passions collectives, dont la prégnance dans le domaine politique est si forte, on peut commencer par examiner les arguments de l'une de celles et ceux qui les dénoncent.

La philosophe Simone Weil a consacré une grande partie de sa vie, de ses écrits et de son énergie – au prix de sa santé – à la condition ouvrière, et, après avoir fréquenté assidument la plupart des partis d'extrême-gauche, elle a milité pour la suppression de tous les partis politiques, au motif principal qu'ils ne servaient qu'à *imposer des passions collectives*, au détriment des valeurs politiques. Weil (1957), dans sa *Note sur la suppression générale des partis politiques*, affirme qu'un parti politique est d'abord « une machine à fabriquer de la passion collective » qui éloigne les citoyens des valeurs de vérité et de justice. Elle constate que les individus capables d'exprimer des pensées nuancées dans leur vie privée adoptent des discours caricaturaux et préformatés quand ils se retrouvent dans une organisation de masse telle qu'un parti politique.

Le raisonnement de Simone Weil, inspiré de Rousseau, est d'emblée *compositionnel*, dans un rapport entre les mouvements des parties et ceux de la totalité :

Rousseau pensait seulement que le plus souvent un vouloir commun à tout un peuple est en fait conforme à la justice, par *la neutralisation mutuelle et la compensation des passions particulières*. C'était là pour lui l'unique motif de préférer le vouloir du peuple à un vouloir particulier.

C'est ainsi qu'une certaine masse d'eau, quoique *composée de particules qui se meuvent et se heurtent sans cesse*, est dans un équilibre et un repos parfait.

Elle renvoie aux objets leurs images avec une vérité irréprochable. Elle indique parfaitement le plan horizontal. Elle dit sans erreur la densité des objets qu'on y plonge.

Si des individus passionnés, enclins par la passion au crime et au mensonge, *se composent de la même manière en un peuple véridique et juste*, alors il est bon que le peuple soit *souverain* (Weil, 1957, p. 127, souligné par nous).

Mais, entre les membres et le collectif, il ne suffit pas de se fonder sur les relations entre les parties actérielles et le tout actantiel. La méréologie n'explique pas *la transposition des passions individuelles en souveraineté collective : des mouvements et des flux* sont le véritable ressort du changement interne. La « neutralisation mutuelle » et la « compensation » réciproque ne sont pas des relations entre les membres du collectif : ce sont des *compositions* dont les parties sont des forces et des flux, qui trouvent des équilibres métastables.

Le raisonnement produit aussi la situation contraire :

Il est tout à fait évident que le raisonnement de Rousseau tombe dès qu'il y a passion collective. Rousseau le savait bien. La passion collective est une impulsion de crime et de mensonge infiniment plus puissante qu'aucune passion individuelle. *Les impulsions mauvaises, en ce cas, loin de se neutraliser, se portent mutuellement à la millièème puissance*. La pression est presque irrésistible, sinon pour les saints authentiques.

Une eau mise en mouvement par un courant violent, impétueux, ne reflète plus les objets, n'a plus une surface horizontale, n'indique plus les densités (Weil, 1957, p. 128, souligné par nous).

Il est clair ici que le collectif ne peut pas être animé d'une ou plusieurs passions collectives sans tomber dans un excès destructeur. Par conséquent, la dynamique décrite positivement est bien celle de la *neutralisation passionnelle* – des passions individuelles converties en *souveraineté apathique* – et non de la réduction du pluriel (la multitude passionnelle) au collectif (la passion collective).

La conséquence de la passion collective, à l'inverse, est l'inhibition de la pensée individuelle, car elle commence par poser le clivage, « être pour » / « être contre », c'est-à-dire, à tout propos, « nous » / « eux ».

On en est arrivé à ne presque plus penser, dans aucun domaine, *qu'en prenant position « pour » ou « contre » une opinion. Ensuite on cherche des arguments, selon le cas, soit pour, soit contre*. C'est exactement la transposition de l'adhésion à un parti. [...]

Presque partout – et même souvent pour des problèmes purement techniques – l'opération de *prendre parti, de prendre position pour ou contre, s'est substituée à l'obligation de penser*. C'est là une lèpre qui a pris origine dans les milieux politiques, et s'est étendue, à travers tout le pays, presque à la totalité de la pensée (*loc. cit.*, p. 137, souligné par nous).

L'inversion de la séquence

[argumentation > conclusion > position politique]

en

[position politique > opinion > arguments d'étayage],

nous donne à lire la passion non pas dans les frémissements de la chair ou les mouvements du corps, mais dans les enchaînements discursifs et praxéologiques : c'est ainsi, nous dit Simone Weil, qu'on en arrive à ne plus penser, et seulement à sentir pour adhérer.

On peut poser le problème d'une autre manière.

Le problème se situe en-deçà du domaine politique, et même des institutions et de leurs états passionnels. Le problème est celui de l'ancrage des phénomènes passionnels dans les collectifs. Les individus, les groupes structurés, les institutions sont de tels lieux d'ancrage disponibles ; en effet, ils parlent, ils écrivent, ils s'expriment, ils se donnent des porte-parole, ils agissent publiquement ; leur action fait partie d'une énonciation passionnelle qui reste circonscrite au domaine d'une instance énonçante collective. Le fait qu'elle soit ainsi circonscrite facilite et pérennise les clivages passionnels (cf. pour / contre, nous / eux).

Dans un court développement, Weil (1957) envisage, comme possible alternative à la tendance totalitaire dans la vie des partis, la *fluidité* des partages d'opinions et de positions politiques, qu'elle définit comme une disponibilité des acteurs politiques qui « s'associeront et se dissocieront selon le jeu naturel et mouvant des affinités » (p. 136). La *fluidité* est une propriété du *milieu d'affinité* où se meuvent les acteurs et où circulent les opinions, et Simone Weil précise : « C'est la fluidité qui distingue du parti un milieu d'affinité » (p. 136). Comment mieux dire que ce qui se passe ici concerne des « flux », et que l'optimisation du fonctionnement collectif voudrait que la fluidité n'épaississe pas, reste en mouvement, sans obstacle ni figement.

Mais les groupes informels et provisoires, les foules plus encore, qui seraient les lieux les plus appropriés pour garantir une telle fluidité, sont toujours menacés par l'exploitation de cette fluidité à des fins partisans, ou, plus insidieusement, à la manifestation d'opinions et de passions enfouies ou émergentes, en tout cas particulières et singulières, de petits groupes qui tentent des dérivations de la fluidité à leur profit. Des slogans,

des épigrammes provoquants, des figures de dislocation ou d'ellipse, dont l'instance énonçante est diffuse, et conçue pour se diffuser sans limites assignées.

Figure 1 – Les manifestants contre le « passe sanitaire »



Source : Anonyme

Pendant les manifestations contre le « passe sanitaire » en France, sur le fond de la pandémie covid-19, certains manifestants montraient des pancartes qui ne portaient pour seule inscription « Mais Qui ? ». D'autres montraient non loin des premiers des pancartes où étaient inscrits les noms de personnalités politiques, économiques et culturelles supposées juives. La réponse et la question étaient disjointes, seule la foule des manifestants à proximité pouvait les mettre en relation. Or, en France, comme l'a tout de suite rappelé le ministre de l'intérieur, « L'antisémitisme n'est pas une opinion, mais un délit ». Mais l'antisémitisme ne peut être un délit que s'il est public, c'est-à-dire exprimé. Donc le dispositif de disjonction entre la question et la réponse était supposé brouiller la chaîne de l'imputation : ni dans la question, ni dans la réponse, mais entre les deux ; *entre les deux, c'est l'attroupement passionné qui établit le lien entre la question et la réponse*. Autant dire que la recherche des responsables du délit-passion, à ma connaissance, n'a pas abouti. ²

On a donc ici une passion de foule qui ne peut avoir d'autre nom que celui d'un délit, donc d'une définition légale, mais cette définition légale n'est plus applicable quand l'instance énonçante qui porte l'argument antisémite est une passion insaisissable, diluée dans la foule.

Plus généralement, les sciences humaines et sociales ont beaucoup de peine à expliquer comment des émotions individuelles cumulées, comme la colère, le ressentiment, la

² Ces photos ont été largement diffusées dans les médias en ligne (Libération, Le Monde, Marianne, Le Républicain Lorrain, Midi Libre, Vosges Matin, etc.) et les réseaux sociaux (Facebook, X). La source photographique est restée anonyme, en raison du caractère délictueux du procédé ici publié (provocation à la haine antisémite).

frustration peuvent déboucher sur des passions collectives. L'argument le plus souvent avancé est celui de la mobilisation collective : la « mobilisation » est le moment de transformation d'une myriade d'émotions individuelles en un seul collectif passionnel. La *mobilisation* est le strict opposé de la *neutralisation* revendiquée par Weil. Mais Weil, qui tient un discours militant orienté contre la mobilisation passionnelle, se contente de l'expliquer par une convergence des passions individuelles, voulue et organisée par les partis. Toutefois, cet argument reste sans effet si on ne comprend pas mieux ce qu'est une « mobilisation » : c'est l'objet d'une réflexion sémiotique.

Mouffe, qui a beaucoup écrit avec Laclau (1985), sur le populisme notamment, propose une explication qui est quasi sémiotique. Dans Mouffe (2023), et dans un entretien intitulé « Chantal Mouffe théorise le populisme de gauche et inspire Mélenchon » (2017), elle dépasse le simple clivage entre *peuple* et élites, pour aborder plus généralement le processus de mobilisation et de pathémisation du collectif.

La première décision méthodologique est déjà sémiotique : pour parvenir à une explication acceptable de la mobilisation collective, il faut partir du postulat selon lequel le « vivre ensemble » est de nature polémique et conflictuelle (« dissociative », selon Mouffe), et pas irénique et contractuelle (« associative » selon Mouffe). L'amélioration du *vivre ensemble*, dans le premier cas consiste dans la conquête d'une hégémonie stabilisante, et dans l'alternative entre les hégémonies, alors que dans le second cas, elle procède d'un maintien à tout prix des équilibres contractuels, au masquage des relations polémiques, au détriment de la résolution des tensions et des conflits. C'est, en bref, le choix que Greimas avait fait, dans les années 80, en posant la prééminence narrative des structures polémiques. Et c'est ce même choix que Alonso Aldama (2023) assume dans son ouvrage.

La seconde décision est encore de nature sémiotique : pour actualiser le principe polémico-conflictuel, l'instance énonçante qui l'adopte doit d'abord, parmi les multiples antagonismes actifs, *sélectionner celui qui est le plus largement clivant*, et ensuite *l'assumer subjectivement*. Cette focalisation et cette assomption subjective permettent d'installer, affirme Mouffe (2023), un partage et une confrontation entre « nous » et « eux ». Cette confrontation va susciter alors le désir ou la tentation de structurer, motiver et consolider le « nous » ; c'est une phase où se construit une identité collective, ou au moins un processus d'identification, comparable à celui décrit par les anthropologues (Descola) ou les socio-anthropologues (Laclau, Latour). C'est dans cette phase critique que les passions collectives interviennent, car elles constituent un recours à l'impossible identification « rationnelle » du collectif. Car dans ce processus, le « peuple » c'est d'abord le nombre, la masse des connections et des réseaux, et c'est un collectif du même type que la foule, mais en plus complexe, et d'une instabilité supérieure : totalement hétérogène, traversé par de multiples clivages multidimensionnels, ce collectif achoppe à construire et assumer une totalisation rationnellement composée de parties liées entre elles.

En revanche, dans ce processus d'identification au sein du « nous », par la confrontation avec « eux », s'expriment des gammes d'émotions convergentes et cumulables : frustration, ressentiment, colère, humiliation, entre autres. À un moment donné, tout cela *coagule* – pour prolonger la métaphore de la *fluidité* que Simone Weil appelle de ses vœux – en un mouvement passionnel global, durablement collectif, qu'une nouvelle instance énonçante peut présenter comme la mobilisation passionnelle du « nous ». Le passage du « potentiel » (les émotions individuelles accumulées et progressivement partagées) à l'« actualisé » (l'état passionnel collectif) sera suivi de la « réalisation », c'est-à-dire le passage à l'action.

Si on peut encore identifier et dénommer les émotions potentiellement accumulées, on doit y renoncer pour la passion collective, qui est un mélange indémêlable d'affects divers, où on croit reconnaître de la haine, de la perte du sentiment de soi, de la souffrance, mais on le croit seulement parce que la mobilisation du collectif n'est pas destinée à son identification passionnelle, mais à son *passage à l'acte, qui sera sa véritable identité*, ou plus précisément la réalisation de son identité passionnelle.

| Conclusion

Ces problématiques passionnelles débouchent sur une recherche de plus grande ampleur, car à ce stade, nous n'avons pu montrer, peut-être prouver, qu'un seul aspect du problème : l'ancrage des passions et émotions dans les situations sémiotiques et les configurations pratiques, et leur portage par des collectifs, restreints ou massifs. Nous avons pu aussi montrer que c'est sous ces conditions que la dimension passionnelle devient un sujet de recherches directement en prise avec des crises, des défis et des enjeux contemporains. Il reste maintenant à explorer les structures anthropologiques qui sont susceptibles de procurer à ces passions collectives et situationnelles les capacités de propagation et de répartition que nous avons ici seulement constatées. J'ai commencé cette recherche, notamment dans une publication récente consacrée aux fondements anthropologiques et mythiques des passions politiques.

| Bibliographie

ALONSO ALDAMA, J. *La tension politique. Pour une sémiotique de la conflictualité*. Paris : L'Harmattan, 2023.

DAMASIO, A. *L'erreur de Descartes: la raison des émotions*. Paris : Odile Jacob, 2010. [*Descartes' Error: Emotion, Reason and the Human Brain*, New-York: Putnam, 1994]

FONTANILLE, J. The passions-myths of a collective political actant. In: VENTSEL, A. ; SELG, P. (dir.). *Power of Emotions: On the Affective Constitution of Political Struggle - A Multidisciplinary Approach*. Springer, à paraître 2025.

INGOLD, T. *Marcher avec les dragons*. Traduit de l'anglais par Pierre Madelin. Bruxelles : Zones Sensibles, 2013.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263-291, mars. 1979.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres : Verso, 1985.

LANDOWSKI, É. *Passions sans nom*. Paris : Presses Universitaires de France, 2004.

LATOUR, B. *Enquête sur les modes d'existence, une anthropologie des Modernes*. Paris : La Découverte, 2012.

LATOUR, B. *Face à Gaïa. Huit conférences sur le Nouveau Régime Climatique*. Paris : La Découverte, 2015. Coll. Les Empêcheurs de penser en rond.

MOUFFE, C. *La Révolution démocratique verte. Le Pouvoir des affects en politique*. Traduit de l'anglais par Christophe Beslon. Paris : Albin Michel, 2023. [Towards a Green Democratic Revolution. Left Populism and the Power of Affects, London: Verso, 2022]

NOYÉ, S. Chantal Mouffe théorise le populisme de gauche et inspire Mélenchon. *La Vie*, n. 373713, avr. 2017.

THALER, R. ; SUNSTEIN, C. *Nudge : la méthode douce pour inspirer la bonne décision*. Paris : Vuibert, 2010. Coll. « Signature ». [Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness. New Haven: Yale University Press, 2008.]

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Métaphysiques cannibales. Lignes d'anthropologie structurale*, Paris : Presses Universitaires de France, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Le regard du jaguar : Introduction au perspectivisme amérindien*. Paris : La Tempête Editions, 2021.

WEIL, S. *Ecrits de Londres*. Paris : Gallimard, 1957. p. 126 et seq.

Como citar este trabalho:

FONTANILLE, Jacques. Des passions collectives et situationnelles. La sémiotique des passions aujourd'hui. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 10-23, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v17i2.19787>.

A POLÊMICA DA NARRATIVA REVISITADA

THE CONTROVERSY OF THE NARRATIVE REVISITED

Ana Cristina Fricke MATTE¹

Resumo: Neste trabalho, defende-se a importância da Tipologia da Ação, pertencente à dimensão interníveis que, em virtude dos níveis envolvidos na análise, chamamos de Narrativo-Discursiva: a Dimensão Pragmática, do Nível Narrativo, e a Dimensão do Ator, do Nível Discursivo. Sua análise, além de evidenciar o sincretismo de papéis, traz à luz a Polêmica da Narrativa, pouco presente em publicações semióticas contemporâneas. A Tipologia baseia-se, conforme Barros (1988), no tipo de ação (aquisição ou privação) e na relação atores/actantes na Etapa da Ação (atores iguais/diferentes em S1 e S2). A polêmica reside na relação de pressuposição entre os dois tipos de ação (aquisição/privação). Assim, sugerimos dois tipos de polêmica, alienada e cônica, conforme o envolvimento do sujeito de estado (S1) na transformação em foco. Assim, o primeiro tipo é aqui chamado de Polêmica Alienada, com pouca ou nenhuma consciência ou participação de S1 na transformação de estado: nela, a Apropriação é o reverso da Espoliação. No outro tipo de polêmica, a Polêmica Cônica, o papel de S1 é preponderante para a permissão ou consciência da transformação, com a Doação sendo o reverso da Renúncia. Este artigo apresenta a metodologia e a aplicação da Tipologia da Ação.

Palavras-chave: Actantes. Atores. Polêmica da narrativa. Ponto de vista. Sujeito de estado.

¹ Docente da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). E-mail: anacrisfm@ufmg.br

Abstract: This work defends the importance of the Typology of Action, belonging to the interlevel dimension that, due to the levels involved in the analysis, we call Narrative-Discursive: the Pragmatic Dimension, of the Narrative Level, and the Actor Dimension, of the Discursive Level. Its analysis, in addition to highlighting the syncretism of roles, brings to light the Controversy of the Narrative, which is rarely present in contemporary semiotic publications. The Typology is based, according to Barros (1988), on the type of action (acquisition or deprivation) and the actor/actant relationship in the Action Stage (same or different actors in S1/S2). The controversy lies in the presupposition relationship between the two types of action (acquisition/deprivation). Thus, we suggest two types of controversy, alienated and conscious, depending on the involvement of the state subject in the transformation in focus. Therefore, the first type we call Alienated Controversy, with little or no awareness or participation of S1 in the transformation of state: here Appropriation is the reverse of Spoliation. In the other type of controversy, the Conscious Polemic, the role of S1 is preponderant for the permission or awareness of the transformation, with Donation being the reverse of Renunciation. This article presents the theory and practice of the Action Typology.

Keywords: Actants. Actors. Narrative controversy. Point of view. Subject of state.

Introdução

O Nível Narrativo, apesar dos avanços da Teoria Semiótica em direção a outras searas, permanece sendo importante, pois funciona como um balizador do texto, além de ter sido a primeira sistematização que a Semiótica compôs e que perdura até hoje. As balizas criadas pela Narrativa são essenciais nas análises de alguns textos, enquanto, nas análises de outros, são irrelevantes, tal como normalmente acontece com todas as categorias de análise do Percurso Gerativo do Sentido.

Uma das primeiras investidas na análise do Narrativo é localizar no texto quem são os atores com papéis actanciais. Papéis actanciais são sujeito de estado (S1), sujeito do fazer (S2), objeto-valor (O), destinador (D^{or}) e destinatário (D^{ário}), cuja relação é o foco actantes do Nível Narrativo. E atores? Permito-me descrevê-los como as figuras personificáveis do Nível Discursivo que ocupam papéis actanciais no texto em foco. Por exemplo:

- Maria me deu um lápis.
 - Sujeito do fazer (S2) = Maria: S2_{Maria}
 - Sujeito de Estado (S1) = "eu": S1_{eu}
 - Objeto-valor (O) = lápis: O_{lápis}

Para o nível Narrativo importam as transformações de estado e os processos de manipulação e sanção, independentemente do ator que ocupa cada papel actancial, no entanto, esse vínculo auxilia na compreensão das relações entre os actantes. É importante notar, porém, que o investimento de atores nos papéis actanciais não pertence exclusivamente a nenhum dos dois Níveis envolvidos, dado definir actantes conforme os atores e vice-versa.

Cabe observar, conforme defendemos, todo o Percurso Gerativo do Sentido seja analisado como um processo, inclusive no Narrativo, que não é temporal, é lógico. Ao definir os elementos do percurso, portanto, não estamos definindo pontos em um esquema, mas a transformação entre seus estados no texto.

O que, afinal, estamos chamando de “Tipologia da Ação”? Trata-se de uma classificação que remonta às primeiras investidas da Semiótica Francesa: relacionar atores do *Nível Discursivo* com os papéis actanciais ocupados por eles e classificar conforme a transformação de estado seja de aquisição (disjunção para conjunção) ou privação (conjunção para disjunção). Nenhum valor fórico é definido neste nível de análise, pois, mesmo que os nomes utilizados para compor a tipologia pareçam tendenciosos, o Nível Narrativo é puramente lógico. A valorização advirá da análise dos outros níveis, em especial, o Nível Fundamental, que foge ao escopo do presente trabalho.

A importância da classificação resultante da análise da Tipologia da Ação, deveras simples, não é, como pode parecer, deixar claro o sincretismo de papéis. A Tipologia da Ação é importante para evidenciar a polêmica da narrativa, a qual pode ser de grande relevância na construção do sentido em um texto ao explicitar os pontos de vistas nele conflitantes.

1. Atores e papéis actanciais

Todos os papéis actanciais do Nível Narrativo podem ser ocupados por um, por muitos ou por atores alternados do Nível Discursivo. A contrapartida é igualmente verdadeira: nenhuma regra narrativa define quantos ou quais atores vão ocupar cada papel actancial.

Não poderia ser de outra forma: o Nível Discursivo é mais complexo do que o Nível Narrativo, de modo que normalmente possui muito maior diversidade de elementos personificáveis que podem ocupar os papéis actanciais, em número fixo e restrito. Cabe observar o potencial dessa relação entre atores (Discursivo) e actantes (Narrativo), a qual permite, quando relevante, analisar a ativação ou não de diferentes atores, numa indicação forte de sua importância para os valores veiculados no texto (Lara; Matte, 2009, p. 35-55).

Podemos ocupar um Sujeito de Estado (S1) com “João”, “João e Maria” ou mesmo “filhos”, e isso não afetará a análise do Nível Narrativo. No entanto, se o conjunto “João e Maria” for sujeito do fazer (S2) e de estado (S1) ao mesmo tempo, o efeito de sentido de autoafetamento interfere na compreensão do texto.

A classificação da Ação, portanto, no que tange à relação entre atores e actantes, depende de haver sincretismo de papéis, situação em que um mesmo ator ocupa mais de um papel actancial no trecho em foco, ou de, pelo contrário, cada actante corresponder a um ator (ou conjunto de atores) diferente.

Conforme Barros (1988, p. 26), trata-se de conjugar 2 diferentes critérios e o primeiro é justamente esse: a definição da identidade do *ator* que, na função em foco, ocupa os *papéis actanciais* de sujeito do fazer (S2) e sujeito de estado (S1), de modo a determinar se essa identidade é transitiva ($S1 <> S2$) ou reflexiva ($S1 = S2$).

2. Tipo de transformação

Ainda em Barros (1988, p. 26), é discutido o tipo de transformação realizada por S2, no Programa Narrativo em foco, tipo este que pode ser de *aquisição* (transformação de disjunção para conjunção) ou de *privação* (transformação de conjunção para disjunção).

Após analisar os atores, os actantes e o tipo de transformação na Etapa da Ação, temos todas as informações necessárias para calcular o tipo da Ação.

Para saber se a transformação é aquisição ou privação, observa-se a direção da transformação (aquisição ou privação), o que, em conjunto com a análise da relação actante/ator, já é suficiente para realizar a classificação da tipologia, com os quatro tipos mencionados já no *Dicionário de Semiótica*:

- aquisição reflexiva ($S1=S2$): Apropriação (Greimas; Courtés, s/d, p. 24);
- privação transitiva ($S1<>S2$): Espoliação (desposseção no dicionário: Greimas; Courtés, s/d, p. 113);
- privação reflexiva $S1=S2$: Renúncia (Greimas; Courtés, s/d, p. 382);
- aquisição transitiva ($S1<>S2$): Doação (Greimas; Courtés, s/d, p. 133).

São, de fato, duas regras:

1. A primeira verifica se é aquisição ou privação. Esta informação vem do Nível Narrativo, na Dimensão Pragmática, Etapa da Ação: *Tipo de transformação*.
2. A segunda verifica se os atores que ocupam o papel de S1 e S2 são o mesmo ou se são diferentes. A resposta vem da comparação entre os *actantes* do Narrativo, sujeitos de estado e de fazer, coletados na Dimensão Pragmática, Etapa da Ação, e os *atores* do Nível Discursivo².

² Caso isso não seja observado, corremos um sério risco de trocarmos aleatoriamente os atores, obtendo, com esse engano, resultados igualmente aleatórios, nada científicos, portanto.

A partir do exposto, podemos montar a classificação expressa no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação da tipologia da Ação conforme o sincretismo ou não de papéis (vertical) e o tipo de transformação (horizontal)

	Aquisição	Privação
S1=S2 reflexiva	Apropriação	Renúncia
S1<>S2 transitiva	Doação	Espoliação

Fonte: Elaboração própria

3. Caráter polêmico: o ponto de vista no Nível Narrativo

Como dito acima, a importância dessa tipologia é fazer emergir a polêmica que toda transformação de estado tem como pressuposta (Barros, 1988, p. 26). Conforme Barros, a polêmica reside no fato de que, para toda aquisição, há uma privação. Propõe-se aqui considerar também as diferenças entre dois tipos de polêmicas possíveis, que, conforme proposta nossa, diferem por S1 ser caracterizado como voluntário/consciente (polêmica *cônscia*) e, na outra, como involuntário/inconsciente (polêmica *alienada*). A *polêmica cônscia* é aquela na qual S1 é voluntário na transformação, ou consciente dela, e a *polêmica alienada*, aquela na qual S1 é constrangido à transformação, ou inconsciente da operação. A foria não está diretamente vinculada a esses nomes, pois essa relação muda conforme o texto.

NOTA: Retomando a tipologia, dado que a polêmica reside exatamente no fato de que, para cada aquisição, há uma privação, cabe destacar que o mesmo não ocorre com objetos compartilháveis, como o conhecimento, que é doado sem deixar de pertencer ao autor da doação. Um exemplo contrário são os segredos industriais os quais, embora ainda trabalhem com um objeto compartilhável, endereçam a polêmica à Etapa da Verificação.

É por depender do ponto de vista que esta classificação traz à tona o *caráter polêmico* da Narrativa, muito produtivo em textos em que a polêmica reside na relação entre os atores e os objetos. Assim, é imprescindível, para essa etapa da análise da polêmica, que se observe qual ator está colocado no papel de S1, pois o Sujeito do estado define o tipo de polêmica conforme sua participação na transformação.

Observe também que a palavra polêmica não possui, na Semiótica, o sentido coloquial que conhecemos, mas relaciona-se a ele porque um programa contrapõe-se a outro:

- quem me *espoliou* de algo, *apropriou-se* daquilo: polêmica alienada;
- quem me *doou* algo, *renunciou* àquilo: polêmica *cônscia*.

Esta microanálise mostra a força do Nível Narrativo para análise de textos mais complexos, nos quais o sincretismo de papéis pode trazer à luz as estratégias pelas quais um sujeito faz algo para si mesmo; por exemplo, a automutilação aparecendo numa pessoa que não gosta de dor é um sincretismo no qual o S1 situa-se num quadro de valores segundo o qual “dor” é ruim, enquanto S2, apesar de estar figurado pelo mesmo ator do Nível Discursivo que S1, situa-se num quadro em que “infligir dor” não é tão relevante quanto o castigo que o ato representa. Castigar S1 (ele próprio) não significaria um ato contra si mesmo (S2), mas uma redenção pela dor, ou seja, um ato positivo, tal como aparece em algumas religiões.

Nos textos em que a polêmica explica a produção de sentido, a detecção correta da Tipologia da ação é fundamental, pois não conseguiremos perceber a polêmica da narrativa se trocarmos uma doação por uma apropriação, por exemplo. Isto pode acontecer caso não sejam observados os vínculos entre os tipos opostos no mesmo tipo de polêmica, como veremos a seguir. Note, porém, que isso não significa que um texto só possa conter um ou outro tipo de polêmica e nem que os opostos precisem estar textualizados.

Por um lado, quando encontramos operações de diferentes tipos de polêmicas num mesmo trecho, isso pode tanto ser causado por estarmos falando de diferentes percursos narrativos, quanto pode revelar relações mais complexas, como polêmicas em rede.

Por outro lado, considerando que toda aquisição presume uma privação concomitante, mesmo que uma delas não seja textualizada, ela está pressuposta no texto (exceto para objetos compartilháveis), o que pode ser importante para uma leitura dialógica do mesmo.

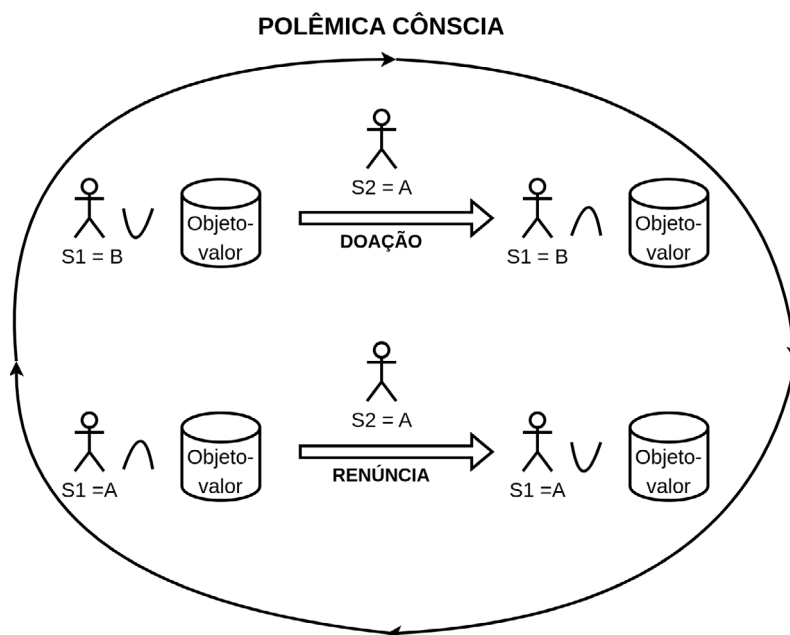
4. Polêmica cônica

Doação e renúncia são os dois tipos de polêmica cônica (Esquema 1) por haver em ambas o consentimento de S1, gostando disso ou não. Um bom exemplo é apresentado por Barros (1988, p. 26): “Na fala de Joana, em Gota d’água, a transformação operada é ora descrita como uma doação de valores a Jasão (aquisição transitiva), ora como a renúncia de Joana a esses valores (privação reflexiva).”

A Polêmica Cônica, primeiro tipo de polêmica, é geralmente encontrada em textos nos quais:

- a) S1 sabe da operação que transforma seu estado em relação ao objeto, aceitando-a, ou
- b) S1 está ativo durante a operação.

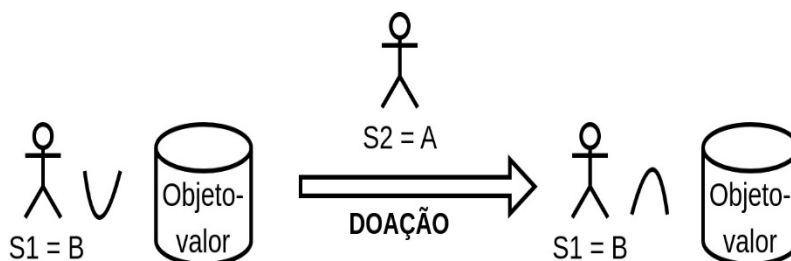
Esquema 1 – Polêmica cônica: a toda doação corresponde uma renúncia



Os dois tipos de ação possíveis na polêmica cônica são descritos a seguir: doação e renúncia.

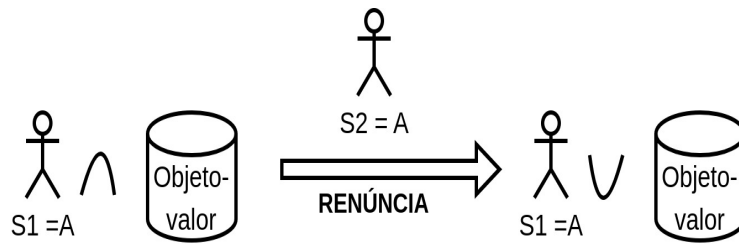
- *Doação*: o sujeito do fazer (S2) é diferente do ator que ocupa o papel actancial de Sujeito de Estado e a operação é de aquisição: S1 passa de disjuncto a conjuncto num processo transitivo.
- Se B ganhar um prêmio – seja concreto como uma taça, seja abstrato, como uma honra –, B é S1, mas a transformação é de autoria de A (S2), num processo de aquisição por *doação* (Esquema 2).

Esquema 2 – Transformação de estado: aquisição por **Doação**



Fonte: Elaboração própria

Esquema 3 – Transformação de estado: privação por **Renúncia**



Fonte: Elaboração própria

- Renúncia: o sujeito do fazer (S2) é o mesmo ator que ocupa o papel actancial de Sujeito de estado e a operação é de privação, num processo reflexivo (Esquema 3).
- Se A conceder um prêmio a B, A ficará sem o prêmio, de modo que o mesmo ator A ocupa os dois papéis S2 e S1, num processo de privação por *renúncia*.

5. Polêmica Alienada

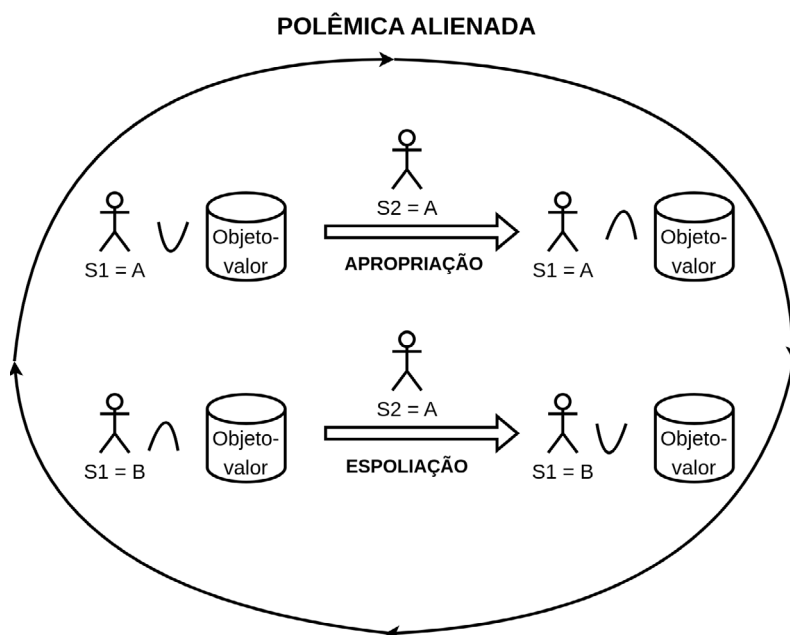
No segundo tipo, a Polêmica Alienada (Esquema 4), a aquisição e a privação independem do sujeito de estado, de certo modo que, na transformação realizada, há uma espécie de alienação de S1 em relação à escolha entre ganhar ou perder a conjunção. Exemplos de Barros (1988, p. 27):

Bons exemplos da correlação entre os programas de apropriação e de espoliação ocorrem na literatura popular, pois quando o sujeito “príncipe” se apropria do objeto “princesa”, o sujeito “dragão” é dele espoliado; quando o Pequeno Polegar adquire a bota-de-sete-léguas, priva dela o Ogro, quando Joãozinho-do-pé-de-feijão se apodera da galinha-dos-ovos-de-ouro, o Gigante perde esse objeto-valor.

A Polêmica Alienada será geralmente encontrada em textos nos quais:

- a) não importa se S1 sabe ou não da operação que transforma seu estado em relação ao objeto, ou
- b) S1 sabe o que está acontecendo mas permanece inativo/passivo durante a operação.

Figura 4 – Polêmica Alienada: a toda apropriação corresponde uma espoliação

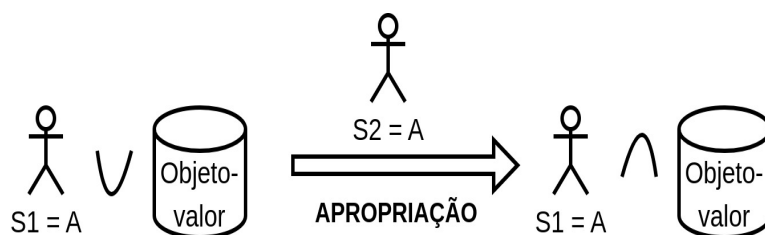


Fonte: Elaboração própria

Apropriação e espoliação são os dois tipos de ação na polêmica alienada, descritos a seguir.

- *Apropriação:* o sujeito do fazer (S2) é o mesmo ator que ocupa o papel actancial de Sujeito de estado e a operação é de aquisição. A relação é reflexiva.
- Se A toma para si o prêmio que deseja, A ocupa S1 e S2 ao mesmo tempo, num processo reflexivo de *aquisição* por *apropriação*. Assim, A transformou sua própria disjunção com o objeto em conjunção (Esquema 5).

Esquema 5 – Transformação de estado: aquisição por Apropriação

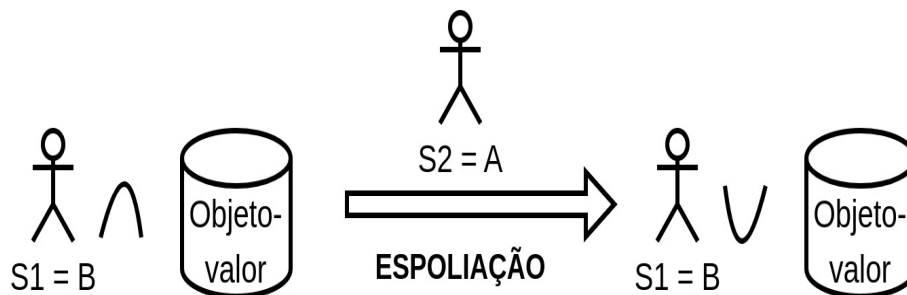


Fonte: Elaboração própria

- *Espoliação:* o ator que ocupa o papel actancial do sujeito do fazer (S2) é diferente do ator que ocupa o papel de Sujeito de Estado e a operação é de privação. Processo transitivo.

- B, como S1, recebeu um prêmio, do qual foi destituído por um recurso de A, S2. Assim, S1, que estava em conjunção com o prêmio, fica sem ele (disjunção) numa transformação realizada por B. Trata-se de um processo de privação por *espoliação* (Esquema 6).

Figura 6 – Transformação de estado: privação por **Espoliação**



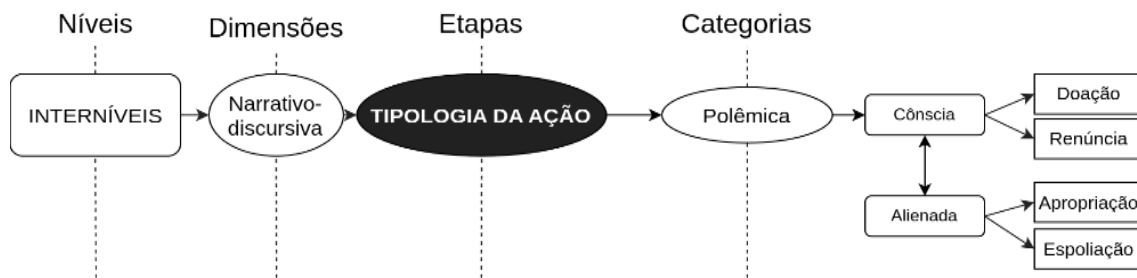
Fonte: Elaboração própria

6. Polêmica na árvore

A Árvore das Categorias de Análise Semiótica (Matte, no prelo), por meio de um esquema de ramificações, mostra, de forma espacializada, as relações entre as etapas e categorias de análise, compreendendo as seguintes ramificações: Nível → Dimensão → Etapa → Categoria → Subcategorias (não obrigatórias) → respostas. Nessa árvore, a Etapa de Tipologia da Ação aparece com duas categorias fechadas excludentes entre si (Esquema 7), destacando-se o tipo de polêmica da narrativa em questão. Assim, a análise deverá dizer qual das duas polêmicas aparece no trecho e, desta categoria, qual a tipologia entre duas possíveis:

- Interníveis
 - Dimensão Narrativo-Discursiva
 - Etapa da Tipologia da ação
 - (ou) Polêmica Alienada
 -) espoliação
 -) apropriação
 - (ou) Polêmica Cônica
 -) doação
 -) renúncia

Esquema 7 – Imagem do ramo do Interníveis relativo à dimensão narrativo-discursiva, cuja única ramificação é a tipologia da ação



Fonte: Elaboração própria

A Tipologia da Ação implica considerar informações de dois níveis diferentes (Narrativo e Discursivo), de modo a constituir um processo único bastante simples, dado que cada etapa em foco possui somente uma categoria de análise. É uma fase importante para diversas análises, principalmente para analisar a polêmica da Narrativa, motivo pelo qual decidimos, na Árvore, chamar de Polêmica a categoria de análise da Etapa da Tipologia da Ação, com as subcategorias cônica e alienada.

Cabe destacar que a análise de objetos compartilháveis possui outros meandros, como explicado em nota de rodapé mais à frente.

Passos da análise:

1. Aqui são recuperados o(s) ator(es) do Nível Discursivo que ocupa(m) papel(éis) actancial(is) no Narrativo – individualmente ou coletivamente –, especialmente S1 e S2;
2. Anotar se o ator que ocupa o papel de S1 é o mesmo ou não que aquele que ocupa S2;
3. Analisar o tipo da transformação em foco: aquisição ou privação;
4. Comparar os resultados de 2 e 3, destacando a tipologia presente;
5. Conforme a tipologia, definir qual a Polêmica em curso.

Quadro 2 – Apoio às análises da tipologia da ação, exemplo.

Ator/Actante	Tipo de transformação	Tipologia da Ação	Representação	Polêmica
Maria: S1 e S2	Privação	Renúncia	$S1_{\text{Maria}} \cap Ov_{\text{pau}}$ $\frac{[S2_{\text{Maria}}] S1_{\text{Maria}}}{Ov_{\text{pau}}} \rightarrow U$	Cônica

Maria=S1; Maria=S2; Pau=Ov.

Fonte: Elaboração própria

Sugerimos, para maior visibilidade das análises trecho a trecho de um texto, organizarmos os dados numa tabela com cinco colunas, como no Quadro 2, colocando-se o Ator na primeira coluna e o tipo de transformação na segunda, antes de começar a análise da tipologia da Ação, que fica na terceira coluna, sendo a quarta opcional, dedicada à representação da transformação em foco, e na quinta é anotado o tipo de polêmica à qual pertence a tipologia.

7. Tipologia da ação

A análise da tipologia da ação requer considerar quais papéis actanciais foram textualizados em atores no trecho em foco, qual o tipo de transformação em jogo (Tipo de Transformação, à página 6) e se o ator que ocupa o papel de Sujeito de Estado é ou não o mesmo que ocupa o papel de Sujeito do Fazer, classificando³:

- se S1 <> S2 mais aquisição, então Doação;
- se S1 = S2 mais aquisição, então Apropriação;
- se S1 = S2 e privação, então Renúncia; e
- se S1 <> S2 e privação, então Espoliação.

8. A Polêmica da Narrativa

A importância de estudar a tipologia da ação é permitir visualizar de forma clara a polêmica da narrativa: dependendo do ponto de vista adotado, será uma aquisição ou uma privação, por exemplo.

De certa forma, trata-se de acessar duas vozes concorrentes no texto, a expressa no trecho em análise e aquela costumeiramente oculta: polêmica cônica, para doação e renúncia, e polêmica alienada, para apropriação e espoliação (Quadro 3).

Quadro 3 – Agrupamento dos tipos de ação conforme o tipo de polêmica

Polêmica Cônica	Doação
	Renúncia
Polêmica Alienada	Apropriação
	Alienação

Fonte: Elaboração própria

3 <> significa “é diferente de” e = tem sentido igual ao da linguagem cotidiana, ou seja, “é igual a”.

9. Um exemplo

De um *corpus* formado por notícias da revista *Carta Capital* sobre violência nas escolas em 2023, foi escolhida uma, de tamanho diminuto e que focasse mais de uma figura personificável, ocupando papéis de S1 e S2: “PF realiza operação contra grupo neonazista envolvido nos ataques em escolas de Aracruz”⁴.

Uma das etapas de análise que se destaca no texto, em diversas sentenças, é a Verificação, a qual, embora não caiba no escopo do presente trabalho, tem sua importância na análise da Tipologia da Ação. Uma breve análise desta etapa de análise do Nível Discursivo indica uma transformação do que podemos chamar de estado veridictório, ou seja, a PF transforma o segredo do *grupo neonazista* em verdade. Como o segredo era, para o *grupo neonazista*, um objeto modal necessário à sua ação, a PF, ao realizar essa transformação, retira do grupo a liberdade para agir, interrompendo as atividades de pelo menos parte do grupo, conforme a notícia.

O foco dessa análise, como esperado para o presente artigo, é a polêmica da Narrativa, de tal forma que ela compreende figuras personificáveis, atores, actantes S1 e S2, estados e transformações de estado.

O texto foi subdividido em sentenças separadas por ponto final. Alguns trechos:

Trecho 1. “PF realiza operação contra grupo neonazista envolvido nos ataques em escolas de Aracruz” (título)

Na sentença 1, os sujeitos do fazer (S2 = PF) e de estado (S1 = grupo neonazista) estão implicados num processo de privação por Espoliação. O termo “escolas de Aracruz” indica o espaço da ação. Algumas perguntas podem explicitar melhor essa classificação:

O que a PF muda no estado conjunto do grupo neonazista?

Ou ainda: Qual o objeto valor?

O *grupo neonazista* estava em conjunção com os *ataques*, ou seja, a figura personificável *ataques* é o ator que ocupa o papel actancial de objeto-valor, o qual, no estado pré transformação, participa do estado conjunto com o grupo neonazista. A PF, no papel actancial de S2, realiza uma transformação desse estado em conjunção em disjunção, dado que o grupo, ao ser trazido à luz pela polícia federal, fica impedido de conjungir-se aos *ataques*⁵.

4 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/puf-realiza-operacao-contragruponeonazista-envolvido-nos-ataques-em-escolas-de-aracruz/>

5 Poderíamos também analisar esse objeto como um objeto modal: o objeto seria /poder atacar/, o que poderá ser uma boa ideia na análise de outras categorias.

Trecho 2. "Grupo compartilhava material neonazista em aplicativo de mensagens"
(subtítulo)

A sentença 2 apresenta um outro ponto de vista, o do *grupo neonazista* (S1 e S2). Essa sentença traz o *aplicativo de mensagens* como espaço da ação e o *material neonazista* como objeto-valor. Compartilhar o *material neonazista* significa, em outras palavras, que um *membro* transforma o *grupo* de disjunto a conjunto com o conhecimento em foco no material compartilhado. Trata-se, portanto, de sujeitos S1 e S2 ocupados por atores diferentes, respectivamente S2 e S1, numa operação de aquisição: doação.

Observando-se estas duas sentenças, vemos dois pontos de vista, em polêmicas diferentes: o da polícia, em primeiro plano, numa polêmica alienada, e o do grupo neonazista, numa polêmica cônica.

NOTA: O fato de não se tratar de uma única polêmica com suas tipologias opostas, deve-se ao fato de que cada trecho (1, 2) refere-se a uma transformação diferente. Em suma, duas polêmicas não aparecem em uma única transformação.

A ação da polícia condiz com o ponto de vista do narrador oculto dessa notícia enunciativa, em terceira pessoa, exceto nas citações de dizeres dos atores, ou melhor de S2, dado que todos os casos de citações referem-se ao ator *PF*. A perspectiva do grupo permanece oculta em quase todo o tempo do texto. A polêmica cônica aparece somente no subtítulo, no qual foca as práticas recorrentes do grupo. Quando o faz sem citar o outro ponto de vista, como na sentença 2, é o ponto de vista oculto que aparece.

Trecho 7. Os investigadores identificaram que o grupo neonazista compartilhava material com tutoriais de assassinato, além de conteúdos relacionados a atentados contra minorias: ideais neonazistas, promoção de ódio, vídeos de mortes violentas e manuais sobre como fabricar artefatos explosivos.

Nessa sentença 7, as figuras personificáveis são: investigadores, grupo neonazista, tutoriais, conteúdos, minorias. Enquanto o $S_{\text{fazer}}^{\text{polícia}}$ realiza uma operação de privação sobre o estado de $S_{\text{estado}}^{\text{grupo neonazista}}$ (Espoliação), surge uma pista sobre a ação do grupo, cujo objeto textualizou-se como *ataques* na sentença 1:

- Ocupando o papel de S2, o grupo neonazista transforma o estado de conjunção do $S1_{\text{minorias}}$ em disjunção com o $O_{\text{valor}}^{\text{segurança}}$ pressuposto pelo texto.
- Assim, temos uma operação de privação também transitiva ($S1 \leftrightarrow S2$), a qual revela o sujeito de estado não textualizado no texto até este trecho.
- O $S1_{\text{minorias}}$, por sua vez, revela a transformação promovida pelo grupo e criminalizada no texto: a prática de espoliar a segurança das minorias⁶.

6 Como o objeto pressuposto não está textualizado, podemos utilizar outros termos para este objeto-valor, segurança é apenas um deles.

Pode-se afirmar que aquilo a que chamamos de ação/agir é o Ov da espoliação do grupo (S1) pela PF (S2), transformação que é o enunciado narrativo de base do texto como um todo.

Concluindo esta breve análise, deve-se observar que, portanto, o percurso de base do texto como um todo é a espoliação pelo S2_{PF} sobre o estado de conjunção S1_{grupo}, estado este, por outro lado, pertencente a outro percurso de uso de espoliação em que S2_{grupo} priva S1_{minorias} do O_{valor}_{segurança}. E não se pode deixar de notar que o ponto de vista adotado não é nem do grupo, como Sujeito de estado no percurso de base, nem das minorias nesse percurso de uso, mas o da PF, como sujeito do fazer no percurso de base, o que poderá ser melhor detalhado com uma análise do Nível Discursivo.

10. Conclusão

A polêmica do Nível Narrativo diz respeito a dois pontos de vista diferentes no texto, no que tange à transformação realizada por um sobre o outro, numa relação dialógica.

O texto-objeto é enuncivo, pois recorre a todas as estratégias determinadas pelo jornalismo para obter um texto verdadeiro e sem opinião, ou seja, exclusivamente informativo. As estratégias, se, por um lado, simulam a ausência de enunciador e enunciatário num texto que busca esconder a própria enunciação, por outro lado contêm uma valoração dada pela escolha da PF como porta-voz da verdade, valorizada positivamente. É, enfim, um texto em que, em relação à polêmica da narrativa, o ponto de vista da polícia é preponderante nas transformações de estado, polêmica alienada, enquanto o ponto vista do grupo neonazista é pouco evidente, mantendo-se como uma voz alienada de sua própria ação como S2.

A análise das polêmicas cônica e alienada permitem, inclusive, indicar elementos para outras etapas de análise além da Tipologia da Ação, tal como vemos, no texto-objeto desta análise, a Verificação em uma mudança de quadro, tornando verdadeiro o segredo pela ação do S2 do enunciado narrativo de base – a PF.

A presença das diferentes polêmicas e dos tipos de ação na notícia em foco não implicam necessariamente o tipo contrário pressuposto pelo encontrado, especialmente para objetos compartilháveis, embora, neste texto, nas transformações de estado em que S2 é a PF, aquisição e privação estão presentes, por textualização ou pressuposição. Isso não acontece com o objeto-valor conhecimento, compartilhável, cuja doação pelo grupo neonazista não requer uma renúncia.

Finalmente, os termos escolhidos para essas polêmicas (cônica e alienada) permaneceram eficientes para essas análises, sendo, porém, em virtude do caráter dedutivo da Semiótica, possível prever textos em que serão pouco vinculados à consciência ou alienação de S1 sobre a transformação, ou seja, contexto em que a nomenclatura das polêmicas deixa de ser motivada.

Referências

- BARROS, D. L. P. de. *Análise Semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. Tradução Alceu D. Lima, Diana L. P. Barros, Eduardo P. Cañizal, Edward Lopes, Ignácio A. Silva, Maria J. C. Sembra, Tiekō Y. Miyazaki. São Paulo: Ed. Cultrix, s/d.
- LARA, G. M. P.; MATTE, A. F. *Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- MATTE, A. F. *Árvore das Categorias de Análise Semiótica*. Série em 4 volumes. Coleção Texto Livre: Pensemeando o Mundo. São Carlos: Pedro & João Editores, no prelo.

Como citar este trabalho:

MATTE, Ana Cristina Fricke. A polêmica da narrativa revisitada. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 24-39, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v17i2.19411>.

A COMUNIDADE LGBTQIA+ VISTA A PARTIR DO DISCURSO PUBLICITÁRIO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

LGBTQIA+ COMMUNITY SEEN THROUGH ADVERTISING DISCOURSE: A DIALOGICAL DISCOURSE ANALYSIS

Thiago Henrique Nascimento VERGARA¹

Marina Célia MENDONÇA²

Resumo: As disputas e os conflitos ideológicos presentes no discurso publicitário estabelecem diálogos com os contextos políticos em que estão inseridos. No Brasil, a partir da década de 2010, observamos uma ascensão e maior projeção pública de discursos conservadores – com a consolidação da “bancada evangélica” no Congresso, por exemplo, bem como com o uso do sintagma “ideologia de gênero” como agente catalisador de pânico morais. Por outro lado, diversas manifestações de reivindicação identitária tomaram forma, também atuando em diferentes âmbitos da esfera social. Diante dessa problemática, objetiva-se, aqui, desenvolver uma análise dialógica de enunciados publicitários que refletem/refratam pautas da comunidade LGBTQIA+. A análise se beneficia metodologicamente da proposta de cotejamento de textos feita por Bakhtin (2011a, 2011b, 2011c), e da consideração do enunciado em seu aspecto multissemiótico, sendo tomado como um todo de sentido. Assim, noções pertinentes à Análise Dialógica do Discurso como enunciado concreto, o valor axiológico do signo, a esfera de atividade, o gênero de discurso e o princípio dialógico que constitui os enunciados serão cruciais para a análise desse *corpus*. Além disso, a pesquisa abarca estudos feministas e a teoria *queer*, considerando autores como Judith Butler, Sam Bourcier, Richard Miskolci, entre outros.

Palavras-chave: Análise Dialógica do Discurso. Publicidade. Comunidade LGBTQIA+.

¹ Mestrando da Unesp (Universidade Estadual Paulista). E-mail: t.vergara@unesp.br

² Docente da Unesp (Universidade Estadual Paulista). E-mail: marina.mendonca@unesp.br

Abstract: The ideological disputes and the conflicts present in advertising discourse establish dialogues with the political contexts in which they are inserted. In Brazil, from the 2010s onwards, we observed a rise and greater public projection of conservative speeches – with the consolidation of the “evangelical bench” in Congress, for example, as well as with the use of the phrase “gender ideology” as a catalytic agent of moral panics. On the other hand, several manifestations of identity demands took shape, also acting in different areas of the social sphere. Faced with this problem, the objective here is to develop a dialogical analysis of advertising statements that reflect/refract agendas of the LGBTQIA+ community. The analysis benefits methodologically from the text comparison proposal made by Bakhtin (2011a, 2011b, 2011c), and from the consideration of the utterance in its multisemiotic aspect, being taken as a whole of meaning. Thus, notions pertinent to Dialogical Discourse Analysis such as concrete utterance, the axiological value of the sign, the sphere of activity, the genre of discourse and the dialogical principle that constitutes the utterances will be crucial for the analysis of this corpus. Furthermore, the research encompasses feminist studies and queer theory, considering authors such as Judith Butler, Sam Bourcier, Richard Miskolci, among others.

Keywords: Dialogical Discourse Analysis. Advertisement. LGBTQIA+ Community.

| Introdução

Este artigo se insere no contexto contemporâneo em que a mídia, especialmente a partir de campanhas publicitárias, tem reforçado, de acordo com suas especificidades, valores acerca da comunidade LGBTQIA+ debatidos na sociedade brasileira, alguns deles colocados em foco em políticas públicas. Isso revela a importância de tratar a historicidade dos projetos políticos de cada governo que esteve no poder a partir da década de 2010; entendendo, para tanto, a publicidade enquanto uma esfera da atividade humana que reflete e refrata valores da cultura em que se insere.

No decorrer dos dois últimos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), de forma geral, o movimento de reivindicação identitária LGBTQIA+ se fortaleceu de modo exponencial e obteve algumas conquistas, se comparado aos governos anteriores (especialmente no período pós-64). É importante reiterar que, já no ano de 1995, ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, foi fundada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABLGT³), uma organização sem fins lucrativos e com duração de tempo indeterminada. No entanto, foi a partir de meados dos anos 2000, com a ABLGT já estabelecida, que a organização se consolidou como um canal de diálogo permanente entre governo federal e demais movimentos. Obviamente, tal abertura política à diversidade foi conflituosa. Sobre esses dois polos – a possibilidade de uma real inclusão de pautas pró-diversidade frente à ascensão de um movimento conservador – Rafael Toitio (2019, p. 109) explica que:

3 No site da associação, é possível conferir a história e formação do grupo, bem como os projetos desenvolvidos, demais arquivos, documentos de filiação, materiais de divulgação e outros cursos e guias oferecidos gratuitamente. Disponível em: <https://www.abglt.org/>. Acesso em: 14 out. 2024.

A possibilidade das demandas LGBT serem implementadas dependia, por um lado, da capacidade do movimento em negociar e pressionar o governo. E, por outro, da disputa entre as diversas forças sociais que exigiam e negociavam suas próprias demandas.

Tratando especificamente de políticas LGBTQIA+ no decorrer dos dois mandatos de Lula (2003-2006/2007-2010), pode-se dizer que o petista foi o primeiro a operar com pautas da comunidade para além da esfera da saúde e do HIV, dando espaço para outras ações governamentais, como os programas Brasil sem Homofobia (BSH), de 2004, e o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais), também de 2004. De forma geral, então, o PT se tornou a maior força partidária a favor da luta pela inclusão, assim como dentro dos movimentos LGBTs. Por esse motivo, até o final do segundo mandato de Lula, a maioria dos militantes se tornou afiliada ideologicamente ao Partido dos Trabalhadores – ainda que na sequência, com o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), alguns retrocessos tenham entrado em curso.

Em 2010, durante as campanhas eleitorais para presidente, a candidatura de Dilma lançou uma carta aberta direcionada aos setores religiosos cristãos – a “Carta aberta ao povo de Deus”, publicada entre agosto e outubro daquele mesmo ano:

Figura 1 – Carta aberta ao povo de Deus, de Dilma, divulgada em 2010



Fonte: Calaméo (2010)

O intuito do documento era, fundamentalmente, aproximar a figura da candidata aos valores cristãos: “o sonho e o compromisso do evangelho são, em muitos aspectos, o sonho e o compromisso de um governante sensível e comprometido com o povo e

com os menos favorecidos”. A carta evidenciava, ainda, o compromisso de resgatar “os valores da vida, da cidadania e da dignidade humana, valores universais que trazem em si a semente do evangelho”. Os valores expressos pela então presidenta ainda incluíam defesa ferrenha à família, tida por ela como concepção fundante de uma sociedade:

A família sempre foi e será baluarte de uma sociedade. Quanto mais estruturada é a família, menos caos social teremos. É no desajuste familiar que vemos nascer o abandono infantil gerando os chamados meninos de rua. É na violência doméstica que temos a semente dos adolescentes infratores marcados pela dor vivenciada em seus próprios lares. É no caos familiar que temos os altos índices de agressões contra mulheres e mães indefesas. Isso nos leva ao compromisso de fazer da família o foco principal de nosso governo. Respeitar o elo sagrado das famílias e lutar para que todas elas tenham dignidade, respeito e valor será o norte de nosso próximo governo.

É crucial apontar, no entanto, que ao prometer colocar a família – ou o que quer que se entendia de tal conceito – no centro das ações de seu futuro governo, Dilma conferiu legitimidade e voz aos discursos das igrejas cristãs de forma substancial,

[...] distanciando-se de antigas concepções do projeto petista, de que os problemas sociais são antes fruto das desigualdades sociais (de classe, gênero, raça e sexualidade) e não, primordialmente, da saúde ou “estrutura” do conjunto das famílias brasileiras. E não só, esquivou-se da defesa de duas demandas históricas do movimento feminista e do movimento LGBT, a saber: a descriminalização do aborto e o casamento entre pessoas de mesmo sexo (Toitio, 2016, p. 176).

Assim, nos anos que se seguiram, a partir de 2010, com a manutenção do PT no governo federal e a subsequente eleição da primeira mulher à presidência da República, o contexto sócio-histórico não foi suficiente para assegurar a continuidade e o aprofundamento das políticas LGBTQIA+. À época, assim como visto com maior expressividade nos dias atuais, o período foi marcado pelo aumento do conservadorismo evangélico, que ganhou maior destaque e força no Congresso Nacional e, conseqüentemente, a partir de tal posição, influenciou diretamente o governo. Como esperado, a construção de tal projeto político-religioso era notória, pois a presença de lideranças evangélicas, já presentes anteriormente, foi consolidada, e então, o grupo pôde se articular e acumular forças como uma resposta às conquistas LGBTQIA+ – “foi no governo de Dilma Rousseff que eles demonstraram maior força política e agressividade em relação às políticas e direitos sexuais e reprodutivos” (Toitio, 2016, p. 174).

Comentando de forma breve alguns dos acontecimentos da época – considerando que, apesar dos percalços citados, foi a partir do governo de Rousseff que novas formas de política foram sendo delineadas –, pode-se dizer que, em maio de 2011, ano da posse, foi aprovado no Supremo Tribunal Federal o direito à união civil aos casais do mesmo sexo,

após a proposta ser barrada por mais de quinze anos no Congresso Federal. No entanto, em maio, no dia 25, Dilma suspendeu a veiculação do kit Escola sem Homofobia, após pressão das bancadas religiosas. Por fim, em junho daquele ano, a 19ª Marcha para Jesus – um movimento popular de cunho cristão –, com aproximadamente um milhão de pessoas na rua, se tornou, abertamente, uma marcha contra a união estável – também em resposta à decisão do STF favorável aos casais homoafetivos.

Especificamente sobre o episódio do kit Escola sem Homofobia, é interessante apontar que, também em retaliação à medida aprovada pelo STF, tal proposta educacional foi barrada após denúncias vindas de uma figura que viria a ser crucial para a consolidação de uma aliança entre neoliberalismo e conservadorismo. Miskolci (2021, p. 19, grifo próprio), analisando este contexto, relembra:

[...] um deputado obscuro com bases eleitorais militares e religiosas “denunciou” um programa federal de combate à discriminação sexual e de gênero nas escolas como sendo um suposto “kit gay” que ameaçaria nossa infância. Assim, *Jair Messias Bolsonaro desencadeou um pânico homossexual e colocou a escola no olho do furacão político que se armava.*

Ampliando a problemática acerca desse contexto brasileiro, destacamos que, em 2020, o deputado federal Leo Motta (PSL – MG) apresentou o Projeto de Lei 4.893/2020; o texto diz que será caracterizada como crime “[...] a conduta de quem, nas dependências da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize ou organize política de ensino, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero” (Brasil, 2020).

Já em 2018, sob o governo de Michel Temer, após o processo de *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff, o então deputado federal Cabo Daciolo, em conjunto com a deputada Major Fabiana, ambos do PL (Partido Liberal), apresentaram o Projeto de Lei nº 10.577/2018, que “altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil” (Brasil, 2018). Nesse sentido, é importante demarcar os direcionamentos de tais movimentos de institucionalização contrários à diversidade, em nome de projetos políticos conservadores.

É curioso notar, no entanto, que também em 2018 foi apresentado o PL do Senado nº 134/2018, que reivindica a tolerância e respeito à diversidade sexual e identidade de gênero. No documento, é dito que:

Esta Lei dispõe sobre o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero e visa a promover a inclusão de todos, combater e criminalizar a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos das minorias sexuais e de gênero (Brasil, 2018).

Assim, ao passo que temos tentativas de inclusão e respeito à diversidade, ainda que tardiamente, considerando a presença e luta desses grupos sociais desde meados dos anos 1960 e 1970, há, na contramão, uma série de iniciativas que visam barrar e proibir quaisquer conquistas históricas nesse direcionamento – este último movimento também é visto com maior amplitude nos projetos de lei propostos a partir de 2018, principalmente, que visam proibir o uso da linguagem neutra em instituições educacionais públicas e privadas.

Miskolci (2021, p. 18, grifo próprio), sobre o momento político-histórico brasileiro vivido desde meados dos anos 2010, aponta que:

Vivemos um tempo em que a democracia tem navegado em meio a paradoxos. Por um lado, é inegável que há o fortalecimento de demandas por reconhecimento e igualdade social de grupos historicamente marginalizados, sobretudo mulheres, negros e minorais sexuais. Por outro, *intensificou-se um conjunto de representações, e práticas políticas e morais que tendem a enfraquecer as normas de convivência democrática, baseada na tolerância, no convencimento, na livre troca de ideias.*

Por fim, cabe nesta seção mencionar a importância de apreender, dado o recorte temporal, a coalizão política feita entre o conservadorismo – englobando seus aspectos religiosos e morais – e o neoliberalismo, que foca, sobretudo, na produção de sujeitos empreendedores individualistas. Barzotto e Seffner (2020, p. 152), analisando o contexto específico pós eleições de 2018, questionam os contrassensos de tal união ideológica:

[...] marcado pelo neoliberalismo, o governo Bolsonaro avança no desmantelamento de políticas sociais (cortando verba de pastas como a Educação e a Saúde) e enxugando leis previdenciárias e trabalhistas, no rumo do que em geral se denomina como “flexibilização”. [...] Ainda assim, como tal racionalidade neoliberal convive simultaneamente com a exigência de maior controle estatal no âmbito moral advinda de uma racionalidade conservadora? [...] como as exigências neoliberais convivem com as exigências conservadoras, uma vez que elas seriam aparentemente contraditórias em uma série de questões? Afinal, se as políticas econômicas advogam em favor de um Estado minimamente regulador e miram a produção de um sujeito empreendedor liberal individualista, não haveria contradição em estabelecer censuras morais a comportamentos, conteúdos e modos de existir que sequer estão tipificados como crimes? [...]

O paradoxo apontado pelos autores tem como base, ainda, análises feitas sobre a eleição do presidente Donald Trump e o contexto norte-americano após a crise de 2008 (Brown, 2015). À época, a união entre neoliberalismo e neoconservadorismo foi necessária, de modo a garantir o avanço de suas agendas na esfera pública. Para a autora, tal tática consiste em ocupar a arena pública com demandas do direito privado

– constituindo um processo que Brown chama de “desdemocratização”, que visa formar sujeitos baseados justamente no empreendedorismo liberal e na atuação cristã – e que, consequentemente, também pretende combater e conter avanços no que diz respeito aos direitos sexuais e de gênero. O contexto internacional, portanto, pode servir como base para entendermos os processos que vêm tomando espaço e ganhando força no Brasil.

É nesse contexto sócio-histórico e político no Brasil, no qual são produzidos discursos polêmicos acerca da agenda de inclusão da comunidade LGBTQIA+ nas últimas décadas, que se insere o *corpus* deste trabalho, que tem como objetivo analisar, de forma dialógica, enunciados publicitários que refletem/refratam pautas caras à comunidade LGBTQIA+. O suporte teórico-metodológico da pesquisa compreende estudos no interior da Análise Dialógica do Discurso, que toma por centralidade nas análises concepções filosóficas desenvolvidas por autores do chamado Círculo de Bakhtin.

| Considerações acerca de aspectos teórico-metodológicos da pesquisa

Neste texto, serão analisados enunciados verbo-visuais de três empresas, entre elas uma nacional e duas estrangeiras, em forma de *banner*, vídeo e *gif*, que trazem à tona a apreensão do discurso pró-LGBTQIA+ após o *impeachment* de Rousseff.

Os materiais a serem analisados, então, consistem em: uma peça publicitária, em forma de *gif*, da empresa McDonald’s divulgada à época do Dia dos Namorados de 2018; duas peças publicitárias da empresa Doritos, em forma de *banners*, que circularam pelas redes sociais (como Twitter/X e YouTube) durante o Mês do Orgulho LGBTQIA+ dos anos de 2017 e 2022, respectivamente; e, por fim, um vídeo da empresa nacional Natura para o Dia dos Namorados de 2019, postado na plataforma do YouTube.

A justificativa da escolha do *corpus* se pauta pela grande veiculação nas mídias dessas campanhas publicitárias, que são produzidas para marcas e empresas que detêm grande poder e repercussão nacional, como a Natura, e também internacional, como McDonald’s e Doritos. Assim, consideramos, na seleção deste *corpus*, empresas e marcas de grande valor mercadológico, considerando, para isso, também nossos objetivos em investigar e analisar como os valores da comunidade LGBTQIA+ aparecem nestes enunciados.

Tais enunciados serão analisados a partir de pressupostos teóricos bakhtinianos, priorizando a noção de enunciado concreto como um todo de sentido, o valor axiológico do signo, a esfera de atividade publicitária, o gênero de discurso e o princípio dialógico que constitui os enunciados (Bakhtin, 2010; 2011a, 2011b, 2011c; Volóchinov, 2013, 2018; 2019a; 2019b).

Ao nos depararmos com os valores ideológicos circunscritos nesses enunciados, sua interpretação será feita a partir de sua ordem coletiva e social, com seus aspectos multissemióticos incorporados, juntamente às polêmicas que instauram (Volóchinov, 2018).

Aliados a esses aspectos, então, assim como aponta Volochínov (2013, p. 84-85), a entonação e o gesto, que detêm papel ativo e objetivo por sua natureza e tendência, também compõem os enunciados e as valorações ali circunscritas. A entonação e o gesto, portanto, existem nos enunciados em uma relação viva, enérgica, que perpassa o mundo exterior e o meio social circundante, “no confronto com os inimigos, os amigos, os aliados. Entonando e gesticulando, o homem ocupa uma posição social ativa com respeito aos valores determinados, determinada pelas mesmas condições de sua existência social” (Volochínov, 2013, p. 85).

Assim, as valorações feitas a partir das relações dialógicas operam de diversas formas, por meio da linguagem verbal, mas também da gestual – através de gestos ou mímica. A forma corporal exterior do comportamento social do sujeito – movimentos das mãos, tom de voz, gestualidade – que é típica ao discurso, é determinada a partir do “auditório” que se faz presente e, nesse sentido, pela valorização que lhe é dada.

Habitualmente respondemos a qualquer enunciação de nosso interlocutor, se não com palavras, pelo menos com um gesto: um movimento da cabeça, um sorriso, uma pequena sacudidela da cabeça, etc. Pode-se dizer que qualquer comunicação verbal, qualquer interação verbal, se desenvolve sob a forma de intercâmbio de enunciações, ou seja, sob a forma do diálogo (Volochínov, 2013, p. 163).

Finalmente, a esse respeito, a palavra e o gesto da mão, bem como a expressão do rosto e a posição do corpo existem em uma relação de interdependência, ao passo que são organizadas pela orientação social. Quaisquer aspectos expressos habitam, enfim, o material da palavra – tudo está no intercâmbio; “ou seja, na sociedade ideológica a palavra torna-se convencional – um gesto, não um ato. Tudo isso altera radicalmente a percepção da palavra e seu tratamento na criação artística e no pensamento cognitivo filosófico” (Volochínov, 2013, p. 261).

A noção de *enunciado em uma totalidade de sentido* aparece em vários escritos de autores do círculo de Bakhtin, sendo que aqui serão abordados especificamente os de Bakhtin e Volóchinov. Conforme Mendonça (2022, p. 32),

Essa totalidade de sentido se dá, de acordo com escritos dos autores, tendo em vista a situação em que se insere o enunciado, em que estão envolvidos o enunciator (com seu projeto de dizer), os destinatários, os subentendidos a que têm acesso os participantes do ato, o tempo-espço e as relações dialógicas em que se ancora o enunciado. Destacamos ainda que esse enunciado concreto, haja vista a riqueza e desenvolvimento dos meios e formas de comunicação nas sociedades contemporâneas atuais, nos diferentes campos de atuação humana, é multissemiótico – essa riqueza no uso de diferentes linguagens [...] faz parte do todo de sentido do enunciado.

Bakhtin (2011a, p. 289) utiliza a metáfora do enunciado enquanto um elo na cadeia da comunicação discursiva, para propor, dessa maneira, que ao passo que o locutor, sujeito

do enunciado, representa, necessariamente, sua visão do mundo, seu juízo de valor – enfim, suas ênfases e valorações – inclui tais aspectos no enunciado, definindo-o e determinando também seu estilo e sua composição ao mesmo tempo em que se volta para o discurso do outro.

Para além da assunção do enunciado enquanto um elo, é preciso, também, retomar que os sujeitos participantes detêm papel primordial nesse processo constitutivo do enunciado – em contato uns com os outros, a partir das relações alteritárias, “uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhes determinam o caráter” (Bakhtin, 2011a, p. 297); os enunciados, não por acaso, estão imersos em ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais estão vinculados no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado, assim como o tomamos aqui, deve ser concebido sobretudo como uma resposta a enunciados anteriores e àquelas futuras – a memória do passado e memória do futuro.

Há que se abrir mão, então, de análises que tomem e apreendam o enunciado de forma isolada e descontextualizada, concebendo-o, na verdade, em seu caráter fundamentalmente “complexo e multiplanar” e, enfim, tomando-o “na sua relação com o autor (o falante)” e como um “elo na cadeia da comunicação discursiva da relação com os outros enunciados a ele vinculados [...]” (Bakhtin, 2011a, p. 299).

Reiteremos: o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas. Entretanto, o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes, mas também aos subsequentes da comunicação discursiva. Quando o enunciado é criado por um falante, tais elos ainda não existem. Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. [...] Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma compreensão ativa. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta. Um traço essencial (constitutivo) do enunciado é o seu *direcionamento* a alguém, o seu *endereço* (Bakhtin, 2011a, p. 300-301).

Nessa perspectiva, o princípio dialógico é inerente à produção discursiva humana. É no âmbito da linguagem, prenhe de valores axiológicos, que se reafirma o caráter dialógico, “um conceito-fonte irradiador e organizador da reflexão, [...] [que] celebra o diálogo, [e] também ajuda a defini-lo como a alternância entre enunciados, entre acabamentos, ou seja, entre sujeitos falantes, entre diferentes posicionamentos” (Marchezan, 2006, p. 117). O sujeito a quem dado enunciado se direciona, então, pode configurar o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, assim como também o pode ser “um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, etc.” (Bakhtin, 2011a, p. 301); a existência do outro nesse enunciado toma diferentes formas.

É importante, neste artigo, também destacar o conceito de gênero do discurso. A noção de enunciado como uma unidade em que as partes só podem ser compreendidas na relação com a totalidade (ou seja, como um todo de sentido) também aparece na reflexão que Bakhtin faz sobre os gêneros do discurso e sua constituição em uma esfera de atividade humana (na tradução usada abaixo, em um campo da comunicação):

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (Bakhtin, 2016a, p. 12, grifo do autor).

No trabalho com gêneros do discurso, é requerido que se apreenda a reiteração na diversidade, bem como a organização dessa multiplicidade de enunciados buscando o comum, “sem cair em abstrações dessoradas de vida. Longe disso, é a própria dinâmica e heterogeneidade social que podem explicar os gêneros” (Marchezan, 2006, p. 116).

A produção do Círculo acerca da concepção de linguagem a insere na ordem social e na materialidade dos discursos – espaço em que ideologias entram em embate e há a instauração de polêmicas. Assim, o signo pode ser considerado um fenômeno social, produto da interação discursiva. Miotello (2005) afirma que, além dos aspectos físico-material e sócio-histórico de um signo, esse representa a realidade a partir de um lugar valorativo – articulando-o como verdadeiro ou falso, bom ou ruim, e fazendo com que coincida o mundo dos signos com o domínio do ideológico. Mendonça (2022, p. 35), por sua vez, na reflexão sobre a noção de enunciado nos estudos do Círculo, destaca que o extraverbal, enquanto parte inerente aos enunciados, não é independente da linguagem, “mas é parte constituinte dela (forma, com ela, um todo de sentido) e inclui [...] conhecimentos e avaliações compartilhados pelos sujeitos na situação da comunicação.”

Já Acosta Pereira e Oliveira (2020), discutindo o conceito bakhtiniano de cronotopo e seu papel na apreensão de enunciados, afirmam que o estudo de tal conceito se debruça precisamente sobre as formas de apreensão e compreensão de experiências sociais, históricas e culturalmente construídas. É, ainda, a partir das relações espaço-temporais, do cronotopo de dado acontecimento, que se investiga a formação de um todo concreto e inteligível – o enunciado concreto. No evento, acontecimento disposto pelo cronotopo, há, portanto, visões de mundo, atos valorativos e pontos de vista diversos, “que, por sua vez, valoram e significam a realidade sob a ótica dos gêneros do discurso” (Acosta; Oliveira, 2020, p. 247).

A outra grande categoria [...], elaborada por volta de 1937-38, será aquela do cronotopo, categoria de forma e do conteúdo, na qual a consciência autoral é capaz de captar, como uma antena sensível, as representações e imaginários de

ordem social e da história, que a cultura expressa em múltiplas formas ou motivos spatiotemporalizados. O autor é essa consciência cronotopicamente situada na tangente, lendo holisticamente os conflitos de uma cultura na materialidade da realidade. Na perspectiva bakhtiniana, os diferentes cronotopos seriam apenas manifestações da interpretação de formas identitárias que fornecem as culturas em processos cumulativos, de modo que nelas se lê a modelagem da imagem sócio-histórica do homem, nunca homogênea (Arán, 2014, p. 17-18).

Nesse sentido, aproximam-se os conceitos de cronotopo e gêneros do discurso – as relações espaço-temporais funcionam como porta de entrada aos estudos dos gêneros. O que reforça, portanto, a indissolubilidade entre os acontecimentos no espaço-tempo e as formas de discurso. “Os gêneros sempre respondem ao horizonte valorativo de um grupo e moldam-se às compreensões sócio-histórico-culturais da época, o que viabiliza atenção social a um conjunto específico de objetos” (Destri; Marchezan, 2021, p. 12).

Acosta Pereira e Oliveira (2020), ainda, reiteram que, através do gênero discursivo, é possível se observar as circunstâncias de determinada esfera de comunicação; os gêneros se re(estruturam) acompanhando-as – “nessa dinâmica, os gêneros refletem e refratam novas facetas da realidade sociopolítica que, anteriormente, não se encontravam disponíveis” (Destri; Marchezan, 2021, p. 12).

Fiorin (2011), sobre a concepção de gênero do discurso para Bakhtin (2011a), trata, inicialmente, de explicitar que o filósofo leva em conta o processo de produção dos gêneros discursivos, se preocupando, assim, com a maneira como eles se constituem e não somente com seus aspectos formais. O autor russo deixa evidente, também, como já se afirmou aqui, o vínculo intrínseco existente entre a utilização da linguagem e as diferentes esferas de atividades humanas. O gênero estabelece uma interconexão da linguagem com a vida social. A vida é penetrada pela linguagem por meio dos enunciados concretos e, ao mesmo tempo, é pelos enunciados que a vida se introduz na linguagem. Dá-se, dessa forma, a importância de entender os gêneros sempre em relação a um campo da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades.

A partir das relações imbricadas na noção de gênero discursivo, Campos-Toscano (2008, p. 31) argumenta que:

[...] o gênero não deve ser abstraído da esfera que o cria e o usa, sendo importante conhecer o tipo da atividade, o contexto espaço-temporal e as relações intersubjetivas. Como o tempo é histórico e o espaço é social, os gêneros representam e refratam a realidade de acordo com as manifestações dos sujeitos da comunicação.

Assim, o gênero, enquanto instância inserida em dado contexto espaço-temporal, é concebido como uma produção em constante movimento – como diálogo não somente entre os sujeitos da comunicação, mas também entre demais textos e discursos. Por isso,

então, é possível questionar-se e refletir se a esfera de atividade publicitária, detentora de suas especificidades e objetivos particulares, para além da mera venda e veiculação de produtos, dispõe, também, de uma função social de propagar determinadas ideologias e valores, dando forma às relações dialógicas.

O discurso publicitário, nesse contexto, segundo Rocha (2006), pode atuar de forma a refletir e refratar a cultura moderno-contemporânea, especialmente no que concerne à construção de códigos culturais que dão sentido à própria esfera de produção. A concepção de cultura, assim como abordado e discutido aqui, deve evitar a sua separação das esferas econômica e política:

O pressuposto teórico que permite pensar a interlocução e inseparabilidade entre tais esferas é o materialismo cultural, que conceitua a cultura como força produtiva. As formas culturais [...] são compreendidas como meios através dos quais os diferentes grupos sociais lutam na busca da determinação dos significados de uma dada sociedade (Fontenelle, 2017, p. 14).

E é nesse processo que tais práticas e códigos de consumo, ao serem veiculados e valorados, tornam-se um dos principais meios de socialização para o consumo nessa cultura moderno-contemporânea; as mensagens publicitárias falam *com* e *da* sociedade. O consumo – ou a cultura do consumo, nesse sentido – perpassa a vida social dos sujeitos com uma força singular, “e é através do sistema publicitário que ele adquire sentido social, pois as marcas, os bens, os produtos e serviços ganham as suas identidades nesse discurso, e, com elas, uma existência concreta em nossas vidas” (Rocha, 2006, p. 12).

Rocha (2006), indagando sobre quais poderiam ser, portanto, as funções do anúncio publicitário, comenta, de forma provocadora:

A função manifesta do anúncio publicitário é, obviamente, vender produto, abrir mercado, aumentar consumo. Mas será que essa é sua única e exclusiva tarefa? Será que não se pode pensar que a publicidade faz mais coisas? Será que toda essa parafernália – tempo, pessoas, espaço, dinheiro, tecnologia –, implicada no anúncio e incorporada de forma tão enfática em nossa vida social, não pode estar realizando mais do que vender um produto ou serviço? De fato, acreditar que os anúncios publicitários apenas vendem coisas é supor a exatidão absoluta dessa mensagem como se fosse possível a inexistência da polissemia (Rocha, 2006, p. 15-16).

Há, ainda, um aspecto crucial no processo de veiculação de anúncios publicitários: o consumo desses anúncios – veiculados em suas mais diferentes mídias e formas, como em *gifs*, *spots* publicitários, *banners*, etc. – e o consumo de produtos não deve ser confundido. Isso, pois é no discurso, nos anúncios, que se vendem estilos de vida, visões de mundo, relações humanas, sistemas de classificação, o que não indica, no entanto,

que os bens de consumo anunciados serão comprados e eventualmente consumidos. Na realidade, o que se tem é que “o anúncio e o próprio sistema publicitário aparecem como mediadores entre produção e consumo. De fato, ao longo do processo econômico, a publicidade é a engrenagem que funciona no momento da passagem da esfera da produção para a esfera de consumo” (Rocha, 2006, p. 17).

Nesse contexto, entendendo que o discurso publicitário – heterogêneo e em constante movimento – apresenta refratados os valores de dada cultura, tal discurso também os influencia. Ou seja, o discurso publicitário ao refratar valores dialoga com a realidade social, a atualiza e cria possibilidades de futuras respostas; exercendo, conseqüentemente, papel ativo nas atitudes, valores, crenças e comportamentos dos sujeitos. Retomando, para isso, a metáfora do enunciado enquanto um elo existente na cadeia da comunicação, e assumindo que os sujeitos inscrevem, necessariamente, suas valorações nos enunciados, faz-se produtivo trazer, aqui, que tais enunciados existem em diálogo, contextualizados, em sua relação com o autor (o locutor), e, enfim, em sua relação com outros enunciados. A depender da esfera da comunicação em que tais enunciados habitam e são inscritos, estes vão ser sempre repletos de reações-respostas, que podem, igualmente, tomar diferentes formas e sentidos que podem ser apreendidos a partir das “tonalidades do sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição”.

O cenário no qual o discurso publicitário circula torna-se socialmente relevante na produção de sentido e disponibilização de uma fala que interage com o imaginário social (re)construindo signos, reafirmando conceitos e preconceitos (Rodrigues; Zanin, 2014, p. 107).

Portanto, assume-se aqui que a publicidade detém um papel importante na (re)atualização de ideologias, atuando como instrumento de transferência de significados do mundo culturalmente marcado por bens de consumo. Tais significados, em trânsito e embates ininterruptos, são apropriados, produzidos e atualizados através da lógica publicitária.

Feitas essas considerações teóricas, cabem aqui apontamentos sobre a metodologia que será utilizada neste trabalho.

Na proposta metodológica de Bakhtin (2011b, 2011c), o cotejamento – ou ainda, como tem sido usado, as relações dialógicas – se faz produtivo, considerando que colocar um texto em diálogo com outros, estabelecendo novos contextos, é justamente cotejá-lo, objetivando a recuperação parcial da cadeia infinita de enunciados a que o texto responde; ainda, e em especial na metodologia das ciências humanas, a recuperação de “um sentido só revela as suas profundidades encontrando-se e contactando com outro, com o sentido do outro: entre eles começa uma espécie de diálogo que supera o fechamento e unilateralidade desses sentidos” (Bakhtin, 2011b, p. 366).

Ao discutir a unilateralidade dos estudos de literatura de forma isolada de toda a cultura de uma época, Bakhtin (2011b, p. 362) defende que se não se pode estudar a literatura apartada da realidade e cultura em que esta se insere, é ainda mais nocivo fechar o fenômeno literário apenas na época de sua criação, em sua chamada atualidade; ao se tentar interpretar uma obra apenas a partir das condições possibilitadas à época de sua criação, não há a penetração e aprofundamento necessários nas profundezas dos seus sentidos – “As obras dissolvem as fronteiras da sua época, vivem nos séculos, isto é, no *grande tempo*, e além disso levam frequentemente [...] uma vida mais intensiva e plena que em sua atualidade.”

Quando das análises de quaisquer obras, há que se levar em consideração que a compreensão recíproca entre os sentidos, culturas, etc., assegura a complexa unidade de toda a humanidade; a compreensão destes elementos “se revela unicamente no nível do grande tempo. Cada imagem precisa ser entendida e avaliada no nível no grande tempo” (Bakhtin, 2011c, p. 406-407) – ou seja, conforme o autor, a compreensão do enunciado deveria dar-se no diálogo desse enunciado com outros no grande tempo da cultura, que é aquele em que nenhum sentido morre, mas pode renascer a cada acontecimento enunciativo.

Finalmente, como reitera Bakhtin (2011c, p. 400-401), cada palavra, e cada signo, do texto nos leva para além de seus limites, logo, toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros – há uma índole dialógica inerente ao correlacionamento. A interpretação como correlacionamento com outros textos se dá como um movimento de reapreciação em um novo contexto (passado, atual ou futuro).

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, poderiam jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo (Bakhtin, 2011c, p. 410).

Estabelecer as relações dialógicas entre enunciados, então, permite que se aprofundem seus sentidos; é na multiplicidade discursiva que diferentes vozes são manifestadas:

O aprofundamento do empreendimento interpretativo resulta da ampliação do contexto, fazendo emergirem mais vozes do que aquelas que são evidentes na superfície discursiva. Não para enxergar nestas vozes a fonte do dizer, mas para fazer dialogarem diferentes textos, diferentes vozes. O múltiplo como necessário

à compreensão do enunciado, em si único e irrepetível. A unicidade se deixa penetrar pela multiplicidade (Geraldi, 2012, p. 29).

Geraldi (2012, p. 32), com base em Bakhtin (2011b, 2011c), ao discutir o procedimento de dar novos contextos aos enunciados (fazê-los dialogar com outros), exemplifica, de início, a conversa cotidiana e o fato de que nesses diálogos o que importa é, na verdade, encontrar nos contextos os não-ditos que estão presentes nesse horizonte comum dos interlocutores para assim dar sentido aos enunciados. O autor, no entanto, indo além para se pensar a interpretação, afirma que a profundidade da penetração nos enunciados estará à mercê dos elementos de especificação dos “com-textos” com que o sujeito-analista faz o texto dialogar – tal momento, constituinte do processo de construção de uma compreensão, fundamenta a preponderância da contextualização do enunciado e a sua refração de uma realidade extraverbal.

Bakhtin nos dá dois grandes exemplos de trabalho de interpretação analítica: seus estudos das obras de Dostoievski e de Rabelais. Ao ir cotejando os textos com outros textos, vai elaborando conceitos ou reutilizando conceitos produzidos em outros estudos (até mesmo de outros campos) com que se aprofunda a penetração na obra em estudo. O resultado apresentado é uma “tese” no sentido de que contém um ponto de vista argumentado em que se sustenta a interpretação construída. [...] a tese aqui se constrói por raciocínios aditivos (p & q & r & x & y ...) de modo que os sentidos são inacabáveis (e as relações com outros textos também, não importa se esta relação esteve ou não presente no processo de produção do discurso/texto em estudo. Interpretar é construir um sentido para um discurso, para um texto, e a validade desta interpretação se mede por sua profundidade e pela consistência e coerência de seus argumentos (Geraldi, 2012, p. 33)

Dessa maneira, a presente pesquisa apresenta-se em análises dialógicas marcadas pelo cotejo de textos – dos enunciados publicitários entre si, do *corpus* e enunciados que são respostas a ele ou os condicionam na memória discursiva. Serão considerados também, no contexto social e histórico do *corpus*, discursos que constituem as políticas públicas da época e demais enunciados que circulam como respostas aos discursos contra políticas de gênero e diversidade, como manuais de linguagem neutra, enunciados relacionados a movimentos sociais (como a parada LGBT, entre outros).

Breve historicidade da representação LGBTQIA+ sob o olhar da publicidade e outros enunciados contra hegemônicos

Como resposta aos discursos antigênero, expressos principalmente a partir dos episódios das polêmicas envolvendo o “*kit gay*” citados aqui, temos outros enunciados que tomam forma e espaço ao longo da década de 2000, principalmente a partir da segunda metade da década de 2010, como abordaremos.

É imperativo, comentar, de forma breve, também acerca da produção e veiculação de pânicos morais que os discursos antigênero⁴ instigam, especialmente quando propagados de forma institucionalizada, a partir de figuras políticas e religiosas. Tal projeto político-ideológico, não por acaso, recorre às polêmicas e esvaziamentos de discursos a respeito da diversidade, gerando e propagando, sempre de forma exacerbada, ansiedades coletivas e discursos de ódio contra a população LGBTQIA+. As reações geradas e repercutidas a partir desses movimentos são vistas sobretudo quando há a tentativa de inclusão de grupos “minorizados” nas mídias e na educação.

Em nível internacional, o chamado “marketing LGBT” existe, pelo menos, desde a década de 1980, época em que países como Estados Unidos e parte da Europa, como a Holanda, França, Suécia, entre outros, passaram a incluir essa comunidade em suas campanhas. Em 1981, a marca sueca de vodka Absolut desenvolveu uma série de anúncios para serem veiculados em duas revistas norte-americanas voltadas para o público homossexual, a *The Advocate* e a *After Dark*. Ainda nos EUA, em 1994, a rede de móveis Ikea divulgou um comercial com um casal homossexual escolhendo mesas de jantar – à época, entretanto, o vídeo foi transmitido apenas duas vezes e saiu do ar após denúncias de grupos conservadores. Em ambos os casos, portanto, as reações da população frente aos anúncios veiculados foram negativas, e no caso norte-americano envolveu violência e ameaças de bombas às lojas da empresa. A respeito daquele período norte-americano, de meados da década de 90, Nolke (2018, p. 81-82, tradução própria) aponta a ascensão de um movimento “propositalmente polissêmico” por parte das empresas, ao se apropriar de signos e elementos da cultura LGBTQIA+:

As poucas empresas que se aventuraram na publicidade convencional durante esses anos sofreram reações adversas, boicotes e violência: um anúncio de 1994 da IKEA com a participação de um casal de homens gays foi retirado do ar após a empresa ter recebido ameaças de bomba (McMains, 2014). [...] Com medo de alienar os consumidores heterossexuais, os profissionais de marketing optaram por uma abordagem publicitária implícita, denominada de “gay-window” (Sender, 2003, Tsai, 2012). Puntoni, Vanhamme e Visscher (2011: 27) definem tal abordagem a partir da “(1) ausência de pistas heterossexuais explícitas e (2) a presença de pistas ambíguas que podem ser interpretadas como uma representação da cultura e de relacionamentos homossexuais. [Esta abordagem] utiliza significantes evidentes da cultura gay, como arco-íris, bem como imagens ou textos “propositalmente polissêmicos” que podem ser lidos e vistos como gays apenas pelos consumidores gays.”

4 Os movimentos antigênero, neste artigo, são pensados principalmente a partir do sintagma “ideologia de gênero”, que pode ser entendido, no caso brasileiro, como uma das estratégias discursivas que une a racionalidade neoliberal e um tipo específico de racionalidade conservadora, veiculado com maior expressividade a partir de 2011 (Barzotto; Seffner, 2020). Os movimentos que incorporaram tal discurso antigênero estão, também, relacionados à criação do Programa Escola Sem Partido, formado em 2004, mas que tem atuado com mais afinco e relevância a partir de 2014.

No Brasil, em 2015, durante o mês de comemoração do Dia dos Namorados, a empresa Boticário veiculou, em forma de vídeo, uma campanha de uma linha de perfumes “unissex”. No comercial divulgado, é passada a mensagem de que “química e paixão vão além das convenções”, incluindo, para isso, dois casais homossexuais – um deles de mulheres lésbicas, e o outro de homens *gays* –, e também dois casais heterossexuais. É importante notar, nesse contexto, que após a estreia do clipe de pouco mais de meio minuto de duração, que ocorreu no intervalo do Fantástico, programa da Rede Globo de televisão, houve uma “guerra de opiniões” na internet. O público contrário ao material divulgado, seguindo uma agenda antigênero em ascensão, denunciou a campanha ao Conar, alegando desrespeito à sociedade e à família; no mês de lançamento do comercial, em maio, pouco mais de 80 reclamações contra o material foram feitas ao órgão responsável. À época, em nota divulgada no Jornal G1, a empresa disse que:

A proposta da campanha “Casais”, que estreou na TV aberta no dia 24 de maio, é abordar, com respeito e sensibilidade, a ressonância atual sobre as mais diferentes formas de amor – independentemente de idade, raça, gênero ou orientação sexual – representadas pelo prazer em presentear a pessoa amada no Dia dos Namorados. O Boticário reitera, ainda, que valoriza a tolerância e respeita a diversidade de escolhas e pontos de vista (G1, 2015).

Porém, trazendo à tona um movimento de ambivalência, no ano seguinte, em 2016, a empresa não repetiu o feito, não divulgando campanhas que abordassem tópicos pró-diversidade de gênero.

De qualquer forma, é curioso notar, a esse respeito, que a empresa em questão, O Boticário, foi uma das primeiras a veicular campanhas pró-diversidade de gênero na televisão aberta, já em 2015. Tais campanhas, no entanto, passaram a ser vistas com maior expressividade a partir de 2017 – em 2014, segundo Lopes (2020), foram encontradas apenas 5 propagandas com representação LGBTQIA+ veiculadas no Brasil, enquanto em 2017 o número subiu para 16.

Nesse contexto, apresentado um breve panorama da historicidade da “publicidade LGBT” dentro e fora do Brasil, trataremos, também, de cotejar os movimentos sociais (como a Parada LGBT), manuais de linguagem neutra, e demais enunciados que não se inserem unicamente na esfera legislativa e constitucional, mas que também carregam valores e responsividade frente às análises do *corpus* em questão.

Como parte de reivindicações e discursos advindos de movimentos sociais, é produtivo elucidar, a princípio, a Parada LGBT, também referida como Parada do Orgulho LGBT, que acontece no Brasil, na cidade de São Paulo, desde 1997. A parada e os demais eventos que ocorrem em conjunto são organizados pela Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis e Transexuais, desde a sua fundação em 1999. O evento, desde então, é o responsável por atrair maior atenção da imprensa, autoridades brasileiras e internacionais às demandas e celebrações da comunidade.

Em 2015, durante a 19ª Parada do Orgulho LGBT, dentre as manifestações contra a discriminação e opressão, uma delas gerou maior polêmica, especialmente por trazer imagens e marcas religiosas como elementos à crítica feita. A atriz Viviany Beleboni, representando uma mulher trans “crucificada”, foi alvo de críticas e ameaças ao encenar o sofrimento de Jesus na cruz durante a manifestação. Beleboni permaneceu “crucificada” durante todo o evento, em cima de um dos trios elétricos, com os dizeres “Basta de homofobia GLBT” escritos na cruz. Conferir figura a seguir:

Figura 2 – Manifestação contra a homofobia na 19ª Parada do Orgulho LGBT em SP



Fonte: G1, 2015⁵

A atriz, à época, revelou ter recebido ameaças, principalmente de setores da Igreja Católica e lideranças evangélicas. Em entrevista dada naquele ano, Beleboni afirmou que pretendia representar as agressões e opressões pelas quais a comunidade tem passado – argumentando que usou a imagem de Jesus para pôr em evidência que movimentos parecidos acontecem com frequência no meio LGBT, mas que as reações são distintas.

Na mesma época, em 2014, um dos primeiros manuais de linguagem neutra foi produzido, o *Manual para o uso não sexista da linguagem*, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo do estado do Rio Grande do Sul. O material, no entanto, não menciona especificamente a linguagem neutra/não-binária, mas discute, dentre os tópicos, o papel da linguagem como agente socializador de gênero, também expondo formas mais inclusivas de usar a língua, de modo a não demarcar binarismos.

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/fotos/2015/06/fotos-parada-do-orgulho-lgbt-em-sao-paulo-pede-respeito-diversidade.html#F1659529>. Acesso em: 30 maio 2024.

Mais tarde, em 2019, foi lançado o *Guia para “Linguagem Neutra (PT-BR)”*⁶, organizado por Ophelia Cassiano. No ano seguinte, em 2020, e também em 2022, mais manuais e guias foram veiculados, como parte de movimentos de reivindicação identitária e também para a conscientização da população. Os materiais, de forma geral, trazem noções introdutórias a respeito de gênero e sexualidade, definindo conceitos base como identidade de gênero, e, para além disso, expondo as complexidades dos sistemas propostos a partir dessa linguagem – considerando que há, pelo menos, 4 deles: “elu”, “ile”, “ilu” e “el”. Em todos os materiais há, então, a exposição das reformulações linguísticas propostas, como cada classe gramatical passaria a funcionar dentro de seus propósitos.

É relevante notar, aqui, que o manual produzido em 2020 surgiu em conjunto ao lançamento da série brasileira “*Todxs Nós*”, da HBO, que tem como trama central as vivências de um sujeito não-binário. O guia veiculado também tem um caráter introdutório, explicando como usar a linguagem neutra, dando dicas de como tornar os espaços que habitamos mais inclusivos e plurais. O material, ainda, conta com falas de profissionais da área da linguística argumentando a favor da importância do debate.

Figura 3 – Capa do “Guia “*Todxs Nós*” de linguagem inclusiva”, de 2020



Fonte: Portal dos Jornalistas, 2020

Assim, tais materiais, ao serem veiculados também de forma institucional, como no caso do manual de 2014, ou em conjunto a produções audiovisuais divulgadas internacionalmente, como o “Guia “*Todxs Nós*”...”, de 2020, conferem maior visibilidade

6 O material em questão, de 2019, foi disponibilizado *on-line*, assim como grande parte dos demais guias produzidos. As iniciativas podem ser produtivas levando em consideração a expressividade do uso da linguagem neutra/não-binária no meio virtual, tomando como base principalmente a modalidade escrita da língua.

às demandas e reivindicações da comunidade LGBTQIA+ em diferentes âmbitos – servindo como resposta aos discursos hegemônicos.

| Os movimentos do discurso publicitário pró-diversidade de gênero durante a década de 2010

Traçados alguns episódios cruciais para a apreensão de tais contextos ambivalentes, discussões fecundas podem tomar forma. Tais movimentos podem levantar uma série de questionamentos, especialmente no que concerne às estratégias utilizadas pelos governos: se servem apenas como mera autolegitimação do Estado frente às demandas identitárias postas e reivindicadas, ou se, por outro lado, a circulação desses discursos na esfera publicitária permite inferir que haja uma tomada de postura que põe em pauta a relação entre alteridade e identidade de forma concreta.

As análises propostas a seguir materializam questões de ideologia e a dubiedade de um contexto também problemático. Por um lado, essa representação de identidades não-heteronormativas no texto publicitário pode ou não estar alinhada à inclusão social ou, por outro lado, pode reforçar preconceitos. Além disso, a complexidade em representar tais identidades reside em mostrar mais do que apenas estereótipos e produtos anunciados e tematizados. Seu impacto social será constituído *no* e *através* dos significados expressos, nas tensões e polêmicas que circundam o texto publicitário e seus enunciados.

Como parte de nossas análises, temos a campanha publicitária do McDonald's de 2018. A campanha, feita durante o mês do dia dos namorados, foi veiculada no Brasil principalmente em redes sociais. No Facebook, o anúncio foi feito em forma de *gif*, gênero discursivo bastante presente em redes sociais, que se constitui de uma sequência curta de imagens. O formato de arquivos em *gif* foi usado pela primeira vez em 1987⁷, pelo cientista da computação Steve Wilhite. Esse gênero do discurso, que vem aparecendo de forma substancial na internet nos últimos anos, consiste em um formato de arquivo rasterizado – isto é, a partir de imagens feitas de *pixels*, pequenos quadrados coloridos que, em grande quantidade, podem formar imagens altamente detalhadas, como fotografias – para imagens relativamente básicas.

Na campanha em questão, a empresa utilizou produtos alimentícios vendidos na franquia como representação de casais – os “pares” de lanches vão trocando até que aparecem dois sanduíches, duas fritas e dois sorvetes, por exemplo; o movimento do *gif* também põe em evidência a possibilidade da “união” de dois lanches diferentes (conforme a Figura 5); há, ainda, a junção de dois produtos completamente diferentes, como quando aparece como “casal” um lanche e batata (ver Figura 6) reiterando que os elementos utilizados na representação dos casais podem ser distintos entre si; o amor é distinto em cada situação, ainda que dentre aqueles que se consideram “iguais”.

7 Tais informações estão disponibilizadas no *site* da Adobe, uma das maiores empresas de *software*, através do *link*: <https://l1nq.com/rYkwY>. Acesso em: 11 jun. 2024.

Figura 4 – Campanha publicitária da empresa McDonald's divulgada à época do Dia dos Namorados de 2018



Fonte: Facebook, 2018⁸

Figura 5 – Print de um frame do Gif da campanha da empresa McDonald's de 2018



Fonte: Facebook, 2018

8 Disponível em: <https://www.facebook.com/McDonaldsBrasil/videos/1875869002451641/>. Acesso em: 30 maio 2024.

Figura 6 – Print de um frame do Gif da campanha em questão



Fonte: Facebook, 2018

Explorando a parte não-verbal da imagem, ainda, há a presença de um mesmo coração vermelho nas representações – cor esta que remete à marca da empresa; tal elemento também remete à emoção para além da sexualidade, tido como uma categoria mais ampla e subjetiva, que abarca diferentes possibilidades e vivências.

A configuração sígnica não-verbal do enunciado, portanto, parte da presença do coração, que figura em todas as construções de “amores”. Para além disso, partindo para a constituição verbal, temos, igualmente, diferentes amores, amores que são uma “delícia” em suas especificidades. Tais diferentes acepções de “amor” podem estar relacionadas, tendo em vista a seleção do vocábulo “delícia”, ao prazer, ao corpo, ou como alusão à comida – reiterando uma das funções das peças publicitárias, de venda de produtos.

O escopo da constituição verbal do enunciado permite também associações ao discurso religioso e bíblico – especialmente pensando nos pecados capitais como a luxúria e a gula. A luxúria, dentro dos preceitos bíblicos, indica uma inclinação aos prazeres carnavais e comportamentos sexuais tidos como promíscuos e lascivos – tal pecado, um dos sete pecados mortais, levaria as pessoas a viverem em descontrole com seu corpo, nesse sentido, as desordens psíquicas e emocionais que afloram com a luxúria levariam ao pecado, e, em última instância, à morte. Ao contestar dados discursos conservadores, o enunciado atua a partir da linguagem de forma a responder a discursos presentes em outras esferas – nesse caso, na esfera religiosa, que, no Brasil atual, interfere inclusive na esfera política, haja vista que há uma bancada evangélica consolidada no Congresso

Nacional que, desde meados da década de 2010, visa coibir, fundamentalmente, comportamentos e identidades não considerados adequados aos preceitos cristãos.

A partir de tal resposta ao discurso conservador – religioso e bíblico –, materializam-se ideologias em conflito; configura-se, na formulação de Volóchinov (2018), uma arena de lutas. A religiosidade é apreendida, neste e em demais contextos contemporâneos também discutidos no presente artigo, a partir de uma força questionadora subversiva, no sentido de contestar e disputar valores idealizados. O amor – ou os amores possíveis – é diferente daquela concepção favorável a um modelo idealizado de família e relacionamento; abre-se margem para os espaços de aparecimento (Butler, 2019), de materialização de condições insurgentes de amorosidades. Dessa maneira, o enunciado concreto, em sua multissemiose, apresenta refração da realidade dos amores contemporâneos em linguagem ambivalente, o signo “delícia” remetendo ao mesmo tempo ao lanche e às relações amorosas diversificadas, em caráter ambivalente no contexto sócio-histórico em que se confrontam os valores conservadores e “progressistas” sobre essas relações.

Vale mencionar sobre a empresa retratada, por fim, que, em 2021, na Alemanha, foi oferecido como brinde do McLanche Feliz um livro infantil LGBT; os pais das crianças, à época, tinham a opção de trocar o tradicional brinquedo por uma edição do livro *Raffi und seine pinkes Tutu* (*Raffi e seu Tutu Rosa*), escrito por Riccardo Simonetti, embaixador especial da União Europeia para a causa LGBTQIA+.

A partir das considerações feitas, é interessante refletir sobre: a efetividade de tal campanha frente às reivindicações identitárias; quais elementos de linguagem e de representação de identidade são utilizados; e, por fim, quais poderiam ser os motivos para que tal campanha, no Brasil, tenha ficado restrita apenas a essa peça publicitária, ao passo que, na Alemanha, mais recentemente, outras medidas foram tomadas. Entendemos que a veiculação de materiais como livros com temática LGBTQIA+ pode constituir um avanço nas práticas que respondem às reivindicações pró-diversidade de gênero, pois oferece condições materiais de inclusão dessa comunidade pela formação propiciada pela leitura, sendo mais um elemento a favor de divulgação e consolidação de valores não conservadores sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

Comentando as demais campanhas, agora do produto norte-americano Doritos, parte da companhia norte-americana Alex Foods, houve, em 2017, uma campanha lançada em prol da diversidade, especificamente de gênero. À época também lançada no Brasil, toda a renda do salgadinho, disponibilizado em grandes centros metropolitanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, foi revertida para cinco ONGs que apoiam a causa LGBTQIA+: Casa 1, Todxs, Wakanda Warriors, INESP e União do Povo de Santa Edwiges.

Nos anos seguintes à veiculação da campanha de 2017, em 2018 e 2019, a empresa também destinou a renda arrecadada com o produto Doritos Rainbow, novamente, para

instituições com atuação em todo o país. Em 2019, especificamente, a edição do produto foi lançada no festival de música Rock in Rio, conferindo mais visibilidade à causa.

Em 2020, durante a pandemia, Doritos promoveu uma nova campanha, intitulada #1kiss1donation, lançada também à época do mês do orgulho LGBTQIA+. Tal campanha, adaptando suas propostas e iniciativas ao meio virtual, adotou uma estratégia digital através de uma plataforma desenvolvida exclusivamente para a campanha, em que todos poderiam participar, contribuindo com o envio de um “beijo virtual”; a cada beijo virtual enviado, a empresa doaria, à época, o valor de 1 real; a meta, de 1 milhão de beijos, seria transformada em 1 milhão de reais em doação para 10 instituições LGBTQIA+ do país afora. Além disso, em parceria com a Rede Filantropia, a multinacional ofereceu programas de capacitação e fortalecimento de gestão de projetos sociais voltados ao público LGBTQIA+, a partir de cursos *on-line* e gratuitos. Em 2021, em entrevista concedida ao portal Meio&Mensagem, um dos maiores veículos brasileiros sobre o mercado de comunicação, Daniela Cachich, CMO Latam e Vice-Presidente de Marketing da PepsiCo Brasil Alimentos, divulgou que tal iniciativa prestou assistência, direta e indiretamente, a mais de 74 mil pessoas. Em 2021, cinco anos após a primeira campanha, o produto Doritos Rainbow foi relançado, ficando disponível entre os meses de maio e junho – período que corresponde exatamente ao Mês do Orgulho LGBTQIA+ – ou até durarem os estoques. Como ação beneficente, a empresa direcionou mais de 1 milhão à causa, novamente para instituições que atuam na rede de apoio aos grupos sociais marginalizados.

Figura 5 – Campanha publicitária durante o Mês do Orgulho LGBTQIA+ de 2017



Fonte: Facebook, 2017⁹

Partindo, inicialmente, da parte visual do enunciado, temos a presença expressiva do uso das cores da bandeira LGBTQ+, o arco-íris sendo entendido aqui como um signo ideológico, conforme Volóchinov (2018) – é importante ressaltar sobre esse aspecto que

9 Disponível em: https://www.facebook.com/doritosbrasil/photos/a.267812623303956/1357234054361802/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 30 maio 2024.

a cor rosa, a primeira na gradação das cores do enunciado, não faz parte oficialmente da bandeira da comunidade e nem das cores do arco-íris. Assim, é possível inferir que a introdução da cor, pensando também em sua posição no enunciado, pode introduzir demais identidades que pertencem igualmente à comunidade, veja-se o texto verbal: “mais cores. mais identidade. mais empoderamento”. O signo ideológico do arco-íris e também o da bandeira – os dois detêm papéis semelhantes e essenciais nas discussões deste artigo –, nesse contexto, remetem à diversidade, seja de gênero ou sexualidade; a gradação das cores expostas, igualmente, expõe as diversas possibilidades e vivências. Tais signos, portanto, remetem à própria pauta da comunidade e estão presentes em suas manifestações e reivindicações. O fato de serem usados e atualizados em enunciado na esfera publicitária traz para o produto em anúncio e sua empresa os valores que esses signos carregam, refratando a vida na orientação “progressista” que ela manifesta, em detrimento da orientação conservadora.

Quanto ao produto tematizado, que também carrega consigo uma bandeira (ou seja, aparece “enrolado” nela), é interessante pensar a posição e forma em que esta foi disposta, como se estivesse abraçando o produto, acolhendo-o, ou, inversamente, como se o produto e a marca, “vestindo” a bandeira da comunidade, assumissem tal postura de reivindicar a igualdade e direito à diversidade. De todo modo, apreende-se um valor que foge às normas sociais hegemônicas, de regimes que postulam a “visibilidade de nossa identidade” (Butler, 2022).

Assim sendo, a esfera publicitária incorpora valores “subversivos” em seus discursos, os atos valorativos empregados dentro dessa esfera, nesse contexto, reatualizam a discussão da diversidade – de cores da bandeira, do arco-íris, de identidades e possibilidades de experiências identitárias, e até dialogando com a não-normatização da sigla LGBTQIA+, que passa recorrentemente por alterações e novas incorporações (Butler, 2020).

Ressalta-se, ainda, que a empresa em questão continuou a adotar medidas de incentivo à inclusão e respeito à diversidade. Em meados de 2022, Doritos deu início ao movimento “#RespeitaMinhaldentidade” nas redes sociais, convidando seus interlocutores a participar de um abaixo-assinado em apoio à comunidade LGBTQIA+, em especial às pessoas trans. O abaixo-assinado proposto advogava pela defesa de documentos mais inclusivos para sujeitos trans – isso, pois, em março daquele ano, fora aprovada a criação da nova carteira nacional de identidade; o documento incluía, de fato, o campo para o nome social, porém também trazia campos como “sexo” e “nome de registro”. Entidades pró-diversidade apontaram que tais mudanças são excludentes para travestis e demais pessoas trans, principalmente aquelas que ainda não têm condições ou que enfrentam dificuldades legais e burocráticas no processo de retificação de nome no país; para além disso, há o risco de aumentar e intensificar o fato de pessoas trans de serem vítimas de violência ao apresentar um documento com tais marcadores, que partem de aspectos meramente biológicos e que não as representam. Conferir imagem a seguir:

Figura 6 – Lina Pereira (Linn da Quebrada) para a campanha “#RespeitaMinhaIdentidade”, lançada em 2022



Fonte: Twitter/X, 2022¹⁰

Uma das imagens da campanha de divulgação da campanha-manifesto destaca a presença de Lina Pereira (conhecida artisticamente como Linn da Quebrada), artista travesti e ativista das causas pró-diversidade. Lina, também ex-participante de um dos *realities* de TV mais assistidos no Brasil, enfrentou, ainda dentro do programa, questões problemáticas relacionadas à sua identidade, em que outros participantes do *reality* se referiram à Lina usando o pronome “ele” – ao trazer, então, tais dizeres no *banner*, é possível compreender a campanha enquanto uma resposta também a esses episódios, tendo em vista o caráter responsivo dos enunciados, as relações dialógicas presentes na cadeia enunciativa.

Há, no enunciado, a materialização do diálogo e de conflitos ideológicos presentes na própria língua. Ao mesmo tempo, o *banner* dialoga com o movimento do não-respeitar a diversidade, da invisibilidade e do relegar às margens sujeitos, e também com manifestações e movimentos de resistência – “a identidade de pessoas trans importa”. Esse texto verbal dialoga com a inscrição “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam), que constitui um movimento ativista internacional originado na comunidade afro-americana e que, a partir de 2013, com o uso da *hashtag* #BlackLivesMatter em redes sociais e manifestações de rua, tornou-se reconhecido internacionalmente.

Destaque-se ainda a marca de biometria e a própria assinatura de Lina Pereira, as quais reforçam que a identidade deve ser respeitada enquanto escrita, aquela dos

¹⁰ A imagem em questão foi postada no perfil da artista na plataforma Twitter/X. Disponível em: <https://x.com/linndaquebrada/status/1546908646344359941/photo/1>. Acesso em: 30 maio 2024.

documentos, e também há de se respeitar as formas através das quais se produz e performa a identidade em outras linguagens. Dessa maneira, nesse enunciado verbo-visual, imagem e texto verbal, juntos, constituem o todo de sentido do enunciado, no diálogo com os discursos que refratam e valoram a realidade sócio-histórica.

Por último, como parte das análises, temos uma campanha da marca nacional Natura, que traz, em um dos seus comerciais divulgados na época do Dia dos Namorados de 2019 – uma data por si só utilizada em prol de valores capitalistas e mercadológicos –, vários casais LGBTQIA+ em demonstrações de afeto – ressaltando que também há a inclusão de pessoas trans. O comercial em questão foi produzido em uma data específica do ano, para ser veiculado nas grandes mídias apenas dentro desse período. É sabido, no entanto, que a empresa, desde meados dos anos 2010, vem optando por ter suas campanhas protagonizadas por sujeitos LGBTQIA+, como nos casos de Thammy Miranda, um homem trans, e também Thales Bretas, viúvo do artista Paulo Gustavo.

Figura 7 – Campanha de Natura para o Dia dos Namorados, 2019.



Fonte: YouTube, 2019¹¹

Como se observa na Figura 7, a campanha de 2019 da Natura, em comemoração ao dia dos namorados, divulgou sua “nova coleção do amor”. O texto verbal é polissêmico, podendo significar “novos produtos do amor” (cremes, perfumes etc. para presentear no dia dos namorados) ou “novas formas do amor” (incluindo formas da comunidade LGBTQIA+). Dessa maneira, o enunciado, unindo linguagem verbal e não-verbal, significa em favor da diversidade de gênero, em resposta ao discurso conservador e religioso.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c0FUG-9iACQ>. Acesso em: 30 maio 2024.

| Considerações finais

Com os estudos e levantamentos feitos neste artigo esperamos contribuir para um movimento de reflexão e apreensão mais crítica do discurso publicitário, levando em consideração o seu projeto de dizer e a construção de uma imagem de si, e do próprio consumo enquanto um sistema ideológico-cultural que visa, sobretudo, a reatualização dos sentidos sociais.

Há, portanto, por trás da lógica da esfera de comunicação em questão, a publicidade, a lógica mercadológica típica: há a preocupação das empresas em criarem uma imagem de si ao se colocarem no mercado como inclusivas, por vezes de forma propositalmente implícita e polissêmica – o que, de todo modo, lhes rende dinheiro e visibilidade.

A publicidade, ao voltar seus olhares à comunidade LGBTQIA+, faz com que tal grupo social seja visto e posto em evidência, e tal movimento detém sua importância histórica, política e social. Nesse contexto, a pluralidade de respostas e reações a quaisquer campanhas devem ser esperadas – o processo de se conferir espaços de aparecimento a grupos historicamente marginalizados e estigmatizados requer o desconforto da economia e dos valores de classes e grupos sociais dominantes.

Isso, pois na história da comunidade LGBTQIA+, de forma geral, devido à persistência de preconceitos e violências, não é raro que as demandas e reivindicações que pareciam haver sido acolhidas e atendidas em um momento, logo precisem ser novamente reivindicadas – as pautas da comunidade nunca são efetivamente superadas.

Além disso, a política brasileira, em especial a das últimas duas décadas, ao conferir força e espaço às ideologias reacionárias, permitiu, igualmente, a proliferação de discursos que operam em resposta àqueles que incluem a comunidade LGBTQIA+, permitindo a articulação de embates que não contribuem para a garantia da diversidade sexual e de gênero. Neste trabalho, mostramos como esses embates podem ser percebidos em enunciados na publicidade.

| Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Programa de Excelência Acadêmica (CAPES Proex).

| Referências

ACOSTA PEREIRA, R.; OLIVEIRA, A. M. Análise dialógica do conteúdo temático em gêneros do discurso. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 9, n. 16, p. 245-264, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6567/4588>. Acesso em: 24 maio 2024.

ALVES, S. *Doritos Rainbow lança campanha #1Kiss1Donation com meta de 1 milhão de beijos virtuais*. B9, 2020. Disponível em: <https://www.b9.com.br/127601/doritos-rainbow-lanca-campanha-1kiss1donation-com-meta-de-1-milhao-de-beijos-virtuais/>. Acesso em: 23 maio 2024.

ARÁN, P. O. A questão do autor em Bakhtin. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, [S. l.], v. 9, p. Port. 4-25 / Eng. 5, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/17700>. Acesso em: 1 jun. 2024.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF, 2011a. p. 261-306.

BAKHTIN, M. Os estudos literários hoje. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF, 2011b. p. 359-366.

BAKHTIN, M. Metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF, 2011c. p. 393-410.

BARZOTTO, C. E.; SEFFNER, F. Escola Sem Partido e sem gênero: redefinição das fronteiras público e privado na educação. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, [S. l.], v. 29, n. 58, p. 150-167, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9043>. Acesso em: 16 out. 2024.

BOURCIER, S. *Homo Incorporated: o triângulo e o unicórnio que peida*. Tradução Marcia Bechara. N-1 Edições, 2020.

BRAIT, B. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 43-66, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/16568/12909>. Acesso em: 02 jul. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.893*, de 13 de outubro de 2020. Tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatório, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham conteúdo de ideologia de gênero. Minas Gerais: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264281>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 10.577*, de 11 de julho de 2018. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2181575>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Plenário do Senado Federal. *Projeto de Lei nº 134*, de 26 de março de 2018. Esta Lei dispõe sobre o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero e visa a promover a inclusão de todos, combater e criminalizar a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos das minorias sexuais e de gênero. Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132701>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, J. *Desfazendo o Gênero*. Tradução Aléxia Bretas, Ana Luiza Gussen e Beatriz Zampieri et al. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BROWN, W. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Zone Books: New York, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/downloadSuppFile/48108/25893>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CAMPOS-TOSCANO, A. L. F. *O percurso dos gêneros do discurso publicitário: considerações sobre as propagandas da Coca-Cola*. 2008. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

CASSIANO, O. Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR). *Medium*, 2019. Disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em: 18 jul. 2023.

DANTAS, C. Veja a transexual ‘crucificada’ e outras polêmicas com símbolos cristãos. *G1*, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/veja-transexual-crucificada-e-outras-polemicas-com-simbolos-cristaos.html>. Acesso em: 05 jul. 2023.

DESTRI, A.; MARCHEZAN, R. C. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. *Revista da Abralin*, v. XX, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1853/2287>. Acesso em: 24 maio 2024.

DORITOS Rainbow lança campanha protagonizada por Linn da Quebrada. *Marca Mais*, 2022. Disponível em: <https://marcasmais.com.br/minforma/noticias/comunicacao/doritos-rainbow-lanca-campanha-protagonizada-por-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

DORITOS RAINBOW comemora cinco anos de apoio à comunidade LGBTQIA+ no Brasil. *Marie Claire*, 2021. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Publicidade/Doritos-Brasil/noticia/2021/06/doritos-rainbow-comemora-cinco-anos-de-apoio-comunidade-lgbtqia-no-brasil.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

EM CARTA, Dilma faz afago aos cristãos. *O Tempo*, 2010. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/em-carta-dilma-faz-afago-aos-cristaos-1.472584>. Acesso em: 23 maio 2024.

FERREIRA, M. Preconceituosos pedem boicote à Natura por comercial com casais gays. *GKPB*, 2019. Disponível em: <https://gkpb.com.br/36970/boicote-natura/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FIORIN, J. S. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Editora Ática, 2011.

FILIPPE, M. Doritos Rainbow muda a embalagem e direciona mais R\$1 milhão à causa LGBTI+. *Exame*, 2021. Disponível em: <https://exame.com/marketing/doritos-rainbow-muda-embalagem-e-direciona-mais-r1-milhao-a-causa-lgbti/>. Acesso em: 23 maio 2024.

GALVÃO, T. Manual para usar linguagem neutra – comunicação para todes, todos e todas. *AzMina*, 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/manual-para-comunicacao-neutra/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GEGE (Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso) (org.). *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012. p. 19-39.

GUIA de linguagem inclusive Todxs Nós. *Portal dos Jornalistas*, 2020. Disponível em: <https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

JORNAL de Campanha Dilma Rousseff – Coordenação Evangélica. *Calaméo*, Agência I³, 2010. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0005955849fdcd4889536>. Acesso em: 23 maio 2024.

LOPES, L. Representações LGBT em propagandas no Brasil. In: *Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Online)*, 2020. ENGEMA XXII, nov. 2020. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/22/arquivos/409.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

MARCHEZAN, R. Diálogo. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-131.

MENDONÇA, M. C. O enunciado concreto como um todo de sentido: considerações sobre o conceito de enunciado na perspectiva do Círculo de Bakhtin. In: GEBGE (Grupo de Estudos Bakhtinianos dos Gêneros do Discurso) (org.). *Olhares sobre textos e diálogos na perspectiva bakhtiniana*. Franca: Ribeirão Gráfica Editora, 2022. p. 31-46.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

MISKOLCI, R. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NÖLKE, A.-I. *The viscosity of stigma: media experiences, intersectionality, and the lifecourse of LGBTQ+ consumers*. 2018. Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy – The University of Edinburgh Business School Marketing Group, Edinburgh, 2018. p. 493. Disponível em: <https://typeset.io/pdf/making-diversity-conform-an-intersectional-longitudinal-5gsvajyq9i.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

PROPAGANDA de O Boticário com gays gera polêmica e chega ao Conar. G1, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/06/comercial-de-o-boticario-com-casais-gays-gera-polemica-e-chega-ao-conar.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. *Manual para uso não sexista da linguagem*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

ROCHA, E. *Representações do consumo: estudos sobre a narrativa publicitária*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio: Mauad, 2006.

RODRIGUES, A.; ZANIN, V. As representações das homossexualidades em anúncios veiculados na televisão brasileira entre os anos de 2008 e 2012. *Conexão: Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul: UCS, v. 13, n. 25, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104465>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ROGENSKI, R. Dani Cachich: “Sem espaço para intolerância na publicidade”. *Meio & Mensagem*, 2021. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/dani-cachich-sem-espaco-para-intolerancia-na-publicidade>. Acesso em: 11 jun. 2024.

TOITIO, R. *Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro*. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

VOLÓCHINOV, V. *A construção da Enunciação e Outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, Ensaio Introdutório, Glossário e Notas de S. V. C. Grillo e E. V. Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, V. A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica. In: VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019a. p. 109-146.

VOLÓCHINOV, V. Estilística do discurso literário II: A construção do enunciado. In: VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019b. p. 266-305.

Como citar este trabalho:

VERGARA, Thiago; MENDONÇA, Marina Célia. A comunidade LGBTQIA+ vista a partir do discurso publicitário: uma análise dialógica do discurso. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 40-72, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v17i2.19555>.

RECEITAS DE OLHAR E CLASSIFICADOS POÉTICOS DE ROSEANA MURRAY SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO EM SEMIÓTICA

ROSEANA MURRAY'S RECEITAS DE OLHAR AND CLASSIFICADOS POÉTICOS FROM THE PERSPECTIVE OF GENRE IN SEMIOTICS

Ana Carolina de Picoli de Souza CRUZ¹

Resumo: Neste trabalho, analisamos dois poemas da autora Roseana Murray sob a perspectiva do gênero em semiótica. Um dos textos analisados é o poema *Receitas de olhar*; o segundo faz parte do livro *Classificados poéticos*. Nossa análise pauta-se na abordagem semiótica do gênero desenvolvida por Jacques Fontanille (2016), que se diferencia da concepção de que um gênero depende das noções de convenção e de tradição que supõem formas fixas. Essa concepção se afasta do discurso em ato, ou seja, com ela o destaque é dado ao caráter permanente dos gêneros, enquanto a visão de Fontanille foca na labilidade dos discursos. Desse modo, os poemas selecionados sugerem uma análise interessante sobre as dimensões da negociação entre tipos textuais e discursivos na origem de um dado gênero. Nosso intuito é apresentar essa abordagem dos gêneros como um instrumento que, além de marcar a diferença entre texto e discurso, destaca as propriedades textuais e discursivas que compõem cada gênero.

Palavras-chave: Semiótica discursiva. Gênero textual. Gênero discursivo. Educação.

¹ Doutora pela Unesp (Universidade Estadual Paulista). E-mail: anacarolpicoli@gmail.com

Abstract: In this work, we analyze two poems by the author Roseana Murray from the perspective of genre in semiotics. One of the analyzed texts is the poem *Receitas de olhar*; the second is part of the book *Classificados poéticos*. Our analysis is based on the semiotic approach to genre developed by Jacques Fontanille (2016), which differs from the conception that a genre depends on notions of convention and tradition that assume fixed forms. This conception moves away from the discourse in action, meaning that it emphasizes the permanent nature of genres, while Fontanille's view focuses on the lability of discourses. Thus, the selected poems suggest an interesting analysis of the dimensions of negotiation between textual and discursive types in the origin of a given genre. Our aim is to present this approach to genres as a tool that, not only marks the difference between text and discourse, but also highlights the textual and discursive properties that compose each genre.

Keywords: Discursive semiotics. Textual genre. Discursive genre. Education.

| Introdução

Neste trabalho, analisaremos dois poemas da autora Roseana Murray. Um deles compõe o livro *Receitas de olhar*, título também de um dos poemas que selecionamos. O segundo poema estudado faz parte do livro *Classificados poéticos*. De modo geral, o primeiro texto convoca a atenção do leitor, de maneira sensível, para as diferentes possibilidades de olhar nosso entorno e nossas experiências; o segundo poema também propõe uma percepção diferente do cotidiano. A diferença entre eles, no entanto, está na labilidade do discurso que, pensado como produto de uma enunciação particular, é capaz de manifestar-se por diferentes textos. No primeiro poema, como se verá nas linhas a seguir, a enunciação visa sensibilizar o enunciatário; no segundo, a enunciação solicita a adesão do enunciatário pela identificação.

Nossa análise está pautada na abordagem semiótica do gênero desenvolvida por Jacques Fontanille (2016), que se diferencia da concepção de que um gênero depende das noções de convenção e de tradição que supõem formas fixas. Essa concepção se afasta do discurso em ato, ou seja, com ela o destaque é dado ao caráter permanente dos gêneros, enquanto a visão de Fontanille foca na labilidade dos discursos. Para o semioticista, o gênero faz parte dos princípios que sustentam a produção e a interpretação dos textos que, consequentemente, organizam seus conteúdos.

Em consonância com o pensamento greimasiano, a abordagem fontanilliana concentra-se na relação entre texto e discurso ou, melhor dizendo, na ideia de que cada gênero apresenta em si propriedades textuais e discursivas. Para tecermos uma análise sobre gênero nessa perspectiva, é preciso, primeiro, diferenciarmos texto e discurso.

Para Fontanille (2016, p. 31), o discurso é o processo de significação: "o ato e o produto de uma enunciação particular e concretamente realizada", já o texto é "a organização [...] dos elementos concretos que permitem expressar a significação do discurso". Desse

modo, o discurso é do plano do conteúdo, enquanto o texto é do plano da expressão. Nas palavras de Fiorin (2012, p. 148): “O texto é a manifestação de um discurso. Assim, o texto pressupõe logicamente o discurso, que é, por implicação, anterior a ele”. Portanto, um “mesmo” discurso pode manifestar-se por diferentes textos.

A perspectiva do discurso refere-se à construção gradativa das articulações semânticas mais simples até conjuntos de enunciados complexos; a perspectiva do texto examina como as regras condicionam a formação de um todo significativo. A partir dessas afirmações, podemos concluir que um gênero seria a união de um tipo de texto e um tipo de discurso, os quais se entrecruzam pelas isotopias que fundam.

Como afirmam Schwartzmann e Portela (2012, p. 75-76):

É preciso, na verdade, entender como, no discurso em ato, sob o controle de uma enunciação, formam-se, misturam-se, organizam-se as isotopias em vários níveis de pertinência. Para isso, lembremos que é o discurso que permite ao texto a existência de uma significação intencional e coerente. Já o texto, enquanto “suporte” do discurso, apresenta-o ao leitor valendo-se de meios diversos, sejam convencionais ou inovadores. Isso permite que as formas textuais possam servir de base para qualquer tipo de manifestação discursiva coerente.

Para ter coerência, o discurso deve buscar uma “monoisotopia” e o texto pode apresentar-se sob uma forma “pluri-isotópica”.

A chave da teoria de Fontanille está na relação entre a coerência do discurso (que coloca um único universo de sentido) e a coesão do texto (organização e hierarquização dos segmentos textuais) que são reguladas pela congruência (um vestígio da enunciação responsável pelo efeito global de totalidade de sentido). Essas são as três dimensões da “negociação” entre tipos textuais e discursivos que originam um dado gênero (Cruz, 2021, p. 233).

A partir do exposto, os poemas de Murray selecionados para este estudo incitam uma análise interessante sobre gênero. No caso do livro das *Receitas de olhar*, os poemas possuem, no máximo, doze linhas cada um. Nele, encontramos textos estruturados em versos e estrofes, com uma linguagem poética rica em metáforas e, ao mesmo tempo, as características do tipo textual “receita” apresentado na organização sintática, própria à das receitas, pautada no modo de fazer e no uso de verbos no imperativo que cada um deles possui.

O mesmo ocorre com os *Classificados poéticos*, cuja estrutura sintática é própria à dos classificados de jornal. Nele, porém, temos um bom exemplo da superação da ambiguidade que a diferença entre tipos textuais e discursivos proporciona. Segundo Fontanille (2016, p. 215, tradução própria),

A distinção entre tipos textuais e tipos discursivos permite superar uma ambigüidade: fala-se correntemente da “novela” e do “novelesco”, da “tragédia” e do “trágico”, da “epopeia” e do “épico”; o nome designa um gênero, que associa as propriedades de um tipo textual e de um tipo discursivo; o adjetivo, eventualmente nominalizado, designa, por sua vez, unicamente o tipo discursivo, independentemente do tipo textual no qual se realize, e que, por isso, pode “contaminar” outros gêneros, combinando-se com outros tipos textuais. Nesse sentido, pode-se falar, então, da dimensão trágica de um poema, da dimensão épica de uma novela. Desse modo, o tipo discursivo projeta para fora de sua esfera genérica suas formas enunciativas, seus valores, e, inclusive, sua concepção de mundo e a forma de seu imaginário.²

Dessa maneira, questionamo-nos se nos dois poemas de Murray ocorre essa “contaminação” de que fala Fontanille ou há uma imbricação de gêneros? Qual o efeito de sentido gerado por essas escolhas do ator da enunciação? À luz da teoria semiótica sobre gêneros é que pretendemos responder a essas questões, lançando, talvez, uma nova perspectiva de possibilidades de trabalhos com essas obras da literatura infanto-juvenil.

| Tipos textuais e discursivos nas receitas e nos classificados de Roseana Murray

Fontanille (2016) afirma que os tipos textuais correspondem às características que apreendemos no plano de expressão. A coesão do tipo textual refere-se à articulação das partes de um texto entre si e diante de seu todo, sendo assim, para o semioticista devemos reter dos critérios textuais as formas seriais, o caráter isolável ou não de suas unidades constituintes e o modo como o tipo assegura ou recusa o fechamento e a homogeneidade do texto (2016, p. 210). Os tipos textuais podem, então:

De acordo com Fontanille (1999), os textos organizam-se em tipos textuais que podem ser classificados segundo estes critérios: como longos ou breves, que se relacionam à extensão da unidade de leitura, ao tempo da enunciação, à duração da história ou do acontecimento; como abertos ou fechados que correspondem

2 Texto em espanhol: “La distinción entre tipos textuales y tipos discursivos permite superar una ambigüedad: se habla corrientemente de la “novela” y de lo “novelesco”, de la “tragedia” y de lo “trágico”, de la “epopeya” y de lo “épico”; el nombre designa un género, que asocia las propiedades de un tipo textual y de un tipo discursivo; el adjetivo, eventualmente nominalizado, designa, en cambio, únicamente el tipo discursivo, independientemente del tipo textual en el que se realice, y que, por ese hecho, puede “contaminar” a otros géneros, combinándose con otros tipos textuales. En ese sentido, se puede hablar entonces de la dimensión trágica de un poema, de la dimensión épica de una novela. De ese modo, el tipo discursivo proyecta fuera de su esfera genérica sus formas enunciativas, sus valores, e incluso su concepción del mundo y la forma de su imaginario” (Fontanille, 2016, p. 215, grifo do autor).

à relação entre a unidade de leitura e a unidade de edição. Para o autor, a união desses critérios resulta nas seguintes propriedades textuais: a recursividade (se longo e aberto), o desdobramento (se longo e fechado), a fragmentação (se breve e aberto) e a concentração (se breve e fechado) (Câmara, 2019, p. 199).

Observemos os dois poemas de Murray:

Receita de olhar
nas primeiras horas da manhã
desamarre o olhar
deixe que se derrame
sobre todas as coisas belas
o mundo é sempre novo
e a terra dança e acorda
em acordes de sol
faça do seu olhar imensa caravela (Murray, 1997, p. 44).

Troco um fusca branco
por um cavalo cor de vento
um cavalo mais veloz que o meu pensamento.
Quero que ele me leve pra bem longe
e que galope ao deus-dará
que já me cansei deste engarrafamento... (Murray, 2004, p. 27)

Segundo Fontanille, a concentração é a propriedade dos gêneros de, em um espaço muito reduzido, apresentar o essencial de sua proposta, como no caso das máximas ou dos sonetos. No caso da receita, a brevidade da enunciação aliada à força poética das figuras sinestésicas apresenta um valor deôntico não só para o /dever-fazer/, mas também para o /querer-fazer/. Se o /dever/ é dado pelo uso das formas verbais no imperativo ("desamarre", "deixe", "derrame", "faça"), o /querer/ é realçado pelo caráter poético adotado que visa convencer o enunciatário a se reinventar. O jogo sonoro entre "desamarrar" e "derramar"; a metáfora construída sobre um paradoxo que inclui e exclui, ao mesmo tempo, "todas" e "belas"; a personificação da terra pelo uso do verbo "acordar" e a sinestesia dos "acordes de sol" evocam os sentidos do leitor para a manhã que está se construindo. A última estrofe da "receita" retoma o tom do /dever-fazer/ que, no entanto, diz respeito à abertura do ser para descobertas, posto que uma das definições para o vocábulo "caravelas" é justamente:

caravela. [*Dim. de cára*vo.] S. f. **1.** Ant. Navio de casco alteroso à popa e baixo a vante, de boca aberta ou coberta, aparelhado com um a quatro mastros de velas bastardas, e armado com até 18 peças de artilharia. [Algumas tinham velas

redondas no mastro de vante. Foram navios, por excelência, dos descobrimentos marítimos portugueses dos sécs. XV e XVI]. **2.** Antiga moeda de prata [...] (Ferreira, 1986, p. 350).

No caso do classificado poético, o tipo textual também é concentrado, ou seja, breve e fechado. Mas a essencialidade apresentada no espaço reduzido possui um caráter mais lúdico e voltado a situações cotidianas de quem vive nos grandes centros urbanos, por isso nossa afirmação sobre a identificação entre enunciador e enunciatário. A ideia da troca do carro por um cavalo remete à oposição espacial cidade vs. campo, ou ao abandono do estresse causado pelo engarrafamento. As rimas simples e a figuratividade, senão lúdica, ao menos descompromissada ("fusca branco", "cavalo cor de vento", "mais veloz que o meu pensamento", "que galope ao deus-dará") reiteram o desejo de fugir de onde se está e podem, ainda, ser lidas como a oposição, finalmente entre liberdade e opressão.

O classificado apresenta uma enunciação enunciativa (eu-aqui-agora), ou seja, o enunciador assume sua posição no enunciado e cria como que um desabafo. A brevidade, nesse caso, reitera a pressa e o desejo enunciados de não estar preso, muito mais que no trânsito, na vida moderna.

Em relação aos tipos de discurso, eles dizem respeito ao plano de conteúdo e são caracterizados por sua coerência. Dito isso, há dois critérios para defini-los: as modalidades de enunciação e as axiologias. O primeiro critério refere-se aos contratos entre os sujeitos da enunciação, os tipos de linguagem e as modalizações dominantes sob a perspectiva pragmática; as axiologias tratam dos valores propostos, suas condições de atualização e seu reconhecimento no discurso.

Em relação às modalizações dominantes, Fontanille (2016, p. 212) apresenta o seguinte quadro:

Quadro 1 – Modalizações dominantes

	<i>Creencias</i>	<i>Motivacions</i>	<i>Aptitudes</i>	<i>Efectuaciones</i>	
2 actantes	CREER	Asumir	Querer	Saber	Ser
3 actantes		Adherir	Deber	Poder	Hacer

Fonte: Fontanille (2016, p. 212)

Em relação aos atos de linguagem, o quadro que ele propõe é:

Quadro 2 – Atos de linguagem

<i>Asumir y adherir</i>	<i>Querer y deber</i>	<i>Saber y poder</i>	<i>Ser y hacer</i>
Persuadir	Incitar	Habilitar	Realizar

Fonte: Fontanille (2016, p. 212)

A partir disso, o semioticista apresenta quatro tipos de discursos: os prescritivos, incitativos, de habilitação e de realização, os quais, a depender da modalização dominante, podem apresentar subtipos.

No que tange aos valores, é preciso considerar, ainda segundo Fontanille (2016, p. 212-213), a intensidade da adesão dos sujeitos ou as reações que a exposição a esses valores pode suscitar aliada à extensão ou número de manifestações concretas dos valores no discurso. O quadro a seguir apresenta as possibilidades de combinações:

Quadro 3 – Tipologia de discursos

		<i>Intensidad de la adhesión</i>	
		<i>Fuerte</i>	<i>Débil</i>
<i>Extensión y Cantidad</i>	Restringida	Valores exclusivos	Valores discretos
	Importante	Valores participativos	Valores difundidos

Fonte: Fontanille (2016, p. 213)

De acordo com esses critérios, temos os discursos que trazem em si valores exclusivos, que valorizam uma temática, uma figura e uma atitude específica, como o discurso moralista e o militante. Eles caminham na direção dos valores absolutos. Há os discursos de valores discretos que tendem à nulidade, por serem pouco abrangentes e enfraquecerem valores “convenientes”, como os discursos humorísticos ou do absurdo. Os discursos de valores participativos são os que apresentam a máxima projeção de todos os valores no discurso, como o discurso romanesco de modo geral. Finalmente, os discursos difusos são tão onipresentes quanto os participativos, mas possuem fraca taxa de adesão, são discursos pouco assumidos que asseguram, porém, grande difusão de valores como a ficção realista, por exemplo. Já definimos os tipos textuais dos poemas de Murray. Tratemos de analisar os tipos discursivos de cada um.

Segundo Fontanille (2016, p. 220, tradução própria), “[...] enunciar uma receita é propor um programa de ação a fim de instalar um /saber-fazer/”³. Afirma, ainda, que se trata de um ato de linguagem em que o destinador participa na definição do contrato. Em “Receita de olhar”, temos uma manipulação que, por meio do uso do imperativo e da

3 No original: “[...] enunciar una receta es proponer un programa de acción a fin de instalar un saber hacer”.

habilitação pelo /saber/, visa à adesão do enunciatário pelo /fazer-fazer/. O que está em jogo são valores com teor de absolutos, ou valores exclusivos, pois a ideia é a de que o leitor veja e leia o mundo a partir da perspectiva do enunciador, ainda que esse “olhar” seja poetizado em relação à vida e, nesse caso, a poesia também se torna um elemento de manipulação por apresentar “o belo”, evidenciando os valores estéticos presentes na receita. Isso nos permite, portanto, abordar a dimensão poética da receita de Murray, em que o substantivo indica o tipo textual e o adjetivo aponta o tipo discursivo.

Essa é a estratégia do discurso adotada na “Receita de olhar”: o que parece, em um primeiro momento uma imbricação de gêneros, revela-se como estratégia discursiva que ressalta o valor estético da vida e na vida. De acordo com a abordagem semiótica sobre os gêneros, trata-se da congruência: a dimensão que regula a coesão e a coerência na negociação entre tipos textuais e discursivos. Ela é o traço da enunciação, instância responsável pela reunião do texto e do discurso. A congruência, por permitir que diversos domínios de pertinência se superponham em uma determinada semiótica-objeto, é responsável pelo efeito global totalizante; ela resolve as heterogeneidades dos tipos textuais e dos tipos discursivos.

Passemos à análise do classificado poético, cujo próprio nome já aponta para o tipo textual (um classificado) e o tipo discursivo (poético), revelando a congruência entre eles, ou seja, ela é capaz de agrupar as diferenças entre o tipo textual e o tipo discursivo garantindo-lhes o efeito de sentido. Nesse gênero, notamos a modalização dominante do /querer/ que remete ao discurso incitativo e aos valores participativos, visto que há uma alta projeção deles no discurso. O tom de desabafo e a crítica à correria exigida pela vida moderna garantem a extensão de seu campo de aplicação; o tema do esgotamento psicológico e as figuras já citadas (“fusca branco”, “cavalo cor de vento”, “mais veloz que o meu pensamento”, “que galope ao deus-dará”) que trazem a leveza da ludicidade solicitam a atenção (e até mesmo a identificação) do leitor. Destaque-se, ainda, a euforização do espaço do campo e a disforização do espaço exaustivo da cidade, o que nos permite afirmar que há, no nível fundamental, a oposição natureza vs. cultura.

A partir da teoria de Fontanille, é possível apreendermos os gêneros sem perdermos de vista o texto e o discurso e, mais ainda, diferenciando um do outro. Como afirmam Schwartzmann e Portela (2012, p. 93):

A proposta de J. Fontanille de encarar o gênero como a interseção congruente de tipos textuais e discursivos parece apresentar um grande valor heurístico, pois pode ser amplamente aplicada e orientada à luz de modelos teóricos que descrevem fenômenos mais abrangentes como a práxis enunciativa, a presença, os regimes de interação, as operações da gramática tensiva etc.

Esse valor heurístico pode ser levado para as escolas e integrado às práticas didáticas, uma vez que visam contribuir com olhar mais amplo sobre a questão dos gêneros (tanto para o professor, quanto para o estudante), bem como promover a reflexão necessária

sobre os discursos que circulam nas entrelinhas de textos que, muitas vezes, são lidos de maneira superficial e ingênua.

| Receitas, classificados e práticas

Nos textos de Roseana Murray, observamos uma inovação de classes de textos e de discursos a partir de escolhas enunciativas. Desse modo, apoiados em Fontanille (2016) – para quem cada gênero participa de um esquema pancrônico que respeita e revela a época e o espaço em que circula – podemos inferir que as receitas e os classificados poéticos são frutos de um momento em que é preciso resgatar o “belo” ou, ao menos, saber encontrá-lo no cotidiano. Para isso, nada melhor que o discurso literário.

Além dessas considerações, Fontanille (2014), ao tratar das questões dos níveis de pertinência, apresenta-nos reflexões sobre a produção e a circulação de determinados textos em um dado universo socioletal, principalmente ao falarmos de objeto-suporte e de cena predicativa. Não trataremos de todos os níveis propostos pelo semiótico, apenas os citados, visto que estão em relação direta com os gêneros, como veremos a seguir (Fontanille, 2014, p. 82):

Quadro 4 – Relação entre gêneros e planos de imanência

Textos-enunciados	Gêneros ↑	Propiedades textuales genéricas ↓
Objetos-soportes	Tipo de soporte formal	Propriedades morfológicas genéricas
Escenas prácticas	↑ Tipo de práctica	↓ Instrucciones de explotación

Fonte: Fontanille (2014, p. 82)

A primeira e a segunda colunas trazem as instâncias formais, em relação de integração descendente (do tipo de prática ao gênero, tendo o objeto-suporte como mediador); a terceira coluna, em integração ascendente, obedece

[...] a um princípio do percurso gerativo da expressão que estabelece que cada nível {N} anterior oferece propriedades sensível e material ao nível posterior {N+1}, vemos que as propriedades textuais genéricas (tipos de textos e discursos que produzem a congruência do gênero) selecionam propriedades morfológicas do objeto-suporte, limitam o número e fornecem o modo das instruções de exploração, estas definidas como o conjunto de instruções que permitem compreender a prática e colocá-la em funcionamento (Schwartzmann; Portela, 2012, p. 85).

O primeiro ponto, então, é que podemos pensar que as receitas e os classificados poéticos servem, no mínimo, a duas práticas recorrentes: à prática de leitura de fruição e à prática educacional. Cada uma delas participa de uma cena predicativa diferente.

A leitura de fruição serve a uma prática do deleitar-se, do entreter-se, do conhecer e até do refletir a depender do tipo de leitor e do tipo de suporte. Supondo o objeto-suporte livro, teríamos uma tendência maior à instrução de leitura linear e total dada pela convenção social (ler página por página, da esquerda para a direita, leitura completa da obra etc.). Mas, tanto no caso dos classificados, quanto no das receitas poéticas, esses textos podem ser isolados no momento da leitura. Se o objeto-suporte fosse digital (*site*, *blog*, por exemplo), teríamos uma leitura não linear, ainda predicada pela fruição, mas cujas propriedades morfológicas do suporte permitiriam muitas maneiras de ler. Nosso objetivo neste trabalho é apenas apresentar a relevante contribuição da teoria dos níveis de pertinência a um estudo sobre os gêneros. Sendo assim, estamos apenas trabalhando com hipóteses a fim de tentarmos exemplificar essa contribuição, desse modo, não nos deteremos na análise dos objetos-suporte citados.

Em relação à prática educacional, geralmente, ela pressupõe livros, sala de aula, textos em folhas avulsas de atividades complementares, por exemplo, ou mesmo avaliações. Quando tirados de seu objeto-suporte original, apesar de ainda fazerem parte de uma prática didática, a leitura das receitas e dos classificados poéticos distancia-se um pouco da totalidade de seus discursos, porque incorpora propriedades genéricas do novo suporte em que se encontra e, ao mesmo tempo, perde aquelas de seu objeto-suporte original. Ler a receita ou o classificado no objeto-suporte livro (seja ele o livro didático ou o paradidático) estabelece modos diferentes de ler os mesmos textos em uma atividade em grupo ou em uma avaliação, por exemplo. Essa noção abre um campo de possibilidades para a prática didática. Primeiro, a da importância de se resgatar, explicitar, apresentar, tornar conhecido ao estudante o suporte original de onde se retirou a receita ou o classificado poético – assim como qualquer outro texto; em segundo lugar, a necessidade de se ter consciência de que a depender da prática didático-pedagógica em que um determinado texto está inserido, sua interpretação poderá ser alterada.

Se estivéssemos tratando de um anúncio publicitário, o mesmo ocorreria. Trazer para a cena da sala de aula a cena predicativa em que o gênero trabalhado está inserido auxilia o estudante a compreender não apenas a função social da língua (expressão muito utilizada no meio pedagógico), mas, principalmente, buscar entender as estratégias discursivas utilizadas em uma dada produção, por exemplo.

Dentre os aspectos relevantes do estudo da integração entre gêneros e práticas sob a perspectiva semiótica, ressaltamos a possível contribuição à subprática didática – no sentido de que ela faz parte de uma prática mais abrangente – que é a da mediação de que nos fala Vygotsky (*apud* Oliveira, 2002, p. 26). Para ele, a mediação é o processo de intervenção de um elemento intermediário em uma relação, essa passa a ser mediada

por esse elemento. A linguagem é, por excelência, mediadora na relação do homem com o mundo. A mediação do professor, portanto, estaria pautada não apenas na linguagem, no seu conhecimento de mundo, mas nas proposições que faz aos estudantes, possibilitando-lhes ou não autonomia, reflexão e criticidade.

| Conclusão

A concepção de gênero que circula majoritariamente na área educacional (em documentos oficiais, em livros didáticos e em sala de aula) pauta-se em noções de convenção e de tradição que supõem formas fixas. Essa concepção se afasta do discurso em ato, ou seja, com ela o destaque é dado ao caráter permanente dos gêneros. Fiorin (1990, p. 97) já nos apontava a relevância de repensarmos a questão dos gêneros:

A constelação tipológica que constitui o gênero é social. Varia, portanto, de época para época. O que numa época era considerado discurso científico pode não ser mais classificado assim. Os critérios de classificação pertencem à natureza da linguagem. Os gêneros são arranjos que dependem de fatores sociais, ou seja, dos efeitos de sentido valorizados num certo domínio por uma dada formação social.

Uma tipologia calcada nas teorias do discurso não pretende constituir uma norma, mas, ao contrário, quer mostrar quais os mecanismos que geram os diferentes tipos de discursos sociais: o científico, o didático, o religioso, o político etc.

Em consonância com o semioticista brasileiro e a partir da grande inserção das mídias sociais na vida cotidiana não apenas dos estudantes, mas da sociedade em geral, bem como da utilização de novas tecnologias e diferentes recursos para criação de textos, fica clara a necessidade de repensarmos a questão dos gêneros e, principalmente, o ensino deles. Tentamos mostrar como a abordagem semiótica dos gêneros pode ampliar o entendimento a respeito deles, e, ao mesmo tempo, aguçar nossas perspectivas para os conceitos de texto e de discurso (assim como para o ensino deles).

Ao analisarmos os tipos discursivos presentes nos textos selecionados, observamos que as estratégias discursivas utilizadas visam levar todo e qualquer leitor a aderir ao modo de olhar o mundo do enunciador (no caso das receitas) ou, ao menos, identificar-se com ele (no caso dos classificados). Ressaltamos, assim, a importância dos estudos sobre enunciação para a ampliação dos trabalhos de leitura e produção de diferentes gêneros. Os mecanismos de enunciação, os vestígios que ela deixa ou não nos enunciados, podem (e devem) ser usados como fontes de reflexão para a interpretação dos mais variados textos, pois eles nos permitem mergulhar nos universos de significação realizados em textos, como também criar tantos outros.

Olhar para um texto, reparar em seus detalhes a fim de analisá-lo em profundidade é o que a teoria semiótica pode oferecer a quem dela se aproximar.

Referências

- CÂMARA, N. S. Enunciação e práticas educativas digitais: um estudo da multiplataforma Hora do ENEM. *Revista do GEL*, v. 16, n. 3, p. 191-206, 2019. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>. Acesso em: 21 set. 2024.
- CRUZ, A. C. de P. de S. Dois poemas de Roseana Murray na perspectiva do gênero em semiótica e das práticas semióticas. *Caderno de resumos 68º Seminário do Gel*. Araraquara: Letraria, 2021.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 1. ed. 11. impr. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, s/d.
- FIORIN, J. L. Sobre a tipologia dos discursos. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, v. 17, n. 8-9, p. 91-98, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.1990.65501>. Acesso em: 28 out. 2021.
- FIORIN, J. L. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 145-165.
- FONTANILLE, J. *Semiótica y literatura: ensayos de método*. Tradução de Desiderio Blanco. 1. ed. Lima: Universidad de Lima, Fondo Editorial, 2012 [2016].
- FONTANILLE, J. *Prácticas semióticas*. Tradução Desidério Blanco. 1. ed. Lima: Universidad de Lima: Fondo Editorial, 2014.
- MURRAY, R. *Receitas de olhar*. São Paulo, FTD, 1997.
- MURRAY, R. *Classificados poéticos*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2004.
- OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
- SCHWARTZMANN, M. N.; PORTELA, J. C. A noção de gênero em semiótica. In: PORTELA, J. C., BEVIDAS, W.; LOPES, I. C.; SCHWARTZMANN, M. N. (org.). *Semiótica: identidades e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 69-98.

Como citar este trabalho:

CRUZ, Ana Carolina de Picoli de Souza. *Receitas de olhar e Classificados poéticos* de Roseana Murray sob a perspectiva do gênero em semiótica. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 73-85, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v17i2.19695>.

O “MONSTRO” EM NARCÓTICOS ANÔNIMOS SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO

THE “MONSTER” IN NARCOTICS ANONYMOUS FROM A DISCOURSE ANALYSIS PERSPECTIVE

José Lamartine de Andrade LIMA NETO¹

Resumo: Este artigo investiga o estudo da recuperação da dependência química em Narcóticos Anônimos (NA) na perspectiva da Análise de Discurso, utilizando a metáfora do “monstro” como lente para a exploração de narrativas individuais e coletivas. NA fornece uma comunidade de apoio na qual os indivíduos coletam experiências, destacando a importância da partilha de histórias pessoais de superação contra a força avassaladora da dependência. A inclusão da visão da Psicologia busca identificar os mecanismos de modificação dos padrões de pensamento disfuncionais que influem diretamente nas crenças pessoais. A análise da palavra “monstro” no contexto da narrativa do membro de NA revela que as opiniões negativas são internalizadas e como essas opiniões podem ser reestruturadas ao longo da jornada de recuperação. A Análise de Discurso aprofunda a compreensão das narrativas, rastreando a evolução da palavra “monstro” e sua conotação ao longo do tempo. Ao entrelaçar esses elementos, este artigo ressalta a necessidade de abordagens integradas na recuperação da dependência. A metáfora do “monstro” emerge como uma representação multifacetada da jornada de recuperação, unindo linguagem, cognição e comportamento em uma narrativa de transformação.

Palavras-chave: Narcóticos Anônimos. Análise de Discurso. Recuperação.

¹ Professor do IFBA (Instituto Federal da Bahia). E-mail: joselamartineneto@gmail.com

Abstract: This article explores the study of addiction recovery in Narcotics Anonymous (NA) from a discourse analysis perspective, using the metaphor of the “monster” as a lens for exploring individual and collective narratives. NA provides a supportive community where individuals gather experiences, highlighting the importance of sharing personal stories of overcoming the overwhelming force of addiction. The inclusion of a psychological perspective seeks to identify the mechanisms of modification of dysfunctional thought patterns that directly influence personal beliefs. The analysis of the word “monster” in the context of the NA member’s narrative reveals how negative beliefs are internalized and how these beliefs can be restructured throughout the recovery journey. Discourse analysis deepens the understanding of the narratives, tracing the evolution of the word “monster” and its connotations over time. By interweaving these elements, this article highlights the need for integrated approaches to addiction recovery. The “monster” metaphor emerges as a multifaceted representation of the recovery journey, uniting language, cognition, and behavior into a narrative of transformation.

Keywords: Narcotics Anonymous. Discourse Analysis. Recovery.

| Introdução

Existem alguns temas que instigam fortes discussões e o tema do presente trabalho, que envolve as substâncias psicoativas ou drogas, é um deles, especialmente as drogas ilegais. Discussões como essas, sobre as ações do narcotráfico, a insegurança nas cidades, bem como criminalidade, corrupção pública, violência policial, miséria, ações de prevenção, controle social, repressão ao consumo, descriminalização ou legalização, dentre outras, fazem parte da agenda cotidiana do público geral e, por isso, é importante analisar seus contextos e desdobramentos.

Os efeitos das substâncias psicoativas são descritos por autores como Browne em 1646 (1909), Sertürner (1817), Niemann (1860), Planeta e Delucia (2009), mas é possível reconhecer que isso já foi tratado tanto nas histórias da Bíblia como na Odisseia de Homero.

Das psicoterapias atuais, adotamos a abordagem Moralidade/Doença, foco deste trabalho e pensamento presente na maioria das propostas de tratamento da atualidade.

Outro fator importante da constituição de NA é o fato de serem grupos sem profissionais acompanhando, uma vez que só participam aqueles que se identificam com a condição a ser tratada. Desta forma, cria-se no ambiente uma atmosfera de acolhimento. Por mais diversas que sejam as histórias de vida, todos têm alguma coisa em comum, a mesma “doença”, que os tornam iguais (Loeck, 2009).

Considerando que a maioria dos autores que tratou desse assunto não é integrante destes grupos, a organização NA tem sido divulgada sob a perspectiva de outros, mas acreditamos que os próprios integrantes dos grupos têm uma visão de si mesmos e de

sua organização que seria importante conhecer quando se procura avaliar sua atividade e eficiência de sua proposta.

Levando em conta o cenário descrito, este trabalho propõe discutir o papel do modelo terapêutico de Narcóticos Anônimos na superação da problemática das drogas, ilustrada pela fala de um membro de NA e, amparados em interpretações psicológicas de maneira a servir de ingredientes a serem analisados pela ótica da Análise de Discurso na perspectiva francesa, que é o referencial teórico adotado.

1. Estudos sobre drogas, as primeiras terapias

Um dos primeiros estudos científicos desenvolvidos sobre drogas foi realizado por um médico e farmacologista inglês chamado Sir Thomas Browne que publicou, em 1646, uma obra intitulada *Religio Medici* (Religião de um Médico), na qual discutia suas crenças religiosas e questões éticas. No livro, ele abordou o uso de ópio e seus efeitos sobre o corpo e a mente. Esse pode ser considerado um dos primeiros registros escritos de um estudo mais formalizado sobre uma substância psicoativa (Browne, 1909).

Além deste, também são pioneiros outros estudos importantes como o realizado pelo médico alemão Friedrich Wilhelm Adam Sertürner, que, em 1804, isolou o primeiro alcaloide conhecido, a morfina, do ópio, um marco significativo no entendimento das substâncias psicoativas e seus efeitos no corpo humano (Sertürner, 1817).

Outro estudo importante foi sobre o consumo de álcool na forma mais crônica do alcoolismo denominada “dipsomania”, termo criado por von Bruhl-Cramer em 1819. Em 1845, Jean Jacques Moreau lançou o livro *Du hashish et de l’alienation mentale* que depois se tornou um marco sobre o tema das drogas, revelando os efeitos do haxixe sobre o comportamento e psiquismo humano (Planeta; Delucia, 2009).

Convém citar a descoberta da cocaína, em 1859, pelo químico alemão Albert Niemann, extraída das folhas de coca, tornando-se amplamente utilizada em medicamentos e bebidas no século XIX, antes de se perceber seus efeitos nocivos.

Estes são alguns dos estudos seminais que buscaram identificar e caracterizar o problema e, em algum momento desta história, outras pessoas estavam tentando alguma forma de “cura” a partir de abordagem terapêutica.

Uma das primeiras abordagens terapêuticas foi o Movimento Temperança:

[...] que ocorreu nos EUA e em alguns países europeus ao longo do século XVII e principalmente do XVIII configurou-se como um marco de uma posição mais liberal com respeito ao uso do álcool para outra mais moralista, ligada à Igreja Protestante. Os frequentes bêbados eram questionados se não estavam desperdiçando a “boa criatura dos deuses”, contudo ainda assim eram tolerados

na sociedade. [...] Para Rush, os bêbados eram adictos a bebida e a dependência se dava de maneira progressiva e gradual (Silva, 2005, p. 43).

As psicoterapias contemporâneas mais disseminadas estão baseadas em modelos classificados em dois grandes grupos:

- 1) o modelo de tratamento biológico, baseado em psicofarmacologia que tem demandado muito investimento, estudos, pesquisas em laboratórios, e utilização de técnicas de neuroimagem;
- 2) os modelos baseados nos grupos de ajuda-mútua com a terapia em grupo em que a maioria está fundamentada nos 12 Passos concebida por Alcoólicos Anônimos (Lima Neto; Pereira, 2017, p. 92).

Quanto ao tipo de abordagem psicoterápica (Quadro 1), a variedade é maior, envolvendo psicologia na cognição e comportamento, psicanálise, medicina, sistêmica, psicossocial, com o binômio moralidade/doença e suas combinações.

Quadro 1 – Abordagem psicoterápica e forma de tratamento

ABORDAGEM	TRATAMENTO
Psicanalítica	Psicanálise por tempo indeterminado
Moralidade/Doença	Abstinência por meio de grupo de ajuda mútua (AA, NA, etc.) + recuperação da estrutura social
Médica	Abstinência acompanhada de tratamento farmacológico
Comportamental	Desabituação por meio de novo aprendizado
Cognitivo/comportamental	Reestruturação comportamental e cognitiva
Sistêmica	Reestruturação das relações familiares
“Combinação de modelos”	Modelo Matrix

Fonte: Adaptado de Rawson *et al.* (2006); Elkashef *et al.* (2008); Pechansky e Baldisserotto (2014, p. 84-93)

Na perspectiva de NA, a abordagem se enquadra em Moralidade/Doença que reconhece a dependência como uma condição física complexa e multifacetada, em vez de apenas um problema moral ou de falta de vontade, ou seja, a dependência de substâncias é influenciada por uma combinação de fatores genéticos, biológicos, psicológicos, sociais e ambientais e por isso requerem tratamento adequado.

Os grupos de ajuda mútua de Anônimos têm como pressuposto de enorme valor terapêutico o compartilhamento de experiências, resultando no afloramento da afinidade e identificação entre pessoas acometidas pelo mesmo mal.

Outro fator importante da constituição de NA é o fato de serem grupos sem profissionais acompanhando, uma vez que só participam aqueles que se identificam com a condição a ser tratada. Por mais diversas que sejam as histórias de vida, todos têm alguma coisa em comum, a mesma “doença”, que os tornam iguais (Loeck, 2009). Sobre isso, Lima Neto e Pereira (2017, p. 92) explicam:

[...] em geral, a iniciação no uso de drogas se dá em um ambiente de socialização quando se estabelecem redes sociais. Com a continuidade do uso de drogas, o padrão de consumos para algumas pessoas muda, deixando os aspectos ritualísticos e socializantes, dando lugar a comportamentos individualizantes e/ou solitários. A interrupção do uso de tais substâncias também pode acontecer em contexto de redes sociais, através do retorno a um padrão de convivência mais íntima entre as pessoas, como nos grupos terapêuticos de ajuda-mútua, como ocorre em Narcóticos Anônimos.

Jandira Masur (2004) defende que a eficácia da recuperação é proporcional ao grau de dependência da substância. Segundo a autora, a experiência clínica demonstrou que o programa de 12 Passos é mais eficaz no tratamento de indivíduos mais comprometidos.

Considerando que a maioria dos autores que tratou este assunto não são integrantes destes grupos, NA tem sido divulgado sob a perspectiva de outros, porém, os próprios integrantes dos grupos têm uma visão de si mesmos e de sua organização que seria importante conhecer para avaliar a atividade e eficiência da proposta.

Entretanto, tal organização não nasce nem se perpetua apenas pela existência dos seus integrantes: ela está assentada em um sólido lastro de conhecimentos que fornecem diretrizes para a construção de redes de colaboração entre os membros e está assentada também no próprio conhecimento presente nos sujeitos que se enquadram em uma das muitas definições de ideologia.

Para procurar sentidos nos 12 Passos, usamos como interdiscurso os pressupostos da Psicologia Cognitivo-Comportamental, segundo indica Beck (1997), cuja base teórica repousa em dois princípios centrais:

1. As cognições atuam no controle das emoções e comportamentos; e
2. As ações e os comportamentos tendem a interferir nos padrões de pensamento e nas emoções.

Os estudiosos Beck *et al.* (1993) propuseram um modelo cognitivo novo e específico para quem usa substâncias psicoativas, considerando que nestas situações atuam estímulos, tanto internos como externos de alto risco. Segundo os autores:

[...] deve-se considerar quatro tipos de crenças que são importantes no campo da dependência do álcool e outras substâncias: as crenças antecipatórias [...]; as crenças de alívio [...]; as crenças permissivas, ou facilitadoras [...] e, por último, as crenças de controle que abarcam todas as crenças que diminuem a possibilidade do uso de tais substâncias (Scali; Ronzani, 2007, p. 4).

É possível que surja a pergunta: quais os comportamentos/sentimentos típicos das pessoas que desenvolvem dependência química e que poderiam ser transformados a partir dos 12 Passos de NA? Procurou-se responder a partir da experiência de NA e da literatura científica. Alerta-se que estas informações são genéricas e sujeitas a exceções. Respondendo, pode-se identificar comportamentos/sentimentos de negação e/ou minimização do problema, autossuficiência, autopiedade, culpa, além de se sentirem: “[...] iludidos, grandiosos, controladores, envergonhados, amedrontados, perfeccionistas, obstinados, arrogantes, buscadores de aprovação, defensivos, escapistas e sofredores” (Carnes, 2001, p. 127).

Narcóticos Anônimos funciona como uma espécie de ambiente terapêutico para uma vida mais saudável. Faz isso propiciando condições para mudanças nos pensamentos, cognições, crenças e comportamentos.

Percepção da realidade, sentido de limitação, confiança no outro, autovalorização, perdão, cura das ruínas, flexibilidade, honestidade, integridade, responsabilidade, entrar em contato consigo e testemunhar o caminho (Carnes, 2001, p. 127).

As histórias contadas por membros de NA, nos diversos espaços de reuniões e encontros de pessoas que passam por problemas semelhantes, refletem aquilo que os 12 Passos sugerem, mudanças. Primeiro no comportamento repercutindo nos pensamentos, cognições e crenças. Depois de experimentar as primeiras transformações, as mudanças passam a ocorrer também no outro sentido, dos pensamentos, cognições e crenças, refletindo no comportamento. Além disso, ocorre a renovação do compromisso público com a recuperação fortalecendo as novas crenças.

2. A Análise de Discurso na perspectiva francesa

A Análise de Discurso (AD) na tradição francesa possui princípios que são influenciados por diferentes teorias e escolas de pensamento. Dentre os principais representantes estão Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jacques Lacan. Para este estudo sobre a fala/discurso de um membro de Narcóticos Anônimos, recorreremos à Análise de Discurso nesta perspectiva francesa.

Considerando o intuito de criar uma teoria do discurso como base de uma teoria das ciências sociais – na qual se articulassem a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico – Michel Pêcheux propôs a Análise de Discurso (Pêcheux, 1990; Herbert, 1994).

Considerando que o materialismo histórico é uma teoria sobre a formação social composta de totalidades complexas cujas instâncias se articulam e considerando também que, nesta formação social, o componente ideológico não é um reflexo, mas uma parte funcional para que se reproduzam as relações sociais de produção, considera-se que a ideologia tem um papel de transformação, ocorrendo alterações nas crenças do sujeito. Para Pêcheux, as transformações implicam uma luta de classes, e esta: “[...] atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, no campo da ideologia, significa que a luta de classes ‘passa por’ aquilo que Althusser chamou de aparelhos ideológicos de Estado” (Ferreira-Rosa; Mesquita; Carvalho, 2011, p. 258).

Uma das teses de Althusser considera que a ideologia é a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (Ferreira-Rosa; Mesquita; Carvalho, 2011, p. 259).

A outra tese defende que:

[...] a ideologia não é um ato de pensamento solitário do “indivíduo”, mas uma relação social que tem por objeto representações; e, além disso, que o objeto da representação não é a materialidade dos homens e da natureza, mas sim as relações sociais “reais”, isto é, as relações práticas que põem em relação os homens entre si e com a natureza (Althusser, 2003, p. 41).

O processo de transformação social tem relação com a luta de classes, sendo sempre contraditório, não simplesmente reprodutivista, mas um processo complexo. Além desta perspectiva materialista histórica da psicanálise, a Análise de Discurso toma a noção de sujeito descentrado para pensar o sujeito do discurso.

Em relação à linguística, a Análise de Discurso tem um olhar crítico que não se limita às regras sintáticas e semânticas de Ferdinand de Saussure² (Kemmer, 2013). Para Pêcheux (1990), o discurso está além da frase, da oração, da macroestrutura, da coesão, da coerência. O objetivo da teoria do discurso é compreender a determinação histórica, o nível semântico da linguagem, o problema da significação. Segundo Orlandi (2010, p. 15): “[...] na Análise de Discurso se procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”.

A Análise de Discurso (AD) não foca apenas a transmissão da informação e considera que esta transmissão se configura somente como um processo de relação linear de seus elementos constitutivos (emissor, receptor, mensagem, código, referente). A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. Não existe para a AD uma coincidência

2 Ferdinand de Saussure, linguista e filósofo suíço, cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência autônoma e que entendia a linguística como um ramo da ciência mais geral dos signos, que ele propôs fosse chamada de Semiologia.

entre discurso e fala que suporte a dicotomia Saussuriana entre língua e fala ou língua e discurso. Não se considera o discurso totalmente autônomo sem condicionantes linguísticos ou sem determinantes históricos. Por outro lado, a língua é assumida como possibilidades do discurso com uma relação de tensão entre eles, em cada prática discursiva (Orlandi, 2010).

2.1 O papel do interdiscurso

O conceito de interdiscurso refere-se à relação entre o discurso em análise e outros discursos presentes na formação discursiva. A AD francesa está interessada nas referências a outros discursos e nos efeitos de sentido gerados por essas relações. Já o conceito de intradiscurso diz respeito aos elementos linguísticos e discursivos internos ao próprio texto em análise.

Segundo Orlandi (2010, p. 33), o “interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”, isto é, é preciso que as palavras já façam sentido antes de serem usadas, ou seja, o que é dito (atualidade) deve estar no contexto do já dito (memória). Ainda segundo a mesma autora, citando Courtine (1984), quando diferencia interdiscurso de intradiscurso:

[...] o que estamos chamando de interdiscurso – representado como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação que, em seu conjunto, representa ao dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (Orlandi, 2010, p. 32-33).

Aquilo que já foi dito pode ter um sentido diferente do atual e isso implica no esquecimento da fonte original em que foram absorvidos e fornece o anonimato necessário para o processo de produção do discurso. A existência de redes de sentido é determinada pela ideologia e pelo inconsciente, e isto faz com que nos afetemos mais com uns sentidos do que com outros. Isso fica por conta “[...] da história e do acaso, do jogo da língua e do equívoco que existe na relação com eles [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras” (Orlandi, 2010, p. 34).

Assim, o discurso é composto de palavras que conversam com outras palavras formando metáforas.

2.2 A metáfora na Análise de Discurso

Segundo a professora de linguística Nair F. Gurgel do Amaral (2002, p. 10), Michel Foucault:

[...] problematiza sobre a ciência histórica, suas descontinuidades, sua dispersão, que resultará na abertura do conceito de formação discursiva, na discussão entre os saberes e os (micros) poderes, na preocupação com a questão da leitura, da interpretação, da memória discursiva. Foucault abordou o discurso, principalmente em *As palavras e as coisas* (1966); *Arqueologia do saber* (1969) e *A ordem do discurso* (1972) de onde vêm vários conceitos para a Análise de Discurso francesa.

Na definição de formação discursiva está a determinação do que pode ser dito em uma dada formação ideológica, sempre dentro de um momento sócio-histórico, ou seja, um interdiscurso regionalizado. O discurso, neste contexto, só faz sentido não por uma predeterminação linguística, mas dentro de uma formação discursiva específica. Daí resulta que as palavras só têm sentido se estiverem inseridas em uma formação discursiva própria, para assim darem vida às formações ideológicas através deste discurso (Orlandi, 2010, p. 42-43).

Assim, palavras e dizeres de hoje falam em relação às palavras e aos dizeres de ontem, que estão na memória. O sentido do discurso depende das relações construídas nas formações discursivas e pelas formações discursivas, por contradições, heterogeneidades, mudanças nas configurações etc., sempre em um processo de relação (Orlandi, 2010, p. 43-44).

Segundo Davela e Kirsch (2010) e Kemmer (2009), Saussure formula o conceito de signo, o signo saussuriano, entidade puramente psicológica que só existe enquanto operação de ordem psicológica simples. Em outras palavras, Saussure faz uma forte afirmação de que não é o pensamento quem cria o signo, mas o signo que determina o pensamento. Lacan inverteu o signo saussuriano, dando mais importância ao significante sobre o significado, permitindo que o significante passasse a ser autônomo que, quando se articula, deriva o significado, mecanismos que estruturam os discursos, ou seja, a metáfora e a metonímia.

Elemento fundamental na Análise de Discurso, a metáfora tem uso diferente da figura de linguagem da retórica. A metáfora na retórica considera que certos nomes pertencem às coisas. Exclusivamente na falta desse nome se pode recorrer a um termo figurado, até impróprio, para ocupar o espaço. No livro, Aristóteles (1998, p. 211) afirma: “[...] as metáforas são enigmas velados e nisso se reconhece que a transposição de sentido foi bem-sucedida”.

Na Análise de Discurso, a metáfora assume uma palavra por outra, transferindo significado ao sentido, ou seja, há sentido pela metáfora. O sentido de uma palavra ou expressão é substituído por outra palavra ou expressão. É através deste relacionamento que se promove a transferência (a metáfora), ou seja, as relações entre significantes resultando em sentido (Orlandi, 2010).

A seguir, veremos os determinantes históricos que permeiam os condicionantes linguísticos com suas contradições e amparadas em substrato ideológico que orientam o sujeito do discurso em Narcóticos Anônimos.

2.3 O nascimento de uma ideologia

Existe uma quantidade enorme de definições para “ideologia” e nenhuma que seja adequada e abrangente o suficiente para satisfazer as diversas correntes. As definições existentes se caracterizam por adotar toda uma “série de significados convenientes, nem todos compatíveis entre si” (Eagleton, 1997, p. 15).

Eagleton (1997, p. 15-16) lista uma série de significados para ideologia, então em circulação, dos quais alguns foram selecionados:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- [...]
- g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais
- h) pensamento de identidade;
- [...]
- k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- [...]
- l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Para clarificar a forma como a ideologia é adotada por estas associações de Anônimos, é necessário recorrer à história que culminou na criação de Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA).

De nascimento multifatorial envolvendo pessoas, ideias povoando mentes e contextos se misturando até que convergissem a um ponto comum que propiciou a condensação na forma de valores, crenças e princípios compartilhados, conhecido como o Programa de 12 Passos, cuja origem é bastante anterior ao próprio nascimento dos grupos de AA e de NA e não nasceu pronta, mas a partir de fragmentos descritos a seguir.

Segundo Hobsbawm (1994, p. 224), em uma visão mais ampla, é importante destacar os movimentos de temperança do século 19 e do início do século 20. Naquela época, ocorria na Europa a disseminação do ópio pela *High Society* visto com bons olhos a ponto de considerar a droga como ampliadora dos talentos e virtudes. Ocorria também

uma espécie de epidemia de alcoolismo entre os trabalhadores europeus provavelmente como efeito colateral da primeira Revolução Industrial e a chegada da modernidade, porém, o alcoolismo era tratado como imoralidade da classe operária. Foi nesse cenário, visando moralizar os comportamentos, que ocorreu o espalhamento dos Movimento Temperança (Lima Neto; Ribeiro; Pereira, 2020, p. 45).

Outro destes fragmentos data do início do século XX quando Frank Buchman, um jovem pastor protestante da Filadélfia teve uma experiência espiritual transformadora. Naquela oportunidade, Buchman tinha ido à cidade de Keswick na Inglaterra para um evento religioso quando escutou uma explanação sobre a Cruz de Cristo e percebeu a grande diferença entre sua vida e a de Jesus de Nazaré. Foi aí que resolveu adotar padrões absolutos de “pureza”, “amor”, “honestidade” e “altruísmo”, fundando um grupo religioso integrado por muitos estudantes da Universidade de Oxford, que ficou conhecido como “Grupo Oxford”. O grupo cresceu e se tornou um importante movimento que, no intervalo de vinte anos, expandiu-se por vários países como Inglaterra, Escócia, Holanda, Suíça, África do Sul, Egito, Índia, China e América do Sul (Cardoso, 2006).

Mais um fragmento da história se junta a partir de 1931, quando o banqueiro e ex-senador de Connecticut, Roland Hazard, com sérios problemas com álcool, viajou para Zurique para se tratar com o psiquiatra Carl Gustav Jung. Tratando este paciente, já se sentindo desanimado depois de três anos, Jung deu-lhe um ultimato: para resolver este problema só uma experiência espiritual profunda. Quando Hazard voltou para os Estados Unidos, começou a frequentar os Grupos Oxford dando testemunhos, tentando ajudar a recuperar alcoólatras. Foi em uma destas reuniões dos Grupos Oxford escutando testemunhos que Bill Wilson, um corretor da Bolsa de Valores de Nova York, decidiu participar buscando uma solução para seu próprio alcoolismo (Cardoso, 2006).

Em mais um fragmento, Bill Wilson descreve quando, em uma de suas muitas internações, fez leituras para passar o tempo. Um dos livros permitiu entender o pensamento do Dr. William James, influente psicólogo americano:

[...] *Varieties of Religious Experience*, livro este que veio me conscientizar que a maior parte das experiências religiosas, as mais variadas têm um denominador comum que é o colapso do ego, a sua queda no maior desespero (AA Grapevine, 1963, sem paginação).

Como último fragmento antes da convergência, foram as conclusões do médico que tratou de Bill Wilson inúmeras vezes. O Dr. Silkworth intuiu que o alcoolismo:

[...] tinha dois componentes: por um lado uma obsessão que compelia o sofredor a beber, contra seu desejo e, por outro lado, uma espécie de dificuldade metabólica que ele chamava de alergia. A compulsão ao álcool garantia que o hábito de beber prosseguiria e a alergia fazia com que o sofredor entrasse em decadência, enlouquecesse ou morresse (AA Grapevine, 1963, sem paginação).

A convergência deu início quando em uma viagem de negócios à cidade de Akron, sentindo extrema necessidade de beber e não havendo nesta cidade nenhum Grupo Oxford, Bill Wilson buscou auxílio de diversas pessoas, inclusive pastores, todas indisponíveis. O único que se dispôs a escutá-lo foi um médico, Dr. Robert H. Smith – Dr. Bob, que também lutava para superar o alcoolismo. Ao conversarem sobre suas dificuldades com o álcool e com a vida, perceberam que o desejo de beber havia passado. Acharam que deveriam repetir este encontro no dia seguinte. E assim, em 1935, estes dois homens fundaram o Alcoólicos Anônimos (Burns, 1995).

A próxima etapa foi a especificação progressiva do modelo de funcionamento, juntando a experiência dos grupos Oxford, as palavras dos médicos e psicólogos com aquilo que funcionava melhor em Alcoólicos Anônimos, em que as etapas de crescimento moral e aperfeiçoamento humano foram sendo descritas resultando, finalmente, nos 12 Passos de Alcoólicos Anônimos, coletivamente aprovados como “Os 12 Passos do caminho da recuperação”.

O componente de religiosidade encontrado em vários “Passos” de AA/NA se deve, naturalmente, à influência sofrida nos seus primórdios.

Muitos anos depois de ter fundado os Alcoólicos Anônimos, Bill Wilson recebeu uma carta de Carl G. Jung. Era o ano de 1961 e a missiva termina com o trecho “a receita então é ‘*spiritus*’ contra ‘*spiritum*’”, num trocadilho entre os termos “espírito/espiritualidade” e “álcool”, que em latim também é nominado “espírito” (Burns, 1995).

Burns (1995, p. 33) explica:

[...] os Grupos Oxford queriam modificar o mundo modificando as pessoas, e utilizavam o que consideravam métodos dos primeiros cristãos para esse fim. Os ‘cinco procedimentos’ desse grupo foram adaptados aos Doze Passos posteriormente, e incluíram: (1) Entrega a Deus; (2) Ouvir a orientação de Deus; (3) Compartilhar essa orientação com outros membros; (4) Fazer reparação para as pessoas que tem prejudicado; (5) Depois de um exame cuidadoso, contar seus defeitos a outros (como testemunho de sua mudança ou como um método para livrar-se da culpa).

Neste sentido, a ideologia tanto AA como NA têm profundas raízes nas concepções de salvação defendidas pela ética protestante, ou seja, a salvação está relacionada com a santificação da vida cotidiana, buscando afastar o prazer imediato e espontâneo, substituindo-o pela satisfação futura através das “boas obras” (Weber, 2004).

Outro exemplo pode ser visto nos escritos de Donald Lazo (1989), um médico norte-americano, alcoólatra, que entrou em recuperação depois de conhecer os grupos de AA. Com a experiência adquirida à custa do próprio sofrimento, fundou a primeira comunidade terapêutica do Brasil tornando-se nome bastante conhecido na área de recuperação do alcoolismo.

Em 1953, os 12 Passos foram cedidos aos grupos de Narcóticos Anônimos devidamente autorizados por AA para que fizessem as adaptações necessárias para a condição de adicção (Quadro 2).

Quadro 2– Os 12 Passos de NA (exatamente como encontrados na literatura)

1º	Admitimos que éramos impotentes perante a nossa adicção, que nossas vidas tinham se tornado incontroláveis.
2º	Vimos a acreditar que um Poder maior do que poderia devolver-nos à sanidade.
3º	Decidimos entregar nossa vontade e nossas vidas aos cuidados de Deus, da maneira como nós o compreendíamos.
4º	Fizemos um profundo e destemido inventário moral de nós mesmos.
5º	Admitimos a Deus, a nós mesmos e a outro ser humano a natureza exata das nossas falhas.
6º	Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter.
7º	Humildemente pedimos a Ele que removesse nossos defeitos.
8º	Fizemos uma lista de todas as pessoas que tínhamos prejudicado, e dispusemo-nos a fazer reparações a todas elas.
9º	Fizemos reparações diretas a tais pessoas, sempre que possível, exceto quando fazê-lo pudesse prejudicá-las ou a outras.
10º	Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitíamos prontamente.
11º	Procuramos, através de prece e meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, da maneira como nós O compreendíamos, rogando apenas o conhecimento da Sua vontade em relação a nós, e o poder de realizar essa vontade.
12º	Tendo experimentado um despertar espiritual, como resultado destes passos, procuramos levar esta mensagem a outros adictos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades.

Fonte: Narcóticos Anônimos (1993, p. 18-19)

“Os 12 Passos” fornecem indicações para os membros de AA e NA pautarem suas ações, para elaborarem um programa de revisão da própria vida, de suas condutas, comportamentos, visões, valores e crenças baseados em sugestões de autoajuste e, exatamente por isso, representam o foco de atenção, estudo e intervenção de uma das linhas da Psicologia, a Terapia Cognitiva-Comportamental, bem definida pela psicóloga Kelen de Bernardi Pizol (2012, sem paginação) como sendo aquela que:

[...] leva principalmente em conta as interpretações que cada um dá a si e aos acontecimentos para tentar entender e modificar suas emoções e seu modo de agir, esses são seus pilares centrais. [...] O foco principal da terapia está em como

os problemas (atuais ou não) interferem com sua vida diária, ajudá-lo a entender esses problemas e a desenvolver maneiras de lidar com eles.

Convém lembrar que, para a grande maioria da sociedade, estes comportamentos tornam estas pessoas possuidoras de um estigma, pois a sociedade é composta por diversas categorias de pessoas com "atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias" (Goffman, 1980, p. 5). Porém, segundo o mesmo autor tem um atributo:

[...] que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância [...] (Goffman, 1980, p. 6).

O grande desejo da maioria daqueles que estão em recuperação em Narcóticos Anônimos é, com o tempo, perderem o estigma de drogados, usuários de drogas, maconheiro, cocainômanos, sacizeiros, cracudo, malucos, e mais uma infinidade de adjetivos pejorativos que até então carregavam.

A ideologia destes grupos de AA ou NA se resume a ajudar pessoas com problemas com álcool ou drogas a se recuperarem por meio de um programa de 12 Passos, que são diretrizes para a recuperação pessoal. É baseada em princípios espirituais, admissão do problema, aceitação, responsabilidade pessoal e apoio mútuo através da conexão com outros membros que compartilham suas experiências, forças e esperanças para se manterem sóbrios ou abstinentes, não tendo afiliação com qualquer religião específica, governo ou agenda ideológica.

3. Análise de Discurso de uma fala de um membro de NA

3.1 Por que essa fala?

Diferentes perspectivas terapêuticas (psicológicas, psiquiátricas, psicanalíticas) reconhecem que é a imagem que o paciente faz de si mesmo a principal componente na condição de produção do discurso – com maior eficácia no tratamento da doença (Pêcheux, 1990). Além disso, na terapia também são relevantes os significados que podem ser produzidos da fala do paciente, isto é, a imagem que o terapeuta faz do que o paciente diz. Nesse sentido, trabalhar a discursividade relacionada com os textos (falas) de pacientes no processo de NA é interessante e legítimo.

Em um momento do processo terapêutico, que será descrito, se considerou interessante trabalhar com o seguinte trecho enunciado por um membro em uma reunião de NA. Disse C.J. (2015)³: “[...] ... não existe quantidade de drogas suficiente para satisfazer esse monstro que tem dentro de mim. Quando ele acorda está faminto. Não resta alternativa para mim a não ser mantê-lo dormindo”.

Segundo Felipeto e Calil (2008), é do encontro de Lacan com a Linguística de Ferdinand de Saussure que a ligação entre a psicanálise e a linguagem definitivamente se consolida. Os autores afirmam ainda que Saussure apresentou um estudo sobre as unidades linguísticas em que o signo se estabelece como uma entidade psíquica de duas faces, isto é, a união do conceito (significado) com a imagem acústica (significante). Quando Lacan se aproximou da linguística Saussuriana, pôde reconduzir a experiência psicanalítica em direção à fala e à linguagem. Desta forma, o significante se tornou autônomo e, da articulação entre eles, deriva o significado.

3.2 Quem é esse Sujeito discursivo?

São muitas e variadas as histórias de recuperação em Narcóticos Anônimos. É possível encontrar desde membros com poucos dias de abstinência até aqueles que conquistaram décadas em estágio avançado de recuperação sem uso de qualquer substância que lhes altere a percepção, o humor, o estado de consciência.

O sujeito, aqui denominado C.J., cujo discurso será estudado, é do sexo masculino, tem menos de 40 anos de idade, tem um filho adolescente e reside em um bairro de classe média baixa. Já fez uso de uma série de substâncias psicoativas (drogas), mas tem especial atração pelo *crack*, um estimulante poderosíssimo derivado da cocaína numa versão fumada com altíssimo poder adictivo (viciante). Quando fumado, esta substância psicoativa é transferida em questão de segundos das vias respiratórias para corrente sanguínea e daí para o cérebro, promovendo uma concentração elevadíssima de dopamina, mas com uma duração muito curta.

A cocaína (do *crack*) atua promovendo um bloqueio competitivo da recaptação de dopamina no cérebro, daí sua concentração nas fendas sinápticas dos neurônios do cérebro, gerando um aumento da ativação dos neuro receptores, decorrendo em uma grande sensação de prazer promovendo agudas alterações fisiológicas e comportamentais como: euforia, embotamento afetivo, mudanças na sociabilidade, hipervigilância, ansiedade, tensão ou raiva, julgamento comprometido, comportamentos estereotipados, funcionamento social ou ocupacional comprometido (Kaplan; Sadock; Grebb, 2006).

3 Projeto de pesquisa de doutorado submetido ao CEP (EE-UFBA) sob número CAAE: 48557415.0.0000.5531 e aprovado através do Parecer Consubstanciado nº 1.309.307 de 04 de novembro de 2015. Conclusão dos trabalhos submetidos e aprovados através do Parecer Consubstanciado nº 2.121.476 de 14 de junho de 2017.

O uso continuado dessa droga compromete alguns padrões comportamentais e cognitivos decorrentes da alta frequência de comorbidades, ou seja, patologias secundárias associadas, como os transtornos psicóticos, de humor, de ansiedade, de sono. Além disso, pode trazer danos fisiológicos no sistema vascular cerebral, convulsões, danos ao músculo cardíaco e morte. Mas o que o adicto busca é justamente o prazer intenso gerado pelo uso, sem sequer lembrar que existem riscos. Para os adictos que entram em recuperação, a recaída é um fenômeno relativamente comum, sempre carregada de fortes emoções e muitas perdas materiais, emocionais e espirituais, que se dá como um fenômeno medido em uma balança cognitiva. Quando o peso do uso perder vantagem em relação à abstinência, ou seja, quando as perdas, as dores e a desvantagem do uso de drogas chegarem ao ponto de serem expressivas, o usuário passa a considerar a possibilidade de parar de usar. Neste ponto, muitos iniciam a abstinência voluntariamente promovendo algumas tentativas, geralmente com baixo êxito, justamente por falta de adesão a um suporte terapêutico que os ajude na abstinência.

A história de recuperação de C.J. começa quando, já tendo experimentado drogas por mais de dez anos, finalmente ele conheceu a organização de Narcóticos Anônimos. Depois de mais de dez anos como membro de NA, tendo experimentado períodos de recuperação variados, intercalados com recaídas de cerca de 60 dias, sendo três anos o maior período contínuo sem uso de qualquer SPA.

Nos períodos de abstinência, C.J. frequentava as reuniões com regularidade, e prestava serviço voluntário. Fora da organização, foi se recuperando das perdas materiais, afetivas e emocionais, reconquistando o espaço profissional ora perdido, o apoio da família, a reinserção social, dentre outras.

Existe um padrão para suas recaídas e recuperações. Começa geralmente com sua reaproximação com pessoas, lugares e hábitos da época de uso. Estes elementos funcionam como gatilhos de recaída que gradativamente vão minando a determinação em se manter limpo.

A recaída é um processo doloroso e acompanhado de muito sentimento de culpa, remorso, sensação de fracasso e a certeza de que gerará sofrimento para as pessoas amadas, mesmo assim, parece ser inevitável. Acrescenta-se a perda de credibilidade com a família e no ambiente profissional, acompanhada de prejuízos financeiros e morais substanciais.

Começa uma nova fase de uso de drogas que, de uma forma muito rápida, atinge os velhos padrões de consumo mantidos antes de entrar em recuperação pela última vez, e avançam, como a continuação de um padrão e não o retorno aos primórdios “glamorosos” do uso quando ainda se tinha controle da situação.

O retorno à recuperação se dá quando são esgotadas as possibilidades de alimentar a relação obsessiva-compulsiva que existe com o objeto de prazer, no caso a droga. Isso se dá quando a continuação do uso gera uma angústia, uma agonia e uma dor tão insuportáveis para continuar que só restam duas escolhas: ou ultrapassar o limite dando o próximo passo em direção ao abismo da loucura ou da morte, ou então recuar em busca da reconquista da sanidade momentaneamente perdida.

Este é o sujeito discursivo, um membro de NA, dependente químico, que ilustra o seu mal com uma sentença narrada, e que simbolicamente ilustra os demais.

3.3 Quais os jogos de formações imaginárias?

A Análise de Discurso foi aplicada no enunciado desse membro de NA. Os jogos de formações imaginárias, quando aplicados no discurso de membros de NA, são muito importantes, já que nos fornecem pistas para o tratamento concreto do “paciente”. Para isso, usaremos uma informação colhida em uma reunião de NA ilustrada no item 3.1.

Na frase proferida por C.J. uma palavra que tem grande destaque é “monstro” e a tomaremos como ponto de partida, buscando relacioná-la com a questão original, ou seja, o papel de Narcóticos Anônimos como modelo terapêutico na superação da problemática das drogas.

Parafraseando Leite Junior (2007), nos questionamos: o que é esse monstro? Como é reconhecido por C.J.? Onde esse monstro mora? Por que ele deve temê-lo? Em que condição C.J. tem temor desse monstro?

Segundo Leite Junior (2007, p. 1), o conceito de monstro depende do período histórico e da cultura. Cada cultura cria seus monstros. Esses seres incríveis são uma marca explícita de algo fora dos pressupostos de ordem, do “natural”. Como diz o autor:

A monstruosidade é entendida como uma transgressão das leis estabelecidas, visando, através de sua presença, inspirar temores e dúvidas ou punir contra “infrações” [...] O importante é que “monstro” é aquele que “mostra” algo: uma revelação divina, a ira de Deus, as infinitas e misteriosas possibilidades da natureza ou aquilo que o homem pode vir a ser. É, portanto, a manifestação de algo fora do comum ou esperado [...] Representa uma alteração maldita ou benfazeja das regras conhecidas (Leite Junior, 2007, p. 1).

Emerge a necessidade de entendimento do que representa a palavra “monstro” e o que ela significa para NA, para o terapeuta e para o próprio membro de NA através dos jogos de formações imaginárias.

3.3.1 O primeiro jogo – é a imagem da palavra monstro

O *primeiro jogo* é a imagem do significado que tem a palavra monstro. Já não sendo mais os monstros mitológicos ou fantásticos de outrora, muito menos as deformidades ou conexões satânicas da idade média, o monstro da atualidade de C.J. está muito mais no enquadramento conceitual de normalidade, um arbítrio estatístico que classifica pessoas dentro de frequências de ocorrência. Logo, os usuários de drogas estariam fora da “normalidade” comportamental.

Neste padrão de comportamento “monstruoso” estão incluídos também os próprios pensamentos. Estes estão fixados obsessivamente em buscar meios e maneiras de usar drogas. São tão poderosos que não há forma de demovê-los, submetendo o adicto a todo tipo de situação que objetive conseguir mais uma dose, como se expor a situações perigosas, como sexo desprotegido, dirigir veículos sob efeito de SPA, roubar, mentir, se prostituir, dentre outras ações, violentando muitas vezes os princípios e os códigos de conduta que norteiam a vida nesta sociedade como honestidade, honra, caráter, caridade, fraternidade etc.

3.3.2 O segundo jogo de imagem – o “monstro” para NA

O *segundo jogo* de imagem é o significado de “monstro” para NA, como a reproduzida em sua própria literatura, que diz:

[...] parecia que éramos duas pessoas, e não uma – o médico e o monstro. Corríamos de um lado para o outro para recompor nossas vidas antes do próximo desvario. Às vezes, conseguíamos fazê-lo muito bem, mas depois tornou-se cada vez menos importante e mais difícil. Por fim, o médico morreu e o monstro assumiu [...] tivemos que chegar ao nosso fundo-de-poço antes de estarmos dispostos a parar (Narcóticos Anônimos, 1993, p. 5-7).

Assim, essa imagem (monstro) se constitui numa metáfora daquilo prescrito nos 12 Passos.

3.3.3 O terceiro jogo de imagem – visão do terapeuta

O *terceiro jogo* de imagem representa a visão do terapeuta. Considerando que toda substância não produzida pelo organismo humano capaz de gerar alguma alteração em seu funcionamento é considerada droga, algumas são capazes de alterar o comportamento, a capacidade de julgamento, a percepção e a maneira como o cérebro processa as informações que recebe do meio ambiente. Esta visão terapêutica pode se dar de, pelo menos, três formas diferentes. A primeira como uma quebra da autoimagem, reduzindo o sujeito ao “nível animal”. A outra forma de ver é a constatação do conflito interior, e dela também faz parte a alusão à batalha entre o *Médico* e o *monstro* como no clássico de Robert Louis Stevenson, de 1886, Dr. Jekyll e Mr. Hyde, com o distanciamento

de sua própria humanidade. E por fim é a constatação de que o “monstro vence” representando a morte daquele indivíduo que era capaz de controlar a própria vida, a vontade e a consciência.

3.3.4 O quarto jogo de imagem – a visão do membro de NA

O *quarto jogo* de imagem representa a visão do membro de NA, quando percebe que o que resta então é o monstro, a besta, algo que o conduziu ao chamado “fundo do poço”, condição de grande sofrimento psíquico, geralmente associado a inúmeras perdas materiais, afetivas, relacionais, profissionais.

Dentre as várias funções das reuniões de NA, está a troca de experiências e socialização, que propicia condições para o resgate de humanidades perdidas, vencendo seus próprios monstros interiores. A força do exemplo tem grande eficiência, é a palavra de alguém que, como Odisseu, esteve no inferno de “Hades” e saiu, fazendo referência ao clássico *Odisseia*, escrito por Homero no século VIII a.C. Isso fica mais claro em uma das crenças da organização quando diz que “Narcóticos Anônimos pode não ser as portas do céu, mas com certeza é saída do inferno”.

Além disso, estas reuniões, e os demais eventos de NA, permitem o estabelecimento de espaço de convivência entre pessoas que sofreram algum estigma da sociedade de forma arbitrária e discriminadora. Isto está presente no processo de formação ideológica do indivíduo, no preconceito que interfere na formação da autoimagem do próprio adicto mesmo antes do seu envolvimento com as drogas.

Então, o monstro surge a partir do reconhecimento dos comportamentos estereotipados, típicos de quem usa drogas de forma abusiva, sendo reforçado pelo interdiscurso de Narcóticos Anônimos, permeado através de seus textos e depoimentos nas reuniões de recuperação. O monstro nasce e vive no seio da sociedade que vai continuar sentindo pelo monstro “ódio e medo” (Leite Junior, 2007, p. 1).

| Conclusões

Em conclusão, a interligação entre Narcóticos Anônimos, Análise de Discurso e a sentença que contém a palavra “monstro” revela um complexo tecido de significados e implicações, em uma perspectiva multidisciplinar.

A Análise de Discurso como abordagem acadêmica examina como as palavras e as estruturas linguísticas são usadas para construir significados e representações sendo possível compreender como um termo carregado, usado para estigmatizar ou desumanizar pessoas com vícios (primeiro jogo de imagem – a palavra), perpetuando estereótipos negativos, pode ser utilizado para retratar as lutas, os desafios e os obstáculos enfrentados por indivíduos, especificamente os envolvidos com Narcóticos Anônimos na jornada de recuperação, transformando suas batalhas pessoais em narrativas de resiliência (segundo jogo de imagem – o “monstro” para NA).

A ênfase na identificação e modificação de padrões de pensamento e comportamento disfuncionais que caracterizam o “monstro” e, nesse contexto, foi examinada como uma representação das opiniões arraigadas que sustentam a dependência, oferecendo a oportunidade de desafiar essas crenças e distorções cognitivas para substituí-las por perspectivas mais adaptativas e saudáveis (terceiro jogo de imagem – visão do terapeuta).

A metáfora do “Monstro” encapsula sentimentos de auto aversão, culpa e peso das consequências passadas, ao mesmo tempo em que pode simbolizar a transformação positiva e a resiliência presentes nesse percurso de recuperação do controle das próprias vidas em um tipo de jornada do herói, quando enfrentam os próprios “monstros internos” e emergem mais fortes. Narcóticos Anônimos, como um espaço de apoio mútuo, oferece um ambiente no qual essas narrativas podem ser compartilhadas e reinterpretadas, permitindo que a palavra “monstro” transcenda seu aspecto literal para representar a luta coletiva e individual contra a dependência, evoluindo de uma conotação negativa para um símbolo de superação pessoal, a vitória sobre o monstro (quarto jogo de imagem – a visão do membro de NA).

Por fim, deve-se considerar como as palavras e os significados são construídos, desconstruídos e reconstruídos em contextos específicos, e como esses processos podem influenciar a percepção e a transformação individual e coletiva, ilustrando a capacidade humana de transformar a adversidade em força e o discurso em instrumento de poder.

| Agradecimentos

Antes de entrar no programa de Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional de Difusão do Conhecimento – DMMDC, do qual participavam a UFBA, IFBA, SENAI, UEFS, LNCC etc., fui aluno especial no DMMDC em 2012. Uma das disciplinas era sobre Análise do Discurso (AD) ministrada pelo professor Dr. José Luís Michinel do DMMDC, a quem sou grato pelas primeiras conversas sobre o tema “monstro” dita por membro de NA. Alguns anos depois, já no doutorado, tenho a satisfação de ter aquele membro de NA como participante da pesquisa, assinando todos os documentos exigidos pelo CEP – EE/UFBA e autorizando o uso daquela fala, desde que preservasse seu anonimato, a quem também sou imensamente grato.

| Referências

AA GRAPEVINE. *The Bill W. – Carl Jung Letters* (1963). Versão traduzida disponível em <https://www.aaconquista.org.br/bill-e-carl>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 9. ed. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

AMARAL, N. F. G. *Um pouco de humor na Análise de Discurso*: resgatando a subjetividade discursiva. Universidade Federal de Rondônia (UFRO), Centro de Hermenêutica do Presente. PRIMEIRA VERSÃO, Porto Velho, Ano I, v. III, n. 34, 2002.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

BECK, J. S. *Terapia cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BECK, A. T.; WRIGHT, F. D.; NEWMAN, C. F.; LIESE, B. S. *Cognitive Therapy of Substance Abuse*. New York: Guilford Press, 1993.

BROWNE, T. *Religio Medici*. The Harvard Classics, v. 4. New York: Collier (1643) 1909. Disponível em: <https://www.ccel.org/ccel/b/browne/religio/cache/religio.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BURNS, J. E. *O caminho dos doze passos*: tratamento de dependência de álcool e outras drogas. São Paulo: Loyola, 1995

CARDOSO, R. M. M. *Só por hoje*: um estudo sobre Narcóticos Anônimos, estigma social e sociedade contemporânea. 2006. 113 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Estudos Gerais. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/918/projeto/Dissert-ricardo-muniz-mattos-cardoso.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CARNES, P. J. *Um suave caminho ao longo dos Doze Passos*. São Paulo: Madras, 2001.

DAVELA, S. P.; KIRSCH, S. de A. C. Linguagem e psicanálise. *Revista Fronteira Digital*. Ano I, n. 01. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT, 2010. Disponível em: http://www.unemat.br/revistas/fronteiradigital/docs/artigos/fronteira_digital_n1_2010_art_5.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

EAGLETON, T. *Ideologia. Uma introdução*. Tradução Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. UNESP: Editora Boitempo, 1997.

ELKASHEF, A. M.; RAWSON, R. A.; ANDERSON, A. L.; LI, S. H.; HOLMES, T.; SMITH, E. V.; CHIANG, N.; KAHN, R.; VOCCI, F.; LING, W.; PEARCE, V. J.; MCCANN, M.; CAMPBELL, J.; GORODETZKY, C.; HANING, W.; CARLTON, B.; MAWHINNEY, J.; WEIS, D. Bupropion for the treatment of methamphetamine dependence. *Neuropsychopharmacology*, v. 5, n. 33, p. 1162-1170, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/sj.npp.1301481>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FELIPETO, C.; CALIL, E. As marteladas do ato falho. *Revista Língua*, ano II – Especial Psicanálise & Linguagem, nov. 2008. Disponível em: http://www.unemat.br/revistas/fronteiradigital/docs/artigos/fronteira_digital_n1_2010_art_5.pdf. Acesso em: 11 nov. 2022.

FERREIRA-ROSA, I.; MESQUITA, D. P. C. de; CARVALHO, S. F. E. M. (Re)ler e (Res) significar Pêcheux em relação a Althusser. *Alfa*, Araraquara, v. 55, n. 1, p. 249-269, 2011.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969].

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008 [1972].

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1966].

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HERBERT, T. (M. PÊCHEUX). Observações para uma Teoria Geral das Ideologias. In: Rua, 1. Tradução Carolina Rodríguez-Alcalá. Campinas: Nudecri; Unicamp, 1994. p. 63-89. Edição Original: 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rua.v1i1.8638926>. Acesso em: 11 nov. 2022.

HOBBSAWM, E. *A era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução, notas e comentários de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. *Compêndio de Psiquiatria – Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica*. 7. Ed. São Paulo: Artmed, 2006.

KEMMER, S. Biographical sketch of Ferdinand de Saussure. *Foundations of Linguistics*. Rice University. 2009. Disponível em: <https://www.ruf.rice.edu/~kemmer/Found/saussurebio.html>. Acesso em: 02 dez. 2022.

LAZO, D. M. *Alcoolismo: o que você precisa saber*. São Paulo: Paulinas/REINDAL, 1989.

LEITE JUNIOR, J. O que é um monstro? *Com Ciência*. Revista eletrônica de jornalismo científico. 2007. Disponível em: <https://comciencia.br/dossies-73-184/web/handlerb45b.html?section=8&edicao=29&id=340>. Acesso em: 14 nov. 2024.

LIMA NETO, J. L. A.; PEREIRA, H. B. B. A Rede Social de ajuda-mútua de Narcóticos Anônimos: a relevância do prestígio, da centralidade de intermediação entre os membros. Las redes en los sistemas socio-ecológicos. *Revista Redes*, Espanha, v. 28, n. 1, 2017:. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/redes.665>. Acesso em: 04 dez. 2022.

LIMA NETO, J. L. A.; RIBEIRO, N. M.; PEREIRA, H. B. B. *Dependência química e grupos de narcóticos anônimos: um olhar sistêmico sob a perspectiva da teoria de redes*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

LOECK, J. F. *Adicção e Ajuda Mútua: estudo Antropológico de Grupos de Narcóticos Anônimos na cidade de Porto Alegre (RS)*. 2009. 157 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18357/000727239.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

MASUR, J. *O que é toxicomania*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NARCÓTICOS ANÔNIMOS. *Texto Básico*. 5. ed. Chatsworth: NAWA, Inc., 1993.

NIEMANN, A. *Ueber eine neue organische Base in den Cocablättern*. Dissertation. Physik, Chemie und Praktische Pharmacie, n. 153, p. 129-155. 1860. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ardp.18601530202>. Acesso em: 04 dez. 2023.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2010.

PECHANESKY, F.; BALDISSEROTTO, C. F. P. Tratamentos psicoterápicos utilizados no tratamento de pessoas dependentes de substâncias psicotrópicas. In: *Modalidades de tratamento e encaminhamento: módulo 6*. 7. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/198396>. Acesso em: 04 dez. 2022.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

PIZOL, K. B. *Psicoterapia Cognitiva Comportamental para adultos, casais e adolescentes*. São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.psicoterapiacognitiva.com.br/>. Acesso em: 06 mar. 2011.

PLANETA, C. S.; DELUCIA, R. *Substâncias Psicoativas: dependência & estresse*. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

RAWSON, R. A.; MCCANN, M. J.; FLAMMINO, F.; SHOPTAW, S.; MIOTTO, K.; REIBER, C.; LING, W. A comparison of contingency management and cognitive-behavioral approaches for stimulant-dependent individuals. *Addiction*, n. 101, v. 2, p. 267-274. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.2006.01312.x>. Acesso em: 04 dez. 2022.

SCALI, D. F.; RONZANI, T. M. Estudo das expectativas e crenças pessoais acerca do uso de álcool. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas* (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 14. fev. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762007000100004. Acesso em: 06 nov. 2022.

SERTÜRNER, F. W. A. *Ueber das Morphium, eine neue salzfähige Grundlage, und die Mekonsäure, als Hauptbestandtheile des Opiums*. Annalen der Physik. Hannover, n. 55, p. 56-89, 1817. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/andp.18170550104>. Acesso em: 23 jul. 2023

SILVA, D. S. *Gênero e assistência às usuárias de álcool e outras drogas: tratamento ou violência?* 2005. 97 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7684/7684_4.PDF. Acesso em: 04 set. 2023.

STEVENSON, R. L. *O médico e o monstro* (Dr. Jekyll e Mr. Hyde). Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Como citar este trabalho:

LIMA NETO, José Lamartine Andrade. O “monstro” em narcóticos anônimos sob a perspectiva da análise de discurso. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 86-109, dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em “dia/mês/ano”. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v17i2.19710>.